

LUCIANA CODOGNOTO DA SILVA

**CARTOGRAFIAS DE MULHERES NA PROSTITUIÇÃO: Territórios, Heterotopias e suas Interfaces com a Psicologia**

ASSIS

2016

LUCIANA CODOGNOTO DA SILVA

CARTOGRAFIAS DE MULHERES NA PROSTITUIÇÃO: Territórios, Heterotopias e  
suas Interfaces com a Psicologia

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e  
Letras de Assis – UNESP – Universidade  
Estadual Paulista, para a obtenção do título  
de Doutora em Psicologia: (Área de  
Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. William Siqueira  
Peres.

ASSIS

2016

***Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca do  
Campus Experimental de Rosana - Unesp***

*Silva, Luciana Codognoto da*

**S586c** *Cartografias de mulheres na prostituição: territórios, heterotopias e suas interfaces com a psicologia / Luciana Codognoto da Silva. -- Assis: [s.n.], 2016.*

*163 f.*

*Orientador: Wiliam Siqueira Peres*

*Tese (Doutorado em Psicologia). -- Universidade Estadual Paulista - Unesp, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2016.*

1. Prostituição -- Psicologia. 2. Prostituição -- Mato Grosso do Sul.  
3. Prostituição de mulheres adultas. 4. Prostitutas -- Narrativas pessoais.  
5. Cartografias da prostituição. 6. Teoria queer. I. Peres, Wiliam  
Siqueira. II. Universidade Estadual Paulista - Unesp, Faculdade de  
Ciências e Letras. III. Título.

CDD 23 - 176.5

**LUCIANA CODOGNOTO DA SILVA**

**CARTOGRAFIAS DE MULHERES NA PROSTITUIÇÃO: Territórios,  
Heterotopias e suas Interfaces com a Psicologia**

**Tese apresentada à Faculdade de  
Ciências e Letras – UNESP/Assis  
para obtenção do título de  
Doutora em Psicologia. (Área de  
Conhecimento: Psicologia e  
Sociedade)**

**Data da Aprovação: 16/06/2016**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

**PRESIDENTE: PROF. DR. WILIAM SIQUEIRA PERES - UNESP/Assis**

**MEMBROS: PROF. DR. JOSÉ STERZA JUSTO - UNESP/Assis**

**PROF. DR. FERNANDO SILVA TEIXEIRA FILHO - UNESP/Assis**

**PROFA. DRA. JOSELI MARIA SILVA - UEPG/Ponta Grossa**

**PROFA. DRA. PAULA SANDRINE MACHADO - UFRGS/Porto Alegre**

*À você, Mãe.  
Dentre tantas Marias, você é, para mim,  
a expressão mais bela e singela da verdadeira “Maria, Maria”.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por sustentar os meus passos durante esta tão desejada e difícil caminhada.

Ao meu pai, Aparecido, por me amar à sua maneira. À minha mãe, Maria, minha confidente, minha melhor amiga. Obrigada, mãe, pelo amor, pelas palavras e pelas orações. Ao meu irmão mais velho, Orlando, por sonhar e batalhar comigo. Obrigada pelo vestido de formatura, pelos doces para as dinâmicas de grupos, pelo dinheiro emprestado e pelas vezes em que você ficou acordado nas rodoviárias da vida, durante as madrugadas, para me ver entrar e/ou sair dos ônibus, da graduação ao doutorado. Ao meu irmão mais novo, Leandro, “a raspa do tacho”, pelas palavras de encorajamento.

Ao meu anjo da guarda aqui na terra, meu noivo, Fabiano Greter Moreira. Pelas palavras, pela paciência, pelo amor, pelo carinho, pelo ombro amigo, amado, amante e acolhedor e pela história que estamos construindo e escrevendo juntos. Reafirmo o que disseram os Tribalistas, que: “[...] o meu melhor amigo é o meu amor”.

À você, Dr. Wiliam Siqueira Peres, meu orientador, por acompanhar as minhas crises e os meus crescimentos pessoais e acadêmicos durante todo o período de doutorado. Se não fosse o seu “Sim”, em junho de 2012, esse momento não se concretizaria, pelo menos, não desta forma. De coração, obrigada por tudo!

Ao Professor Livre Docente, José Sterza Justo, por confiar em mim, por acreditar no valor de minha pesquisa e por me ensinar que “[...] é na trajetividade que somos construídos”. Agradeço as palavras, as indicações de leituras, os incentivos e as parcerias na publicação de artigos científicos durante o doutorado. A você, Justo, a minha admiração e gratidão!

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Assis, pela acolhida e pela possibilidade de cursar o doutorado em uma universidade pública de excelência. Estendo os meus agradecimentos aos/às secretários/as do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, pelo trabalho prestado com dedicação e eficiência.

Aos Professores e às Professoras que participaram da banca de defesa desta tese: Dr. Fernando Silva Teixeira Filho (UNESP/Assis), Dr. José Sterza Justo (UNESP/Assis), Dra. Joseli Maria Silva (UEPG) e Dra. Paula Sandrine Machado (UFRGS). Aos suplentes, Dr. Leonardo Lemos de Souza (UNESP/Assis) e Dr. Márcio Alessandro Neman do Nascimento (UFMT) e Dra. Roberta Stubs Parpinelli (UEM).

Aos/Às colegas que integram o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre as Sexualidades – GEPS/UNESP – Assis. Em especial, quero destacar: Aline Ariana Alcântara Anacleto, Anna Paula Oliveira Silva, André Tokuda, Caioandrêo, Danielle Jardim Barreto, Danielle Milioli e Márcio Neman, pelas indicações de leituras, pelos arquivos compartilhados, pelos *e-mails* trocados, pelas dúvidas sanadas, pelas refeições coletivas e pelas discussões realizadas.

À psicóloga, Dra. Fatima Itsue Watanabe Simões, pelas palavras, pelos *insights*, pelos horários alternativos das psicoterapias e por entender a minha condição de doutoranda, sempre sem dinheiro para pagar integralmente o valor de seus atendimentos. Obrigada por me ajudar a “sofrer somente o necessário”. Aqui, estendo os meus agradecimentos à médica Valesca Miozzo, pelas consultas e pela atenção prestada nos momentos em que eu mais me senti debilitada emocionalmente.

Ao historiador e mestre em História, Danilo Leite Moreira, “amigo de fé, irmão, camarada”, pelos conselhos, pela escuta, pelo ombro e pelas palavras que me ajudaram a não esmorecer.

Às “pontes de minha pesquisa”, por me ajudarem diretamente no recrutamento e na seleção das mulheres que compõem o difícil número/quadro de (10) dez participantes deste importante projeto de minha vida pessoal e acadêmica. Vocês amenizaram, e muito, as dificuldades éticas deste estudo. Sou grata por tudo o que fizeram por mim, pela Psicologia e por cada mulher que entrevistei.

Os meus mais sinceros agradecimentos às mulheres que participaram da construção desta pesquisa, Ágata, Ametista, Cristal, Esmeralda, Jade, Ônix, Pérola Negra, Rubi, Safira e Topázio. Pelas lições de vida, pelas histórias ouvidas, pelas experiências compartilhadas e pelo título de Doutora em Psicologia que vocês me proporcionaram, o meu muito obrigada!

Ao Allan Christyan, bibliotecário responsável pela Biblioteca da UNESP/Rosana, pela elaboração da ficha catalográfica; à Ms. Aline Cristina Maziero, jornalista e doutoranda, por me dar aquela força com o *abstract*; e ao Dr. Volmir Cardoso Pereira, professor no Curso de Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS/Campo Grande, pela leitura e pelas correções da norma culta da língua portuguesa desta tese.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão da bolsa de estudos de doutorado, no período de agosto de 2013 a julho de 2015.

*Sou Ana do dique e das docas  
Da compra, da venda, das trocas de pernas  
Dos braços, das bocas, do lixo, dos bichos, das fichas  
Sou Ana das loucas  
Até amanhã  
Sou Ana  
Da cama, da cana, fulana, sacana  
Sou Ana de Amsterdam.*

*Eu cruzei um oceano  
Na esperança de casar  
Fiz mil bocas pra Solano  
Fui beijada por Gaspar.*

*Sou Ana de cabo a tenente  
Sou Ana de toda patente, das Índias  
Sou Ana do oriente, ocidente, acidente, gelada  
Sou Ana, obrigada  
Até amanhã, sou Ana  
Do cabo, do raso, do rabo, dos ratos  
Sou Ana de Amsterdam.*

*Arrisquei muita braçada  
Na esperança de outro mar  
Hoje sou carta marcada  
Hoje sou jogo de azar.*

*Sou Ana de vinte minutos  
Sou Ana da brasa dos brutos na coxa  
Que apaga charutos  
Sou Ana dos dentes rangendo  
E dos olhos enxutos  
Até amanhã, sou Ana  
Das marcas, das macas, das vacas, das pratas  
Sou Ana de Amsterdam.*

*Ana de Amsterdam*

*Uma das musas de Chico Buarque*

SILVA, L. C. da. **CARTOGRAFIAS DE MULHERES NA PROSTITUIÇÃO**: territórios, heterotopias e suas interfaces com a Psicologia. 2016. 163f. Tese (Doutorado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis, 2016.

## RESUMO

Nesta pesquisa, buscamos realizar cartografias das experiências existenciais de mulheres que se prostituem e dos territórios voltados à prostituição feminina adulta em um município interiorano e de pequeno porte populacional, localizado na região sudeste do Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Consideramos a prostituição de mulheres adultas como movimento e conjunto de forças culturais, econômicas, políticas, psicológicas e sociais que se entrecruzam em espaços e tempos determinados, tendo como finalidade principal a oferta de relações sexuais em troca de dinheiro. Para mapearmos as experiências vividas por diferentes mulheres na prostituição, recorreremos à abordagem qualitativa de pesquisa em Psicologia e aos aportes teóricos advindos dos Estudos Culturais e da Teoria *Queer*, além de importantes leituras descritas por Michel Foucault. A cartografia e a observação participante nos auxiliaram nas atividades de campo e na realização de entrevistas de longa duração com 10 (dez) mulheres que atuavam em diferentes territórios/espacialidades da prostituição da cidade, como bares, casas e ruas. Tivemos a preocupação de entrevistar apenas as bio-mulheres adultas – mulheres em termos biológicos, portadoras do órgão sexual feminino (PRECIADO, 2008) –, de diferentes idades, raças/cores e classes sociais e de distintas trajetórias de vida pessoal e profissional. Diversos fatores contribuíram para a entrada e a permanência de nossas participantes na prostituição, desde as histórias de violências estruturais e de gêneros, vividas da infância à idade adulta, até a tentativa de romper com um ideal binário de feminilidade, destinado ao casamento e à procriação. Observamos ações do contrapoder feminino, demonstrando, por meio de diferentes táticas de resistências, “que nem tudo está à venda na prostituição” (BURBULHAN, *et al*, 2012). Em outras palavras, as mulheres com as quais dialogamos neste estudo rompem com a imagem da mulher prostituta enquanto pessoa imoral, vitimizada, desregrada e destruidora dos bons costumes. São mulheres *Queers*, inomináveis, e que escapam dos ideais identitários normativos e dualistas de a “santa/puta”, ao mostrarem, através do uso de diferentes denominações políticas, que variações do humano são possíveis, até mesmo nos vários territórios da prostituição. Os resultados apontam ainda a ausência de pesquisas sobre esta temática por parte de profissionais e/ou pesquisadores/as psicólogos/as no Estado de Mato Grosso do Sul e a necessidade de novos estudos a serem concretizados pela Psicologia sobre a prostituição de mulheres adultas em pequenos centros urbanos e em cidades do interior do país. Histórias de vida, cartografias, heterotopias, relações de gêneros e de poder, territórios, classes sociais, raças/cores, sexualidades e suas interfaces com a Psicologia são os temas que direcionam o caminhar dialógico desta pesquisa.

**Palavras-chave:** Cartografias. Prostituição Feminina Adulta. Psicologia. Territórios.

SILVA, L. C. da. **CARTOGRAPHIES OF WOMEN IN PROSTITUTION:** territories, heterotopies and its interfaces with Psychology. 2016. 163f. Thesis (Ph.D in Psychology) – Science and Letters College, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis, 2016.

### ABSTRACT

In this research, we intend to do cartographies of the existential experiences of prostituted women and the territories focused in adult female prostitution in a small-town located in the southeastern of Mato Grosso do Sul - MS. We consider prostitution of adult women as a movement and a set of cultural, economic, political, psychological and social forces that intersect in certain space and time, with the main purpose to offer sex in exchange for money. To map out the experiences of different women in prostitution, we make use of qualitative research in Psychology and theoretical contributions from Cultural Studies and *Queer* Theory, besides important readings described by Michel Foucault. The cartography and participant observation assisted us in the field research and conducting long interviews with ten (10) women who usually worked in different territories/spatiality of prostitution in the city, such as bars, homes and streets. We had the concern to interview only bio-adult women – “women in biological terms, carrying the female sexual organ” (PRECIADO, 2008) – of different ages, races/colors and social classes and different paths of personal and professional life. Several factors contributed to the entry and stay of these research collaborators in prostitution, since the stories of structural and gender violence – lived from childhood to adulthood – until the attempt to break with an ideal torque of femininity destined to marriage and procreation. We observe actions of female counterforce, demonstrating through different tactics of resistance, like “not everything is on sale in prostitution” (BURBULHAN, *et al*, 2012). In other words, women with which we dialogue in this study, break with the image of woman prostitute as “immoral victimized person”, dissolute and destructive of morality. They are *Queer* Women, unspeakable, and who escape from the ideals of normative and dualistic identity “saint/whore”, to show, through the use of different political denominations, that variations of human beings are possible even in different prostitution territories. The results also point to the absence of research on this topic by professionals and (or) researchers psychologists in Mato Grosso do Sul and the need for new studies to be made on adult female prostitution in small and provincial-towns. Life stories, cartographies, heterotopies, gender and power relations, territory, social classes, races/colors, sexualities and its interfaces with Psychology are the themes that lead the dialogic path of this research.

**Keywords:** Cartographies. Adult Female Prostitution. Psychology. Territories.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	12
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1 POSSIBILIDADES TEÓRICAS DA PESQUISA</b> .....	22
1.1 <i>Marcadores de Diferenças, Marcadores de Violências: os gêneros, as raças/cores e as classes sociais</i> .....	22
1.2 <i>Relações de Poder e Sexualidade: da ideia de abjeção à construção da cidadania</i> .....	32
1.3 <i>Mulheres (In)Visíveis, Mulheres (Im)Possíveis: desconstruindo a cultura identitária</i> .....	39
1.4 <i>Territórios e Heterotopias: diferentes territorialidades e espacialidades de poder</i> .....	44
<b>OBJETIVOS</b> .....	51
<b>JUSTIFICATIVA</b> .....	52
<b>2 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA</b> .....	54
2.1 <i>Os Aportes Teóricos: os Estudos Culturais e a Teoria Queer</i> .....	54
2.2 <i>As Cartografias: implicações teóricas e práticas</i> .....	57
2.3 <i>A Escolha das Participantes: os contatos, os encontros e as relações</i> .....	64
2.4 <i>Os Aspectos Éticos</i> .....	67
2.5 <i>Forma de Organização dos Dados da Pesquisa</i> .....	69
<b>3 CARTOGRAFIAS TERRITORIAIS E EXISTENCIAIS DA PROSTITUIÇÃO</b> .....	70
3.1 <i>Territórios e Territorialidades: cartografias da prostituição</i> .....	70
3.2 <i>As Cartografias Existenciais</i> .....	75
<i>Topázio – 1939</i> .....	75
<i>Rubi – 1982</i> .....	78

<i>Ametista – 1983</i> .....	83
<i>Ágata – 1974</i> .....	86
<i>Pérola Negra – 1991</i> .....	89
<i>Jade – 1992</i> .....	92
<b>4 (DES)ESTÉTICAS, MOVIMENTOS E HISTÓRIAS DE MULHERES NA PROSTITUIÇÃO</b> .....	97
4.1 <i>Entre Maria Madalena e Gabriela Leite: diferentes (des)estéticas de mulheres que se prostituem</i> .....	99
4.2 <i>“ Eu não sabia o que era aquela descoberta ”: movimentos, rupturas e (des/re)territorializações – histórias da infância à prostituição</i> .....	108
4.3 <i>“ Vem cada tipo de gente que você tem que estar enfrentando ”: o centro e as margens – heterotopias na prostituição</i> .....	119
4.4 <i>“ Isso daqui é uma verdadeira experiência de vida ”: ambiguidades, (in)visibilidades e sociabilidades na prostituição</i> .....	127
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	140
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b> .....	145
<b>APÊNDICES</b> .....	156
APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA – EIXOS DISPARADORES .....	157
APÊNDICE B: MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .....	159
<b>ANEXO A: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP</b> .....	162

## APRESENTAÇÃO

Os muitos comentários e as muitas perguntas com os quais me deparei durante a minha trajetória de Doutorado em Psicologia encontram-se resumidos na seguinte pressuposição: “Porque esta temática de pesquisa, logo você que, aparentemente, não apresenta nenhum tipo de afinidade com ela?” Sim, foram muitas e muitas vezes que tive de responder a esses questionamentos, mas, principalmente tive de entrar em contato com os meus pensamentos mais íntimos, para discutir e problematizar, longe de determinismos e generalizações, sobre um objeto de pesquisa cercado por tabus e considerado marginal nos estudos em Psicologia.

Esses questionamentos – incessantes, por sinal – partiram de todos os lados. Vieram de pessoas ligadas a vertentes religiosas – que acreditavam que o resultado desta pesquisa traria algum bem moral para “essas pobres mulheres”, tirando-as dessa “situação de opressão”; de colegas psicólogos/as – que, embasando seus trabalhos em correntes tradicionais e positivistas da Psicologia, não conseguiam enxergar outra forma de se fazer Psicologia além de *settings* terapêuticos e de divãs; e da própria academia – que elege categorias, procedimentos metodológicos e temas que visam dar manutenção a um saber hegemônico, enquanto marginaliza muitos outros, por não se enquadrarem na tradição positivista da ciência.

“Carinha de boneca”, “retraída”, “tímida”, “higienista” e tantas outras denominações foram surgindo ao longo destes anos de doutorado, a fim de dar sustentação à crença de que, necessariamente, o/a pesquisador/a deverá estar ligado/a, de forma pessoal, ao seu objeto de pesquisa. Sendo assim, como abordar uma temática tão polêmica, paradoxal e marginal em grande parte da academia e dos estudos mais relevantes a ser realizados pela Psicologia? Na tentativa de romper com essas pressuposições inócuas, que tendem a dar legitimidade a algum tipo de poder, seja ele religioso, curativo ou acadêmico, às mulheres ligadas à prostituição, que sucedeu a ideia desta pesquisa.

A música, enquanto instrumento de análise e intervenção política, me aproximou das mulheres que compõem o quadro de 10 (dez) participantes desta pesquisa, me conectando, ainda mais, com elas e com suas histórias de vida. Este fato ganhou respaldo teórico e prático nas ideias trazidas por Donna Haraway (1995b), a respeito da noção de “Saberes Localizados”. Nesta pesquisa, o “saber localizado” faz referência à minha posição de

pesquisadora frente ao meu objeto de pesquisa – as mulheres que se prostituem em um pequeno centro urbano. Procurei problematizar a prostituição de mulheres adultas em uma típica cidade interiorana do Estado de Mato Grosso do Sul - MS a partir de um lugar situado – o lugar do sentimento, derivado da sensibilidade musical – com as (re)leituras de Chico Buarque e Caetano Veloso, transcritas e analisadas ao longo da redação do texto, e cantadas no momento de defesa da tese, apresentada em formato de musical.

Desse modo, saliento que este trajeto de reflexão e mobilização não foi concebido a vácuo, mas construído e amadurecido ao longo de meu percurso acadêmico e profissional. Destaco que as viagens, sobretudo de ônibus, foram muito importantes neste processo, uma vez que a vida parece acontecer em meio a diferentes trânsitos coletivos. Em muitas delas, pude presenciar cenas de mulheres em pontos e em ruas oferecendo sexo a homens em troca de dinheiro e de drogas. Algumas dessas garotas chegaram a embarcar em diferentes ônibus em que também eu estava, despertando a curiosidade de muitos passageiros, além de outros sentimentos, como piadinhas, sátiras e preconceitos. Um dos colegas de mestrado, que me acompanhava em uma dessas viagens, disse-me, em tom de ironia: “Feminista, está aí um tema para o seu doutorado!” Eis a minha resposta: “Por que não?” Um dos primeiros motivos para que eu dissesse “Sim”.

Durante o mestrado em História, mais especificamente na dissertação intitulada *Histórias de Mulheres Catadoras: ambiguidades, gênero e representações (2011)*, pude constatar que o espaço de trabalho com os recicláveis abrangia um grande número de mulheres, negros, homossexuais, pessoas portadoras de algum tipo de deficiência física e mental e aquelas ligadas ao contexto da prática sexual remunerada. A partir disso, ficou evidente que o ambiente de manuseio dos recicláveis, além de se apresentar como local de descarte material, atuava, também, como território de descarte social, principalmente de pessoas que não condiziam com as normas dominantes de gêneros, classes sociais, raças/cores e sexualidades, reproduzidas em grande parte da sociedade.

Ademais, o interesse em abordar essa temática de pesquisa adveio da prática profissional enquanto psicóloga pertencente ao quadro de servidores públicos do município do qual este estudo faz referência. Entre os anos de 2009 e 2013, participei diretamente de projetos voltados às mulheres em situação de prostituição, em parceria com a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria Executiva de Políticas Públicas para as Mulheres. Nestes encontros, abordamos assuntos ligados à prevenção das DSTs/AIDS e às violências de gênero

em alguns dos pontos destinados à prática sexual comercial, como bares e casas de prostituição da cidade.

Neste mesmo período, realizei atendimentos clínicos – individuais e grupais – de pessoas acometidas de hanseníase e acidente vascular cerebral - AVC, sendo a profissional responsável pela execução desses dois programas na área de saúde mental. Além destes atendimentos, atuei, durante dois anos, na Clínica da Mulher, estando ligada à equipe responsável pelo Programa de Planejamento Familiar da região. Nesta ocasião, tive maior aproximação com mulheres ligadas ao contexto da prostituição, inclusive, realizando atendimentos de muitas delas a partir de encaminhamentos advindos do Ministério Público, CREAS e CRAS. Esses atendimentos não estavam associados à participação delas na prática sexual comercial, mas relacionados a outras demandas, como a ocorrência de violências, concessão de benefícios sociais e problemas familiares.

Nestes atendimentos, ouvi, de algumas mulheres, histórias de sofrimentos psicossociais, potencializadas por situações de psicoterapias não bem sucedidas. Situações em que foram julgadas como “perversas” ou como “histéricas” por psicólogas que também atuavam no âmbito da saúde mental deste município. Esses acontecimentos me fizeram questionar sobre a atuação e o papel da Psicologia no âmbito dos direitos humanos, voltados, sobretudo às pessoas com histórias de resistência a um dado poder normativo. Histórias de vivências negadas e de existências marginalizadas, marcadas por um saber que, por vezes, potencializa sofrimentos em decorrência de situações contra-hegemônicas e dissidentes na sociedade.

Compartilhando o desejo de seguir com mais afinco nas observações da referida prática acadêmica – com o estudo de grupos considerados marginais – e também de atuação profissional – no atendimento de pessoas e grupos em situação de invisibilidade social e, por sua vez, marcados por estigmas e preconceitos – resolvi trazer para o doutorado as discussões sobre sexualidades e relações de poder. Se, durante o mestrado, o meu objeto de pesquisa esteve voltado ao estudo das mulheres catadoras no âmbito do processo histórico, no doutorado, surgiu a ideia de pensar as mulheres no contexto da prostituição, mais especificamente em um pequeno centro urbano, trazendo-as para o campo de estudos proposto pela Psicologia.

São pouquíssimos os trabalhos que abordam a prostituição de mulheres adultas no Estado de Mato Grosso do Sul, com exceção daqueles que se concentram nos estudos de prostituição em fronteiras, em instâncias turísticas e em cidades mais populosas e/ou

desenvolvidas do Estado. Pensar em pesquisas sobre a prostituição feminina adulta em pequenos centros urbanos e realizadas por pesquisadores/as com formação em Psicologia, foi um fator de extrema importância para os intentos deste doutorado, uma vez que não encontramos registros de trabalhos acadêmicos fora destes contextos por profissionais voltados aos estudos de saúde mental.

Assim, para os propósitos de elaboração desta Tese de Doutorado em Psicologia, intitulada *Cartografias de Mulheres na Prostituição: territórios, heterotopias e suas interfaces com a Psicologia*, venho apresentar as cartografias existenciais e territoriais da prostituição de mulheres adultas, especificamente denominadas de bio-mulheres – mulheres em termos biológicos, detentoras do órgão sexual feminino no momento do nascimento (PRECIADO, 2008) – em um município de poucos habitantes, localizado no interior do Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Saliento, de antemão, que as informações contidas ao longo desta pesquisa em momento algum se apresentarão como verdades acabadas e, muito menos, como saberes generalizados e universais. Ao contrário, elas atuarão no sentido de promover nossas problematizações sobre as histórias de vida de mulheres que se prostituem em um dado território geográfico/geopolítico, com suas particularidades, similaridades e diferenciações.

## INTRODUÇÃO

*Terezinha de Jesus*

*De uma queda foi ao chão  
Acudiram três cavalheiros  
Todos de chapéu na mão.*

*O primeiro foi seu pai,  
O segundo seu irmão,  
O terceiro foi aquele  
Que a Tereza deu a mão.*

*Terezinha levantou-se  
Levantou-se lá do chão  
E, sorrindo, disse ao noivo:  
Eu te dou meu coração.*

*Tanta laranja madura,  
Tanto limão pelo chão.  
Tanto sangue derramado  
Dentro do meu coração.*

*Da laranja quero um gomo,  
Do limão quero um pedaço,  
Do menino mais bonito  
Quero um beijo e um abraço.*

(Terezinha de Jesus)

Iniciarmos esta Tese de Doutorado em Psicologia com os versos que compõem a antiga cantiga de roda, *Terezinha de Jesus*, nos parece bastante ousado e um tanto proposital. Aparentemente doce e inofensiva, essa canção nos apresenta a figura da mulher imersa em uma cultura patriarcal e submissa a uma hierarquia altamente androcêntrica. De tom lúdico e sem variações melódicas, *Terezinha de Jesus*, datada do século XIX, responde a toda uma cultura da época, sendo, ainda hoje, fortemente reproduzida nas brincadeiras infantis, e,

durante esta pesquisa, será retomada como importante instrumento de intervenção e análise política, uma apologia ao ideal uníssono de feminilidade na prostituição.

É importante destacar as mudanças relacionadas às sexualidades e aos gêneros na condição de efemeridade, fluidez, provisoriedade, fragmentação, movimentação e caos que permeiam o que poderíamos denominar de (trans)contemporaneidade<sup>1</sup>. Neste contexto de constantes transformações, nosso interesse está voltado às problematizações das experiências vividas por mulheres em situação de prostituição em um pequeno centro urbano, localizado na região sudeste do Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Entendemos por experiências as composições políticas e as estéticas e estilísticas da vida, suscitadas pela possibilidade de participação do sujeito na ordem dos discursos. Para Scott (1998), a experiência se apresenta como metáfora da visibilidade, histórias que documentam o mundo escondido dos discursos. Em suas palavras: “[...] precisamos nos referir aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam suas experiências. Não são indivíduos que têm experiência, mas sim sujeitos que são constituídos pela experiência” (SCOTT, 1998, p. 304).

Toda vez que discutimos as experiências de prostituição, colocamos em evidência duas questões opostas desta prática: de um lado, a pobreza e a falta de melhores oportunidades sociais, e, de outro, o universo pecaminoso e imoral do sexo pelo dinheiro. É evidente que, em muitos casos, o fato de ser mulher, negra e pobre – importantes marcadores sociais de poder e de diferenças – deixa transparecer sinais visíveis de restrito acesso feminino ao mercado de trabalho, fator que dirige muitas mulheres e/ou as mantém no universo da prostituição. Mas também, não podemos atribuir à entrada e à permanência feminina nas relações que envolvem o sexo por dinheiro unicamente à questão financeira, uma proposição reducionista e essencialista, que culminaria na ideia de sujeito único, engendrado às artimanhas provocadas pelo biopoder e pelas regulações biopolíticas de classe social, higienismos e suas segregações.

Consideramos a prostituição de mulheres adultas como movimento e conjunto de forças culturais, econômicas, políticas, psicológicas e sociais que se entrecruzam em espaços e tempos determinados, tendo como finalidade principal a oferta de relações sexuais em troca de dinheiro. Na literatura científica, nos deparamos com uma infinidade de nomenclaturas

---

<sup>1</sup> A ideia de (trans)contemporaneidade está associada à noção de *transposições* e é apresentada por Rosi Braidotti, em *Transposiciones* (2008), para se referir à crise dos paradigmas em tempos atuais, solicitando problematizações a respeito de tudo o que foi dado como fixo e acabado, de modo que, palavras como mudanças, transformações, transgressões e *trânsitos* se mostram mais pertinentes para as análises das relações humanas e se vinculam à positivação das diferenças e resistências entre as pessoas.

para se referirem às mulheres na prostituição, desde “concubinas, meretrizes, damas da noite e acompanhantes” – que carregam significados mais afetuosos e menos sexuais – passando por “profissionais do sexo e trabalhadoras do sexo” – termos mais higienistas e de cunho comercial – até chegarmos às nomenclaturas “prostitutas e putas” – portadoras de um significado mais politizado, tendo como principal idealizadora de luta a famosa prostituta brasileira Gabriela Leite.

Em *Devir Puta*, Olivar (2013) descreve a experiência de quatro mulheres militantes na trajetória política da prostituição de rua em Porto Alegre - RS, problematizando-a enquanto importante lugar de sociabilidades e constantes ocorrências de relações de poder. Em suas palavras: “a palavra prostituição demarca um tipo de relação que, claro, são milhares de relações; que muda de forma, tom e natureza, até o ponto de talvez deixar de sê-lo sem percebermos” (OLIVAR, 2013, p. 33). Adiante, ele incorpora outras discussões ao referido tema, entendendo-o como: “[...] um espaço privilegiado de existência (encontro, produção, transformação, intensificação) de famílias e de sociabilidades, especialmente femininas, tidas como relegadas, marginais e perigosas no espaço simbólico de expansão de classes/gêneros hegemônicos” (ibid., p. 35).

Em *Narrativas Cotidianas das Profissionais do Sexo: o trabalho nas casas noturnas*, Andrade (2015) problematiza o espaço da prostituição como ambiente comunitário, um local de criação de laços afetivos e de pertencimento social. Para Rodrigues (2009), a relação de sexo por dinheiro se caracteriza como lugar de contradições, permeado por sociabilidades e estigmas, fato corroborado em Fonseca (1996) e Russo (2006). Todos esses estudos se voltam contrariamente à ideia de que a prostituição seria uma das poucas alternativas de vida para mulheres em situações de pobreza e vulnerabilidade social. Pelo contrário, estes estudos defendem a regulamentação da prostituição no mercado de trabalho formal, com todos os direitos e garantias previstas em lei.

Ribeiro (2010) e Nascimento (2014) abordam a prostituição a partir das experiências vividas por mulheres em condições de pobreza estrutural e de violência. As referidas pesquisas apontam a maternidade como elemento de grande expressividade na vida de mulheres que se prostituem, principalmente em pequenos centros urbanos e em cidades do interior do Brasil. Estas leituras sobre prostituição e sua relação muito próxima com as diferentes expressões de violência são percebidas também em Silva (2014), quando, em *Implicações Psicossociais da Violência nos Modos de Vida de Prostitutas Pobres*, discute a prostituição de baixo meretrício, praticada em ruas da cidade Fortaleza - CE. Para esta autora,

a prostituição está ligada a uma dinâmica territorial muito particular, delimitando formas específicas de violência e diferentes modos de produção das subjetividades de mulheres que se prostituem.

Na Psicologia, destacamos as pesquisas de Lopes *et. al.* (2007), que realizaram estudos com as chamadas “profissionais do sexo” de classe média e média alta na cidade de Goiânia - GO; Santos *et.al* (2008), que voltaram olhares às questões de intervenção em saúde do trabalhador com as também denominadas “profissionais do sexo”; Rodrigues (2010), que discutiu sobre a construção da carreira profissional das mulheres na prostituição no centro de Salvador - BA; e Burbulhan *et.al* (2012), que desenvolveram estudos com mulheres que atuavam em zonas de baixo e médio meretrício do interior do Estado do Paraná. A maioria destas pesquisas concentra-se no âmbito dos estudos da Psicologia Social e Comunitária, Psicologia da Saúde e Psicologia do Trabalho, tendo como principais enfoques as doenças sexualmente transmissíveis, as relações de afeto/prazer/poder entre prostitutas e clientes e as violências e os estigmas vividos por mulheres em situação de prostituição no Brasil.

Importante destacar que a prostituição de mulheres adultas possui as suas particularidades, sobretudo quando associada a um determinado tipo de territorialidade, pensado a partir da ótica do interior. Logo, são essas particularidades que procuramos problematizar com mais afinco durante esta pesquisa, norteados pelos seguintes questionamentos: De que modo a prostituição subjetiva as mulheres nos/nas diferentes territórios/territorialidades – bares, casas e ruas – de um município interiorano e de pequeno porte populacional, localizado na região sudeste do Estado de Mato Grosso do Sul - MS? E, de que forma a Psicologia tem se posicionado frente às novas demandas existenciais e às expressões políticas e variantes das sexualidades – tidas como marginais e desregradas – em uma sociedade com matrizes fortemente excludentes das normativas hegemônicas de gêneros, raças/cores e classes sociais?

Dividida em quatro capítulos, esta pesquisa, além de buscar responder a estes questionamentos, tentará compor, em formato de cartografias, novas leituras a respeito das práticas e experiências de prostituição de mulheres adultas em pequenos centros urbanos e contextos interioranos e suas interfaces com a Psicologia. Assim sendo, o primeiro capítulo, *Possibilidades Teóricas da Pesquisa*, é dedicado às problematizações dos conceitos que sustentam teoricamente esta tese. Encontram-se ancoradas nas leituras de Michel Foucault, Judith Butler, Beatriz Preciado, Teresa De Lauretis, Gloria Anzaldúa, Donna Haraway e Rose Braidotti estendendo-se para discussões mais recentes, trazidas por autores/as renomados/as

no âmbito nacional e internacional, voltados aos estudos em Psicologia e em práticas interdisciplinares, como Sandra Azerêdo, Olga Sinúes & Rafael Jiménez e Claude Raffestin.

No segundo capítulo, *O Percurso Metodológico da Pesquisa*, destacamos as contribuições teóricas advindas dos Estudos Culturais e *Queer* e as implicações conceituais e práticas propostas pela cartografia. A partir deles, acompanhamos a trajetória pessoal e profissional de 10 (dez) mulheres ligadas à prostituição, que residissem e/ou trabalhassem no município pesquisado. Tivemos a preocupação de realizar entrevistas de longa duração apenas com as bio-mulheres adultas – mulheres em termos biológicos, detentoras do órgão sexual feminino no momento do nascimento (PRECIADO, 2008) –, de raças/cores, classes sociais e escolaridades diferenciadas e vinculadas à prática sexual remunerada em bares, casas e ruas da cidade. A análise do discurso, proposta por Michel Foucault (1996), e o método *snow-ball* – bola de neve – voltado ao/à recrutamento/seleção de nossas participantes, se somam aos dois últimos pontos abordados durante este capítulo, os aspectos éticos e a forma de organização dos dados da pesquisa.

No terceiro capítulo, *Cartografias Territoriais e Existenciais da Prostituição*, apresentamos os dados coletados durante a nossa incursão no campo de pesquisa, que assim denominamos de Cartografias. Objetivamos apresentar estes dados em duas grandes partes. Na primeira, ilustramos as cartografias territoriais – obtidas através do mapeamento dos locais voltados às relações de sexo por dinheiro no município, como os bares, as casas e as ruas. Em seguida, delineamos as cartografias existenciais – histórias de vidas transformadas em histórias narrativas de 06 (seis) das 10 (dez) mulheres que participaram da construção desta tese. Em um plano de historicidade, trazemos os relatos de Topázio, primeira dona de casa de prostituição no município, até chegarmos às narrativas mais recentes de mulheres que se prostituem, como as de Jade, de 24 anos, e Ônix, de 19.

Por fim, no quarto capítulo, *(Des)Estéticas, Movimentos e Histórias de Mulheres na Prostituição*, discutimos os movimentos, as rupturas e as (des/re)territorializações na prostituição de mulheres adultas em um município que ainda hoje tem perpetuado costumes interioranos. Os diferentes modos de (não) nomeação destas mulheres na prática sexual remunerada, as histórias vividas da infância à prostituição, as heterotopias envolvendo as relações de sexo por dinheiro e o importante paradoxo da prostituição – ao mesmo tempo, considerada um espaço de invisibilidades e sociabilidades – são os temas que permeiam as nossas análises ao longo deste último capítulo. São heterotopias; vidas marcadas pela efemeridade e fugacidade do encontro sexual pago, mas que também se abrem às novas

possibilidades de agenciamentos, afetos e resistências aos constantes e difíceis embates com as relações de poder.

## 1 – POSSIBILIDADES TEÓRICAS DA PESQUISA

*“Prefiro ser uma ciborgue a ser uma deusa”*

*(HARAWAY, et al., 2000)*

Iniciamos o primeiro capítulo desta tese com uma afirmação marcante proferida pela bióloga e escritora estadunidense, Donna Haraway, em a *Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano* (2000). A renúncia de um importante posto – o de deusa – para assumir uma posição questionadora da ontologia do humano – o de ciborgue – nos faz pensar nas abordagens metodológicas tradicionais e no percurso profissional elitista, ainda hoje, muito presentes na Psicologia. Em contraponto a tais vertentes, propomos dar visibilidade às diferentes variações e descontinuidades do humano, em especial de mulheres ligadas à prostituição. Para tanto, algumas problematizações nos parecem mais pertinentes em nosso trajeto de pesquisa, como: as relações de gêneros, as classes sociais, as raças/cores, as sexualidades, as identidades e os territórios. Orientados por estes importantes pressupostos políticos, damos início às incursões teóricas desta pesquisa.

### *1.1 - Marcadores de Diferenças, Marcadores de Violências: os gêneros, as raças/cores e as classes sociais*

Uma das mais claras e peremptórias discussões apresentadas na atualidade, tal como Teresa De Lauretis (1987) salientou em seus estudos, é àquela que faz referência às relações de gêneros. Para ela, os gêneros são produzidos por uma tecnologia/maquinaria de produção, pautando-se em princípios médicos, religiosos, jurídicos e educacionais. Em suma, são efeitos de várias tecnologias sexuais que se interligam segundo um poder maior – o do Estado. De Lauretis (1987) entende as relações de gêneros a partir do gerenciamento e da produção de discursos, determinados pelas instituições e pelas chamadas tecnologias sociais – como o cinema e a literatura, por exemplo – que, respaldando-se na diferença sexual e tomando a

biologia como aparato de regulação da vida humana, levam à construção e à disseminação de práticas reducionistas de controle dos corpos e das sexualidades.

Os gêneros têm a função de definir e construir indivíduos concretos em homens e mulheres, consolidando comportamentos que lhes seriam próprios na sociedade. Eles são entendidos, por De Lauretis (1987), como representação de uma relação, construindo, previamente, analogias de pertencimentos das pessoas a determinados grupos sociais. Para ela, os gêneros não representam apenas o indivíduo, mas uma relação social da qual ele possa vir a pertencer. Logo, as concepções dadas de antemão sobre o que seria masculino e feminino passam a classificar os seres humanos dentro de determinadas categorias, permeadas por valores culturais e hierarquias sociais, assim denominados de *sistema sexo-gênero*. Este sistema, por sua vez, é retratado pela autora da seguinte forma:

O sistema sexo-gênero, enfim, é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social, etc.) a indivíduos dentro da sociedade. Se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou representar como masculino e feminino subentende a totalidade daqueles atributos sociais. Assim, a proposição de que a representação de gênero é a sua construção, sendo cada termo a um tempo produto e processo do outro, pode ser expressa com mais exatidão 'A construção de gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação' (LAURETIS, 1987, p. 212).

Para a autora, as relações de gêneros em paralelo a outros marcadores sociais se convertem em importantes meios de atribuição e validação de posições diferenciadas e, diríamos ainda, hierarquizadas às pessoas em diferentes momentos históricos e contextos culturais e sociais. Elas são conferidas a partir de uma norma, que toma como natural um sistema baseado em opressões, e deixam ser (re)produzidas pelas vias dos discursos, que se repetem de maneira contínua e mecânica na vida e no cotidiano das pessoas, apontando os modelos de comportamentos aceitáveis e/ou reprováveis de acordo com as perspectivas marcadas pelo *sistema sexo-gênero*.

Judith Butler (2013) tem promovido algumas problematizações sobre como a existência de uma matriz heteronormativa reitera e constrange, pela via dos discursos, as expressões das corporalidades – os corpos enquanto processos dinâmicos e abertos às novas e constantes significações culturais, sociais, históricas e políticas – limitando-as a um modelo padrão, de modo que todas as expressões corporais que escapam dessa matriz de inteligibilidade tendem a cair no enfoque da identidade e da abjeção, o que,

consequentemente, impede/nega outras possibilidades de identificação. Logo, ela esclarece que:

Se o gênero são significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo, por um momento, a estabilidade do sexo binário não decorre daí a construção de ‘homens’ aplique-se exclusivamente a corpos masculinos ou que o termo ‘mulheres’ interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer a dois. A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito (BUTLER, 2013, p. 24).

A autora alerta para a necessidade de reformular, no interior de uma estrutura constituída de poder, críticas aos modelos estáticos, que visam engendrar as pessoas a determinados conceitos, limitando-as a naturalizações e a posições inertes perante a vida em movimento. Ademais, ela incita ao questionamento sobre como a categoria mulher, discutida pelo Movimento Feminista Patriarcal, somente alcançou estabilidade e coerência quando permeada pela matriz heterossexual, a qual visa estabelecer, em termos de um discurso cultural hegemônico, estruturas binárias de comportamentos, confinando as mulheres à categoria mulher no singular, com toda carga semântica e restrita que lhe é decorrente, e enaltecendo os homens como portadores de uma racionalidade e uma hegemonia universal.

Quando retratamos as questões de gêneros em interface a outros marcadores sociais, queremos dizer que eles se mostram atuantes na vida e no cotidiano das mulheres participantes desta pesquisa, conferindo-lhes posições marginalizadas na sociedade, onde seus direitos e suas vozes tendem a permanecer num plano oculto ou de anonimato. Estes aspectos nos permitem pensar nas palavras de Sinúes & Jiménez (2010) a respeito de como uma sociedade construída nos ideais de uma heterossexualidade normativa e obrigatória: “[...] levou a definir a própria natureza sexual da mulher (e do homem) mediante o ‘controle’ do que se espera dela, [...], limitando e cortando seus comportamentos, em especial no terreno da sexualidade” (SINUÉS & JIMÉNEZ, 2012, p. 41. Tradução nossa).

Estas significações culturais, sociais e generalistas vinculam-se a posições formatadas em torno de uma sexualidade obrigatória – biológica e natural – que visa fundamentar, justificar e perpetuar uma ordem unilateral e equivocada de interpretar o mundo e as pessoas. Tais significações, segundo afirmam Sinúes & Jiménez (2010), passam a operar como conceitos políticos de opressão a serviço do pensamento heterossexual – único e obrigatório –

inscritos em uma linguagem de dominação, onde as diferenças se tornam importantes formas de desigualdades sociais, políticas e de direitos, sobretudo quando pensamos na imagem historicamente construída das mulheres ligadas à prostituição.

Em nossa pesquisa, propomos o uso das terminologias “raças/cores” no plural para problematizarmos as fronteiras que demarcam as possibilidades de pertencimento social e as práticas de culhos racistas em decorrência de questões biológicas e fenotípicas, historicamente atuantes na construção de estigmas e marginalidades. Etimologicamente, a palavra “raça” teve sua origem nos séculos XIV e XV, na França e na Itália, interligando significados destinados a todos aqueles que pertencessem à mesma família, raiz, origem e/ou gênero. Por muito tempo, se acreditou que a utilização deste termo estaria relacionada às formas de discriminação e marginalização das pessoas negras. Entretanto, os Movimentos Sociais de Jovens Negros, as Organizações voltadas aos Direitos das Pessoas Negras, Pardas e Mestiças e, em especial o Movimento Negro Unificado da Década de 1970 retomaram este termo para afirmar-se e se oporem às diversas formas de desigualdades sociais e de oportunidades políticas voltadas à população negra no Brasil.

Para Muniz (2010), o termo raças não está associado somente à cor da pele, mas também às relações de poder e de hierarquizações envolvendo pessoas e grupos sociais. Em outras palavras, trata-se da forma pela qual os sujeitos são percebidos uns pelos outros, um conceito, um constructo social, historicamente produzido, que tem apresentado significados políticos de extrema relevância para as experiências e vivências humanas, conforme evidenciou Fonseca, ao relatar que: “As cores socioculturalmente politizadas representam uma linha divisória reconhecida como algo natural por parte da população brasileira que concebe a existência de um lugar do negro e de um lugar do branco no país” (FONSECA, 2004, p. 57).

Tomando como exemplo os estudos realizados por Azerêdo (1994), Petruccelli & Saboia (2013) e Muniz (2010), entendemos que o termo raças é socialmente construído e fenotipicamente atribuído às pessoas e aos grupos sociais, que são reconhecidos pelas marcas de poder inscritas sobre seus corpos. Assim, os recortes raciais e a consequente formação dos discursos racistas estabelecem as fronteiras a serem ocupadas por brancos e negros na sociedade, conferindo-lhes diferentes lugares, que vão desde a concessão de privilégios até os espaços permeados por disparidades e restrição de direitos. A este atributo, socialmente construído e tomado restritamente como um dado biológico, incidem marcas de discriminação

e de vulnerabilidades sobre os corpos considerados dissidentes em um país de fronteiras e formas de existências ainda desiguais.

Tais aspectos podem ser observados nos diferentes indicadores sociais, apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2011) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2013) que, em suas diversas análises, apontam que as mulheres negras e pardas apresentam índices mais baixos de escolaridade, piores condições de moradia, possibilidades mais escassas de trabalho, posições menos qualificadas de emprego e pior remuneração no mercado de trabalho, sofrendo em decorrência de condições não dignas de vida se comparadas às mulheres brancas e de classe média. Este número tende a saltar ainda mais se confrontamos as condições enfrentadas pelas mulheres negras às dos homens brancos no Brasil, assinalando a emergência e atuação das questões de gêneros, classes e raças/cores nas práticas de discriminação e privilégios na sociedade.

Ao problematizar as expressões de racismos, Anzaldúa (2000) esclarece o quanto os brancos precisaram inferiorizar as pessoas de cor para se situarem como superiores, além de exercitar o poder de ter privilégios e regalias sobre a raça negra. Logo, como modo de denúncia, ela adverte que:

A mulher de cor iniciante é invisível no mundo dominante dos homens brancos e no mundo feminista das mulheres brancas, apesar de que, neste último, isto esteja gradualmente mudando. A lésbica de cor não é somente invisível, ela não existe. Nosso discurso também não é ouvido. Nós falamos em línguas, como os proscritos e os loucos. Porque os olhos brancos não querem nos conhecer, eles não se preocupam em aprender nossa língua, a língua que nos reflete, a nossa cultura, o nosso espírito. As escolas que frequentamos, ou não frequentamos, não nos ensinaram a escrever, nem nos deram a certeza de que estávamos corretas em usar nossa linguagem marcada pela classe e pela etnia (ANZALDÚA, 2000, p. 229).

As marcas sobre os corpos refletem poderes diferenciados, que produzem desigualdades de pertencimentos sociais e, como tais, se constituem dentro de um plano de historicidade. Com base nas informações relatadas por Anzaldúa, podemos dizer que os corpos atuam como palcos de forças no contexto social, pautados na segregação dos paradigmas de raças/cores, gêneros e classes enquanto importantes marcadores sociais de estigmas e/ou de privilégios. Eles, nas palavras da referida autora, deixam transparecer o que:

O homem branco diz: Talvez se raspem o moreno de suas faces. Talvez se branquearem seus ossos. Parem de falar em línguas, parem de escrever com a mão esquerda. Não cultivem suas peles coloridas, nem suas línguas de fogo se quiserem prosperar em um mundo destro (ANZALDÚA, 2000, p. 230).

Estar à direita implica estar em posição de privilégios na sociedade. O mundo destrozado tem apresentado, equivocadamente, a figura do homem branco e abastado como sujeito universal de direitos. Este fato vem evidenciar os principais aspectos ligados ao racismo e às suas articulações com o sexismo, os quais, ainda hoje, produzem efeitos significativos e diretos sobre grande parte do ocultamento das mulheres negras e pobres na sociedade e na própria História, que é marcada pelo andro e eurocentrismo. Ademais, há que mencionarmos que, no âmbito das pesquisas acadêmicas, sobretudo quando pensamos nas discussões suscitadas pela Psicologia, ainda nos deparamos com um número incipiente de produções e análises voltadas aos estudos das raças/cores. Daí a importância e a urgência das problematizações políticas destes aspectos por nós, psicólogos/os, tal como advertiu Azerêdo:

Ao invés de ter mais dados, precisamos, então, aprender a levantar as questões que poderão abrir caminhos para resolvermos os enormes problemas do racismo e sua complexa relação com outras formas de dominação e exploração. Precisamos fazer perguntas e também, o que é muito importante, aprender a escutar as respostas, com ouvidos abertos para a diferença. Esse me parece ser o grande desafio da Psicologia neste início de século. Escutar o outro, pegar no ar o sentimento de perda no rosto dos excluídos, mesmo que ‘de relance’, como fez Clarice com Macabéa. Enfim, escutar ‘o rugido da batalha’, como nos propõe Foucault. É preciso querer saber das verdades do outro e não ficarmos presos à mesmice de nossas verdades, tantas vezes apoiadas em privilégios (AZERÊDO, 2002, p.16).

Um dos principais desafios da Psicologia na atualidade é o de privilegiar, em suas discussões, as dimensões políticas de produção dos processos de subjetivação a partir das perspectivas de gêneros, classes sociais e étnico-raciais, construídas longe de enfoques individualistas e deterministas que compactuam e (re)produzem processos de desigualdades na sociedade. Assim como Azerêdo (2002), consideramos a importância da obliquidade política nas práticas e nas discussões a serem realizadas pela Psicologia, relacionando-as às questões plurais, às heterogeneidades e às relações de poder para chegarmos a novas práticas do pensamento, que acolham e encarnem as diferenças como outras formas possíveis de existências.

Estas intersecções entre as categorias gêneros, classes sociais e, principalmente de raças/cores podem ser observadas em Donna Haraway, ao afirmar que:

Raça é um trauma que produz fraturas no corpo político (body politic) da nação – e nos corpos mortais de seu povo. Raça mata deliberada (liberally) e desigualmente; e raça privilegia indizível e abundantemente. Assim como a natureza, raça tem muito a que responder; e a etiqueta ainda é válida (the tab is still running) para ambas as categorias. Raça, assim como a natureza, é o coração de histórias sobre as origens e propósitos da nação. Raça, ao mesmo tempo uma quimera fantástica e uma presença inevitável, me assusta; e não estou sozinha nessa patologia histórica paralisante do

corpo e da alma. Assim como a natureza, raça é o tipo de categoria sobre a qual ninguém é neutro, ninguém é ileso, ninguém está certo de seu chão, se é que existe um chão. Raça é um tipo peculiar de objeto de conhecimento e de prática. Os significados da palavra são instáveis e protéticos; o status do referente da palavra oscilou – e ainda oscila — entre ser considerado real, com raízes no corpo natural, físico, e ser considerado ilusório e totalmente construído socialmente (HARAWAY, 1997, p. 213).

Para Haraway (1995b), não existe uma dominação unilateral, mas um circuito de opressões atreladas umas as outras, que fazem implodir todas as leituras realizadas equivocadamente a partir da filiação a uma única raça, gênero e classe social. Em suas palavras, “o corpo deixa de ser um sistema fechado e sem peles para se tornar espaços híbridos e habitados por múltiplas referências”. Logo, o que queremos dizer com tudo isso é que os recortes raciais, assim como tantos outros conceitos discutidos nessa pesquisa, não são informações neutras, mas se expressam como categorias permeadas por relações de poder, que dificultam ou até mesmo impedem a entrada de novas vozes nos debates políticos e nas bases que fundamentam as mais variadas desigualdades.

As classes sociais se referem ao modo como as sociedades modernas têm se organizado sob o ponto de vista econômico, político, cultural e social, visando definir os níveis de hierarquia financeira, política e de pertencimento das pessoas na sociedade. São atravessadas por relações de poder e, conseqüentemente, representam a estruturação e a perpetuação de diferentes desigualdades, inferindo na designação de lugares e posições a serem ocupadas pelos sujeitos na estrutura produtiva. Estes aspectos podem ser evidenciados em Thompson, ao afirmar que:

Nenhuma categoria histórica foi mais incompreendida, atormentada, transfixada e des-historizada do que a categoria de classe social; uma formação histórica autodefinidora, que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta foi reduzida a uma categoria estática ou a um efeito de uma estrutura ulterior, das quais os homens não são os autores, mas os vetores (THOMPSON, 1981, p. 57).

Estes marcadores sociais – tanto de gêneros como de raças/cores e classes sociais – deixam transparecer, sobremaneira, os diferentes posicionamentos de *status* e de participação das pessoas na sociedade, colaborando para ausências e/ou garantias/manutenção de atos que visam garantir-lhes o livre-arbítrio e a liberdade de escolha. Eles nem sempre se apresentam de forma explícita e mensurável na vida das pessoas. Ao contrário, tais posicionamentos poderão manifestar seus reflexos através de tratamentos desiguais e hierarquizados, dificultando o acesso de muitos/as no âmbito da participação social e política, gerando desigualdades, seja de ordem econômica, social, racial ou sexual e de gênero.

A chamada pirâmide social – esculpida pelas variáveis de gêneros, classes e raças/cores – deixa transparecer importantes retratos de desigualdades, ainda muito presentes em nossos dias, conferindo privilégios a poucos, enquanto marginaliza e exclui a muitos. Assim, quando associamos os estudos das classes sociais a outros marcadores de diferenças, podemos chegar a uma melhor problematização das analogias de poder que condicionam e limitam novas possibilidades de existências – em especial de mulheres em situação de abjeção e silenciadas nos discursos sociais e acadêmicos. Estes aspectos, por sua vez, apontam para a emergência de questões políticas, cujas totalidades nos possibilitam dirigir olhares às diferentes formas de violências vividas pelas mulheres em situações de dissidência na sociedade.

Importantes pesquisas acadêmicas, como aquelas enfatizadas por Minayo (1994b), Velho & Alvito (1996) e Sinués & Jiménez (2010), problematizam a violência não como elemento fechado, natural e essencialista, mas como fenômeno histórico, dinâmico e socialmente produzido em diferentes culturas, contextos políticos e espaços sociais. Nessa perspectiva, Chauí (1985) entende a questão da violência a partir de dois ângulos centrais, a saber:

Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a falta de outrem são impedidas ou anuladas, há violência (CHAUÍ, 1985, p. 35).

Em nossa pesquisa, optamos por abordar os aspectos concernentes à violência estrutural e às violências de gêneros, posto que, historicamente, a prostituição tem se apresentado tanto como local de riscos, medos e vulnerabilidades, como lugar onde se manifestam as resistências, os prazeres e os desejos de muitas mulheres. Quando voltamos olhares aos estudos sobre a prostituição, observamos a ocorrência significativa de relações desiguais de poder, exclusão social, desigualdades das mais variadas ordens, restrição de direitos, cerceamento de oportunidades, além da presença acentuada de machismo, misoginia e suas decorrentes violências às mulheres que tentam romper com os paradigmas de uma sexualidade feminina normativa e reguladora, voltada à procriação, à pureza e ao casamento.

A violência estrutural consiste na produção de múltiplas disparidades sociais, geradas tanto de estruturas organizacionais e institucionalizadas – como a família e a escola, por

exemplo – quanto de sistemas culturais, econômicos e políticos do Estado que, gerando vantagens para um grupo limitado da população, acaba por restringir o acesso aos direitos básicos de muitas outras pessoas. Assim, o lócus da violência estrutural seria, segundo Minayo (1994a), uma sociedade de democracia aparente, que visa atender aos objetivos de determinados grupos sociais, enquanto colabora para a ampliação de desigualdades, fomentando preconceitos, exclusões e outras violações de direitos.

A esse respeito, afirmou Maldonado (1997):

[...] a violência estrutural refere-se às condições extremamente adversas de vida, que geram uma imensa população de pessoas vivendo na miséria, com fome, habitação precária ou até mesmo inexistente, educação deficiente, dificuldade de acesso ao mercado de trabalho. Trata-se, portanto, de uma população de riscos, sofrendo no dia-a-dia os efeitos da violação dos direitos humanos (MALDONADO, 1997, p. 11).

Esta forma de violência acaba por intensificar e, muitas vezes, até preceder outras formas de violências, revelando fortes índices de desigualdades, sem, na maioria das vezes, suscitar questionamentos, pelo fato de serem exercidas diariamente por instâncias do poder normativo, um poder que não admite ser questionado, segundo afirmou Foucault (1988a). Para Fernandes (2014), a violência estrutural se apresenta de maneira menos evidente e impessoal em muitos segmentos sociais se comparada às demais formas de violências. De acordo com o autor, as estruturas econômicas e políticas que permeiam tal violência evidenciam características veladas, contínuas e difusas, favorecendo a produção de desigualdades e opressões sociais que culminam na geração de pobreza e de sofrimento psicossocial de grupos mais desfavorecidos.

A discriminação das profissionais do sexo, as relações de gêneros e de poder voltadas às mulheres e as injustiças de ordem econômica com pessoas menos abastadas estão entre os aspectos aglutinadores da chamada violência estrutural, conforme assegurou Parker (2000). Todas essas formas de opressão revelam importantes traços de violências, a partir do momento em que colaboram para o estabelecimento e a propagação de disparidades sociais, econômicas e políticas no cerne da sociedade capitalista. Nas palavras de Peres (2005), tais ondas de exclusão atuam na ampliação de desigualdades e no fomento de preconceitos, impossibilitando o acesso fundamental à construção de múltiplas formas de (re)existências. Segundo o autor:

Esse modo de violência se mostra como uma categoria útil de análise, no sentido de tomá-la como processos que foram sendo naturalizados, em decorrência de uma invisibilidade que se infiltra no cotidiano das pessoas, pois não se manifestam de

maneira súbita e nem de maneira excepcional, como as guerras, as alterações climáticas ou grandes catástrofes. Ela atua na intimidade da vida cotidiana e poucas vezes são nomeadas como violentas (PERES, 2005, p. 35).

Historicamente tem sido destinado um lugar de silêncio, mudez e abjeção às mulheres ligadas às relações de sexo por dinheiro, propiciando a negação de seus direitos e a estigmatização de suas existências enquanto pessoas humanas. Este acontecimento encontra-se respaldado, muitas vezes, no fato de serem mulheres, na falta de oportunidades de inserção profissional e nas desigualdades decorrentes das questões envolvendo os gêneros, as sexualidades e outros marcadores sociais. Em outras palavras, a violência estrutural caminha concomitantemente com a violência de gêneros, determinando privilégios, exclusões, oportunidades e desigualdades entre as pessoas. Daí a necessidade de também problematizarmos estes aspectos em nossa pesquisa.

Quando pensamos em violências de gêneros, precisamos ter claro que elas não estão associadas apenas à violência contra as mulheres, como assinalado pelas teorias feministas de cunho patriarcal, durante as décadas de 1960 e 1980. Mais do que isso, elas se pautam nas diferentes formas de violências praticadas no âmbito das relações de gêneros, fazendo imperar as lógicas da dominação, das desigualdades e das normatividades, tomando como princípio de exclusões e/ou de privilégios a chamada natureza dos corpos e sexos. Assim, estas formas de violência, para além dos estudos das mulheres, se voltam para a incidência de atitudes violentas em função do gênero no qual a pessoa pertence, estendendo-se às análises das violências doméstica e infantil, das homofobias, transfobias, lesbofobias, entre outras.

Para Sinués & Jiménez (2010), as violências de gêneros têm se convertido em importantes indicadores de uma sociedade ligada à cultura patriarcal. Em decorrência disso, surge a necessidade de debatermos sobre estas formas de violência, não como problemas privados, individuais ou familiares, mas enquanto questões de caráter público e político, que afetam todo o conjunto social, o âmbito dos direitos humanos e a esfera da saúde pública. Todos estes fatores requerem uma profunda revisão dos valores culturais e sociais sobre os quais, ainda hoje, são construídas as relações de poder e os estereótipos de gêneros na sociedade, sempre levando em conta que as esferas pessoal e privada são também políticas e que, por vezes, (re)produzem analogias assimétricas de exercício do poder.

Para entendermos como se dão as relações entre violências e gêneros, precisamos clarificar o caráter cultural, histórico e político dos comportamentos atribuídos às pessoas em acordo com os sexos e os gêneros. Não sendo derivadas da natureza e tampouco respaldadas nos aspectos voltados à biologia dos corpos, as violências de gêneros se caracterizam, assim

como as demais formas de violências, como construções/produções tecidas historicamente no seio de uma determinada estrutura social. Em se tratando das diferentes formas de violências contra as mulheres, podemos afirmar que elas não se apresentam vinculadas a casos individuais e dispersos, mas sim às dimensões coletivas, plurais e multiformes, sob formas visíveis e veladas de misoginias, racismos e sexismos.

O *sistema sexo/gênero/desejo/prática sexuais*, proposto por Butler (2013), cujo fundamento se pauta em uma lógica heteronormativa dominante, tem colaborado para o mapeamento das relações de poder e dominação entre homens e mulheres, culminando em diferentes violências de gêneros, as quais: “[...] definem as normas do possível no terreno ‘do humano’, que limitam nossa capacidade de ser e de existir, de maneira distinta a estabelecida com relação ao gênero” (SINUÉS & JIMÉNEZ, 2010, p. 119. tradução nossa). Dito de outra forma, as violências de gêneros catalogam ideias normativas, binárias e universais de interpretação do mundo e das relações, mediadas pela presença de dominações sexistas, racistas e classistas que naturalizam desigualdades e invisibilizam as diferenças enquanto práticas transgressoras.

Esses aspectos abrem precedentes para problematizarmos os discursos hegemônicos que disseminam olhares sobre as sexualidades, principalmente de mulheres com comportamentos sexuais dissidentes e “desregrados”, enquanto seres patologizantes, vitimizadores e, deveras, criminalizadores. Vivemos, ainda hoje, sobre fortes influências do patriarcado e de suas práticas de dominação, domesticação e restrições de direitos para muitas mulheres, mas também, já é possível avistarmos a emergência de novas mulheres que resistem a esse modelo patriarcal, mostrando que outros possíveis se anunciam na sociedade, conforme poderemos observar nas cartografias desta pesquisa.

## *1.2 – Relações de Poder e Sexualidades: da ideia de abjeção à construção da cidadania*

Foucault (2013a) apresenta o poder como algo difuso, se exercendo no adensamento das relações sexuadas e sexuais, ao instituir a sociedade, o imaginário hegemônico e os aspectos que presidem a modelagem de práticas sociais e regulação das sexualidades e prazeres. Para o autor, o corpo vai sendo, continuamente, adestrado e docilizado pela imposição de disciplinas férreas que se dão em virtude da família, da Igreja, dos quartéis, dos

hospitais e das prisões. Trata-se de um conjunto de práticas culturais e discursivas, construídas no meio social, responsáveis por disciplinar os corpos e as mentes, tornando-os dóceis e úteis às demandas do capitalismo.

Diferentemente de outros autores, Michel Foucault procurou demonstrar o poder voltado às analogias que o constitui, assim denominado de relações de poder. Para tanto, mostrou-se preocupado em abordar o poder em suas extremidades, como uma espécie de fio capilar, escrevendo uma história que se conecta às políticas em nível micro, a qual ele denominou de Microfísica do Poder, local onde se institui um poder *in lócus*, complexo e difuso, estando vinculado “[...] a disposições, a manobras, a táticas, as técnicas, a funcionamentos” (FOUCAULT, 1988a, p. 29).

Para ele, não existe algo unitário ou global que possamos chamar de poder, mas formas díspares, heterogêneas e em constante transformação. Em suma, práticas sociais constituídas historicamente. Dessa forma, é possível dizer que elas, as relações de poder, marcam/adestram os corpos, na medida em que os condicionam a determinadas condutas e ao fazer de sua construção social uma ordem natural que, agregada aos sistemas binários de pensamentos e de comportamentos, impregnam características peculiares e essencialistas às pessoas, sobretudo às mulheres não ligadas ao círculo sagrado da reprodução.

Entretanto, podemos afirmar que as ações exercidas pelo poder trazem em seu bojo os chamados contrapoderes, ou seja, resistências, que mostram possibilidades de outras existências, que ampliam e apontam que os corpos, sobretudo àqueles que transgridem as normas predeterminadas, não se restringem às submissões esperadas pelo poder. Para Foucault (1988a), as relações de poder se dão entre as pessoas não em um plano vertical – de cima para baixo, ou ainda, do Estado para a sociedade – mas de maneira horizontal, dispersa e contínua nas relações, sendo capazes tanto de agirem quanto de se oporem aos efeitos provindos dele. Em outras palavras:

[...] se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande *super-ego*, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos em nível do desejo – como se começa a conhecer – e também em nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz (FOUCAULT, 1988a, p. 83).

Com base nas argumentações descritas por Foucault, podemos perceber que o poder não se apresenta apenas de maneira coercitiva e negativa. Ao contrário, ele encontra-se inserido em um plano de relações tensas, em contínuo movimento e permeado pela

positividade. Um poder que está disperso nas relações e não estagnado em um plano imóvel e verticalizado. Logo, afirma-nos o autor que onde existem relações de poder, ali poderão ocorrer resistências, apontando para o surgimento de novas formas e possibilidades de existências.

As relações de poder sobre a vida foram um dos principais aspectos debatidos por Foucault em a *Microfísica do Poder* (1988a), a *História da Sexualidade I* (1988b), *Vigiar e Punir* (2013a) e tantas outras obras. Nelas, o autor discute a ocorrência de novas técnicas de governo voltadas ao poder sobre a vida nas sociedades modernas, uma vez que o poder soberano, ligado aos castigos e às punições para àqueles que ousassem ir contra a lei do Estado, além do poder de fazer morrer e de se fazer viver, tornaram-se ineficazes neste novo tipo de sociedade. Em contraponto, estabeleceu-se uma nova estratégia de controle do governo – o investimento sobre a vida e sobre o biológico – através de técnicas voltadas à sujeição dos corpos e ao controle das populações.

Na passagem do poder soberano para o poder sobre a vida, surgem duas importantes formas de poder que Foucault (1988b) denominou de Biopoder e Biopolítica. A primeira se refere às relações de poder entre o Estado e as pessoas, centrando-se no corpo-máquina, a fim de discipliná-lo e adestrá-lo, tornando-o dócil e útil às demandas provindas do capitalismo. Já a segunda, o Estado passa a desenvolver uma série de intervenções políticas, visando regulamentar as relações humanas, por meio do estabelecimento de programas voltados ao controle da vida, expressos pelas taxas de natalidade, pelos fluxos de doenças e pelo controle da própria sexualidade. Esses poderes disciplinares agem concomitantemente e já não mais tenderão às ações da individualização, mas sim da massificação da população.

Neste contexto, a vida passou a ser o objeto político e de investimento do poder, pautada em ações de regulamentação, tornando-se um dos elementos mais importantes para o desenvolvimento do capitalismo, segundo nos diz Foucault:

Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico se refletiu no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempo e tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo do controle do saber e da intervenção do poder. Este não estará mais somente a voltas com sujeitos de direito sobre os quais seu último acesso é a morte, porém com seres vivos, e o império que poderá exercer sobre eles deverá situar-se no nível da própria vida; é o fato de poder encarregar-se da vida, mais do que a ameaça de morte, que lhe dá acesso ao corpo. Se pudéssemos chamar 'bio-história' as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de 'biopolítica' para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana (FOUCAULT, 1988b, p. 134).

As relações de poder encontram-se estritamente associadas às sexualidades, demarcando posições a serem ocupadas pelas pessoas a partir de uma norma heterossexual dominante e compulsória, construída histórica e socialmente ao longo dos tempos. Louro (2003) observou como são constituídas e fixadas essas diferenças nos terrenos das sexualidades e dos gêneros, por meio dos jogos de poderes, que instituem e nomeiam como verdadeiras as diferenças e as desigualdades entre as pessoas a partir de um determinado lugar, que se coloca como referência e/ou centro das problematizações do feminino e masculino.

As sexualidades foram historicamente tomadas como aparatos biológicos, estabelecendo distinções entre os gêneros. Isso, por sua vez, serviu para explicar e dar legitimidade aos discursos de desigualdades das feminilidades e masculinidades e seus dispositivos de opressão, tal como podemos evidenciar nas discussões propostas por Michel Foucault, em seu segundo volume da *História da Sexualidade: o uso dos prazeres* (1984):

Falar assim da sexualidade implicaria afastar-se de um esquema de pensamento que era então corrente: fazer da sexualidade uma invariante e supor que, se ela assume, nas suas manifestações, formas historicamente singulares, é porque sofre o efeito dos mecanismos diversos de repressão a que ela se encontra exposta em toda sociedade, o que equivale a colocar fora do campo histórico o desejo e o sujeito do desejo, e a fazer com que a forma geral da interdição dê contas do que pode haver de histórico na sexualidade. Falar da 'sexualidade' como um experiência historicamente singular suporia, também, que se pudesse analisar, em seu próprio caráter e em suas correlações, os três eixos que a constituem: a formação dos saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam sua prática e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade (FOUCAULT, 1984, p. 10).

Adiante, o autor salienta que: “uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada da vida” (FOUCAULT, 1988b, p. 135). Isto é, o sexo tonou-se um dos mais importantes alvos de disputas políticas, fazendo parte das disciplinas de adestramento dos corpos e da regulação das populações e sendo o responsável não mais pelo poder de morte, mas sim pela gestão da vida. Entretanto, Preciado vem acrescentar a necessidade de novos olhares às discussões desenvolvidas por Foucault, a respeito da história das sexualidades, nos propondo a pensar sobre o: “Capitalismo sexual e sexo do capitalismo. O sexo do vivente revela ser uma questão central da política e da governabilidade” (PRECIADO, 2011, p. 12). Trata-se, segundo a autora, da sexopolítica, uma concepção política que determina formas de subjetivação dos corpos, sendo ela:

[...] uma das formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Com ela, o sexo (os órgãos chamados "sexuais", as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) entra no cálculo do poder, fazendo dos discursos sobre o sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida (PRECIADO, 2011, p. 11).

O conceito de sexopolítica está relacionado à gestão política e técnica dos corpos, dos sexos e das sexualidades. Preciado (2011) correlaciona estes termos à questão econômica mundial, onde os corpos são percebidos como artefatos de ordem natural para o desenvolvimento do mercado. Diante disso, a autora traça o seguinte questionamento: Como os sexos e as sexualidades têm se convertido em importantes centros de atividades políticas e econômicas no cenário mundial? Ao realizar este questionamento, ela destaca a sexopolítica enquanto referência de desterritorialização da heterossexualidade compulsória, emergindo a multiplicidade de corpos tidos social e historicamente como anormais e desviantes, assim denominado de *Multidões Queer*.

Gayle Rubin (1989) traz importantes considerações a respeito da estratificação sexual presente nas sociedades modernas. Em seu texto *Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad* (1989), a autora problematiza, em formato de uma pirâmide erótica, os lugares sociais conferidos às pessoas a partir de padrões predizíveis e restritos à matriz heteronormativa das sexualidades. Segundo ela, os heterossexuais casados e reprodutivos/com filhos estariam no topo da pirâmide, acompanhados, em seguida, dos heterossexuais monogâmicos sem filhos. Gays e lésbicas com relacionamentos estáveis estariam no limite do respeito. Transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas e trabalhadoras/es do sexo seriam as categorias mais desprezadas socialmente. Por fim, estariam os/as chamados hermafroditas.

A pirâmide erótica descrita por Rubin (1989) faz referência às sexualidades que histórica foram negadas e/ou secundarizadas na sociedade e na própria ordem dos discursos. Estes corpos são marcados pela discordância de uma dada regra social, percebidos como abjetos e sem direito à voz, principalmente em contextos onde imperam mais veemente os marcadores de estigmas e violências, sejam das sexualidades e dos gêneros, como também das questões de classes sociais e raças/cores. Daí a necessidade de pensá-los a partir de novos olhares, que contemplem as multiplicidades e as discontinuidades do humano, não mais engessados à abjeção e estigmatização, mas emaranhados às vias de resistências que intentam promover o acesso à cidadania.

Em se tratando da prostituição feminina adulta, a ideia de abjeção decorre do fato de as mulheres se apresentarem enquanto seres com práticas sexuais desregradas, um prazer que se permite, mas que, concomitantemente, se proíbe e/ou se patologiza, por estar ligado ao que socialmente se considerou um comportamento em desalinho, ilícito, imoral e perverso. Para Butler, estes corpos abjetos relacionam-se a todo tipo de “[...] corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’” (BUTLER, 2013, p. 23). Eles, por sua vez, buscam escapar da matriz da inteligibilidade e, por assim dizer, tendem a cair no enfoque da abjeção, tal como esclareceu a autora, ao afirmar que:

Esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio dos seres abjetos, aqueles eu ainda não são sujeitos. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas 'inóspitas' e 'inabitáveis' da vida social, que são, não obstante, demasiadamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do 'inabitável' é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito [...] o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, dentro do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio (BUTLER, 2013, p. 155-156).

Os conceitos de corpos abjetos e de abjeção surgem com a função específica de demarcar os/as corpos/corporalidades que escapam dos processos de normatização, e, neste sentido, passa a reificar privilégios para os corpos normatizados, ao mesmo tempo em que nomeiam as dissidências corporais como monstruosidades, patologias e desvios. Em outro movimento, tal processo tende a invisibilizar a existência desses corpos enquanto corporalidades e os colocam na posição de não sujeitos, os quais, enquanto não existências, passam a não terem acesso nem a direitos e nem à cidadania.

Estes aspectos podem ser percebidos nos relatos da historiadora Margareth Rago que, inspirada nos ideais foucaultianos, desenvolveu importantes estudos ligados à temática da prostituição feminina no Brasil e que renderam em duas importantes obras: *Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*, editado em (1991), e *Do cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar (1997)*. Na primeira obra, a autora traz um importante retrato dos discursos produzidos por grande parte da sociedade às mulheres que apresentavam uma sexualidade desviante daquela que era tida como natural e obrigatória às mulheres:

Mulheres de má vida, meretrizes insubmissas, impuras, insignificantes, o que fazer com essas loucas que recusam o aconchego do casamento, que negam a importância do lar e preferem circular enfeitadas pelas ruas, desnudando partes íntimas do corpo, exalando perfumes fortes e extravagantes, provocando tumultos e escândalos,

subversivas que rejeitam o mundo edificado no trabalho, surdas aos discursos masculinos moralizadores e que perseguem a todo custo a satisfação e prazer? (RAGO, 1997, p. 85).

Não tolerada, mas permitida como sendo um mal necessário, a prostituição atuava, segundo Rago (1997), como forma de manter os padrões de vida considerados decentes e morais em grande parte da sociedade. Aos homens, segundo a autora, era consentido desfrutar dos chamados prazeres carnavais, sobretudo quando jovens e em período pré-marital, e, mesmo após o casamento, os relacionamentos com as denominadas “mulheres/damas da noite” operavam como importantes formas de preservação do casamento heteronormativo e monogâmico, a partir do momento em que estas mulheres se colocavam no lugar de confidentes e, onde, no lado abrigado dos bordéis, muitos homens saciavam seus desejos e mantinham a aparência da família perfeita e sem máculas.

Assim, as sexualidades que se configuraram pelas matrizes do casamento e da procriação foram se desenhando enquanto únicas formas possíveis de serem vividas pelas mulheres. Tudo o que foge destas esferas tende a cair no enfoque da abjeção e das marginalidades, vinculando-se às promiscuidades e à falta de pudores. A esse respeito, Foucault (1988b), em a *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, esclarece que:

O casal legítimo e procriador dita a lei. Impõem-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobre só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este *status* e deverá pagar sanções (FOUCAULT, 1988b, p. 10-11).

Percebendo as sexualidades como um dos sistemas de exclusão das pessoas nos discursos, Foucault (1988b) ressaltou o caráter histórico pelo qual as mesmas foram construídas em meio a regras e repressões. Assim, as chamadas sexualidades insubmissas e, mais precisamente as mulheres que se afastam da ideia de feminilidade hegemônica – pautada no casamento, na procriação e na submissão –, passam, ainda hoje, a vivenciar práticas de discriminação e marginalização na sociedade e nos debates acadêmicos.

Do mesmo modo como fez Foucault (2013a), quando investigou a realidade dos presidiários, dando-lhes espaços para que os mesmos pudessem falar de suas experiências tidas como marginais, é preciso, também, oferecermos possibilidades de expressão de vozes às mulheres para que falem de suas experiências de aprisionamentos e restrições de suas liberdades, para se efetivarem como pessoas dotadas de seus próprios desejos, sonhos e

projetos de vida e poderem escrever suas histórias com suas próprias mãos em um panorama de prazeres, obscuridades e vulnerabilidades.

### *1.3 – Mulheres (In)Visíveis, Mulheres (Im)Possíveis: desconstruindo a cultura identitária*

Em sua obra, *Sujetos Nômades*, Braidotti (2009) nos apresenta a figura do nômade para pensarmos a ideia de processo em contraponto às questões limitadas impostas por uma identidade fixa. Para ela, trata-se de novas formas de figurações subjetivas, que intentam romper com as perspectivas convencionais e dualistas dos modelos identitários e com os velhos esquemas de pensamentos heteronormativos, histórica e socialmente construídos. Estas novas figurações apontam para a necessidade de novos projetos epistemológicos, baseados no nomadismo, em que as pessoas, sobretudo as mulheres, não sejam mais reduzidas a uma categoria biológica e essencialista. Segundo Braidotti:

[...] o sujeito mulher não é tomado como uma essência monolítica definida de forma acabada, mas como um conjunto de experiências múltiplas, complexas e potencialmente contraditórias, definidas por variáveis que se superpõem tais como, classe, raça, idade, estilo de vida, gênero, preferência sexuais e outras. Assume uma posição anti-essencialista dizendo que quantas mais figurações alternativas se revelarem nesta fase da prática feminista, tanto melhor (BRAIDOTTI, 2009, p. 11. Tradução nossa).

Amparados nas vertentes teóricas advindas dos Estudos Culturais, Silva & Hall (2009) salientam que as identidades são construídas discursivamente em processos contínuos e fabricadas nos contextos das relações culturais e sociais. Segundo eles, a identidade vacila e, tal como a linguagem, que sempre vaza, ela também estará constantemente escapando das fixações que lhes serão impostas. Assim, como crítica aos pressupostos das identidades e ao conceito de indivíduo, advém a necessidade de pensarmos em nossa pesquisa em “processos de subjetivação de mulheres que se prostituem”, sendo elas problematizadas a partir da ideia de transição/processo e nomadismos, tal como afirmou Braidotti (2009):

Administrarei desde o começo que o sujeito não unitário sempre está à mercê de pressões que o impulsionam simultaneamente em muitas direções potencialmente contraditórias: nada está traçado de antemão. A subjetividade nômade é um espaço disputado de mutações que não obedecem a nenhuma diretiva tecnológica e a nenhum imperativo moral [...] Com subjetividade não unitária estou me referindo a uma visão nômade, dispersa, fragmentada que, no entanto, é funcional, coerente e

responsável, principalmente porque está encarnada e corporizada (BRAIDOTTI, 2009, p. 19-20. Tradução nossa).

Ao destacar que as subjetividades devem ser nômades em termos de pensamentos e de práticas psicossociais, a autora aponta a presença de uma visão não fixa e fragmentada do feminino, dando ênfase à positivação das diferenças e baseando-se em olhares rizomáticos, construídos a partir de uma perspectiva deleuziana. Para ela, trata-se de um potencial criativo de subjetividades híbridas, em contraponto às formas violentas das identidades fixadas, que se estabelecem e se perpetuam nas insurgências dos hábitos cotidianos. Esses hábitos, por sua vez, são para ela: “toxinas acumuladas que, por mera repetição não criativa, engendram formas de conduta que podem ser aceitas socialmente como ‘normais’ e até ‘naturais’” (BRAIDOTTI, 2009, p. 25. Tradução nossa).

Em uma perspectiva deleuziana, o rizoma se refere a um sistema aberto, que se pauta nas circunstâncias, escapando dos essencialismos. Deleuze & Guatarri tomaram o termo rizoma emprestado da biologia para designar a conceituação de um sistema aberto e criador, que guarda questões ocultas em sua raiz. O modelo rizomático, segundo eles, não começa, nem conclui; ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, no *intermezzo*. Em *Mil Platôs I* (1995), os autores discorrem sobre a noção de rizoma enquanto maneira de explorar as multiplicidades, afirmando que as diferenças possibilitam o processo de criação, não limitando as novas possibilidades de agenciamentos.

Se o rizoma promulga os agenciamentos produzidos nos acontecimentos, ele não poderá ser concebido como uma estrutura definida, posto que assim levaria ao aprisionamento do sujeito que, ao contrário disso, se constitui sob diferentes formas a todo instante e que escapam de configurações previamente estabelecidas, o chamado *devenir*. Afirmam Deleuze & Guatarri (1995) que não existe identidade e que é na repetição que o mundo estático cederá lugares ao dinâmico e o idêntico oferecerá espaço ao diferente. Em se tratando de uma dita identidade feminina, Preciado (2011) salienta que não poderemos problematizar a categoria mulheres como um grupo homogêneo e restrito de pessoas e tampouco conceber uma base natural que venha a legitimar a ação política da chamada naturalização da feminilidade e das sexualidades.

A política da Multidão *Queer*, defendida pela autora, se refere a “[...] multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como ‘normais’ ou ‘anormais’” (PRECIADO, 2011, p. 16), se opondo às práticas sociais e políticas que se

voltam à ideia biológica de mulher e diferença sexual. Logo, como modo de denúncia, a autora destaca que:

A crítica radical do sujeito unitário do feminismo, colonial, branco, proveniente da classe média alta e dessexualizado foi posta em marcha. Se as multidões *queer* são pós-feministas não é porque desejam ou podem atuar sem o feminismo. Pelo contrário, elas são o resultado de um confronto reflexivo do feminismo com as diferenças que o feminismo apagou em proveito de um sujeito político ‘mulher’ hegemônico e heterocêntrico (PRECIADO, 2011, p. 17).

Essas considerações nos fazem pensar nas principais questões perpetradas pelo Movimento Feminista, em suas três ondas históricas. A primeira delas ficou conhecida por Sufragismo ou Sufrágio Universal, movimento político de reivindicação das mulheres pelo direito ao voto, momento em que elas buscaram oportunidades de estudos e acesso a profissões não vinculadas às demandas de gêneros. A segunda onda teve início no final da década de 1960, sendo fortemente marcada pelas preocupações sociais e culturais ligadas às teorizações de gênero. Para Louro (2003), as duas primeiras ondas do Movimento Feminista se diferenciavam em dois aspectos principais: na primeira, as mulheres expressaram suas reivindicações, através de marchas e protestos, enquanto que, na segunda, suas demandas críticas se concentraram em formato de publicações, visando questionar o chamado vazio acadêmico, que colaborou para o confinamento feminino ao silêncio e à discriminação.

Durante a segunda onda do Movimento Feminista, as mulheres começaram a escrever textos, que expressavam pedidos de igualdade de direitos em primeira pessoa, somando-se às insurgências das ideias ligadas ao patriarcado, uma das questões mais problematizadas pelo próprio Movimento, que ficou conhecido como Movimento Feminista Patriarcal ou Movimento Feminista de 1960. Entretanto, tais reivindicações se apresentavam imersas em um plano de privilégio das mulheres brancas, acadêmicas, de países desenvolvidos e de classes sociais mais abastadas, originando novas críticas dentro do próprio Movimento, colaborando para o surgimento da terceira onda feminista durante a década de 1990, de concepção pós-estruturalista, assim denominada de Feminismo da Diferença.

Sinués & Jiménez (2010) destacam que, de maneira equivocada, as duas primeiras ondas do movimento feminista estiveram preocupadas em desconstruir apenas a cultura androcêntrica como principal eixo das desigualdades de gêneros, esquecendo-se do chamado imperialismo cultural – das raças, das classes, das culturas – que atravessaram e marcaram a vida de muitas mulheres, secundarizando e/ou invisibilizando qualquer elemento de subordinação delas ao sexo biológico, inscrito em um sistema único e obrigatório de

linguagem de dominação, e tendo o patriarcado como o único sistema de opressão existente na história de lutas femininas.

Na visão de Butler, a crítica feminista deve “[...] compreender como a categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca emancipação” (BUTLER, 2013, p. 19). Isto é, como as mulheres foram reduzidas a uma categoria singular e universal, unânime para todas as mulheres, sem levar em conta importantes marcadores de poder que determinaram posicionamentos sociais e formas de participação política delas ao longo da história, que é marcada por privilégios do homem, da raça branca, da heterossexualidade e das posses materiais.

Destarte, ao pensar nas diversidades que se constituem o humano, em especial as mulheres e as suas corporalidades, Lorde adverte, em *A Casa da Diferença* (1982), que:

Ser mulheres juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser garotas gays juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser negras juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser negras sapatonas juntas não era suficiente. Éramos diferentes [...] Levou algum tempo para percebermos que nosso lugar era a própria casa da diferença e não a segurança de alguma diferença em particular (LORDE, 1982, p. 226. Tradução nossa).

Assim, importantes debates passaram a ser travados pelas teóricas pós-feministas, visando questionar as inúmeras verdades impostas por diferentes instâncias do saber normatizado – família, igreja, medicina, e, por que não, a Psicologia? – aos ditos comportamentos estabelecidos às mulheres. Para as feministas estadunidenses e francesas, como Gayle Rubin, Monique Wittig e Judith Butler, o conceito singular de mulher, apregoadado pelo Movimento Feminista Patriarcal de 1960, cedeu lugar ao termo mulheres no plural, percebido não mais como produto inato, fechado e naturalizado, mas como construção sociocultural, instituída através dos tempos. Nessas novas problematizações, ficou evidente que:

Ser mulher começou a deixar de ser apreendido como um fato natural para converter-se no conteúdo de uma categoria que se define através de umas determinadas práticas sociais, políticas e ideológicas que nos encerram em uma determinada maneira de olhar, de pensar e de interpretar a realidade (SINUÉS; JIMÉNEZ, 2010, p. 50-51. Tradução nossa).

De forma crítica e complementar, Haraway (1995a) faz advertência ao modo como o Feminismo Patriarcal operou, por muito tempo, a categoria mulher, naturalizando-a. Segundo

a autora, torna-se necessário o rompimento destas estruturas identitárias como modelo estabelecido de antemão às mulheres, substituindo-as por olhares que contemplem as afinidades e as diferenças. Com isso, a autora destaca sua posição contrária aos princípios que primam olhares à natureza e, aos contrapô-los, propõe um novo modelo, uma nova política de identificação, a qual ela denomina de ciborgue. Para Haraway (1995a), o ciborgue consiste em uma imagem resumida das transformações políticas e sociais vivenciadas durante passagem para o século XXI. Com o surgimento das chamadas novas tecnologias, as fronteiras entre o animal e o humano, a máquina e o sujeito, a cultura e a natureza entraram em processo de fragmentação, dando origem a novas formas de relações sociais e variações do humano, estabelecidas a partir das fronteiras de gêneros, classes sociais e raças/cores.

Segundo Butler (2013), o termo mulher se apresenta de maneira problemática, até mesmo dentro do próprio Feminismo, na medida em que tem contribuído para o estabelecimento e a essencialização de uma determinada forma de ser mulher, o que, conseqüentemente, tem colaborado para deixar à margem diferentes vozes, experiências e processos de subjetivação de muitas delas. Segundo a autora, quando falamos ou tentamos definir o que é uma mulher, mesmo que no plural, aquilo que é usado para definir essa mesma mulher tende a ser reducionista e toma o detalhe como uma marca isolada e totalizadora. Em suma, para Butler: “aquilo que define uma mulher, certamente não é tudo o que ela é” (BUTLER, 2013, p. 54). Da mesma forma, as mulheres ligadas à prática da prostituição, certamente, não poderíamos reduzi-las a uma totalização – ser apenas prostituta.

Por tudo isso, destacamos a necessidade de problematizarmos constantemente as diferenças, de forma a rompermos com as dicotomias que reduzem as pessoas em indivíduos dados *a priori*. Nesse sentido, a ideia de uma identidade da mulher prostituta e também daquela unânime para todas as mulheres passam a ser questionadas em nossa pesquisa, uma vez que negam o direito das mulheres, especialmente daquelas que escapam das normas estabelecidas, de escreverem suas próprias experiências e de expressarem suas diferentes vozes em múltiplos contextos culturais, históricos e sociais. Em suma, as mulheres reivindicam momentos de falas e nós buscamos produzir esses espaços, para que falem e sejam escutadas, assim como reivindicamos outros espaços para que possam discorrer sobre as suas experiências, se fazerem ouvidas em suas singularidades e positivadas e respeitadas em suas diferenças.

#### 1.4 – Territórios e Heterotopias: diferentes territorialidades e espacialidades de poder

Por se tratarem de termos polissêmicos e entendidos como sinônimos de tantas outras terminologias, fazemos referência às palavras de Raffestin (1993) para explicar que “territórios” e “espaços” são duas palavras distintas e que requerem significações diferenciadas. Para o autor, o espaço é anterior ao território, pré-existindo a ele e a qualquer ação. Um dado, uma matéria-prima pela qual as pessoas poderão manifestar suas intervenções. Já o território: “[...] é um espaço onde se projetou um comportamento, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Adiante, acrescenta o autor que: “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Este mesmo autor entende que os espaços pré-existem aos territórios, sendo este último o resultado de ações conduzidas pelos/as atores e atrizes sociais. Ademais, os territórios são formados pelas vivências das pessoas e pelas relações de poder que ali se estabelecem, apresentando representatividades nas esferas política, econômica, simbólica e afetiva. Sendo assim, os territórios não devem ser concebidos de maneira reducionista, mas enquanto totalidades, contrapondo a ideia de unicidade, onde: “Num mesmo território haverá, sempre, múltiplas territorialidades” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 05), fazendo refletir vivências e movimentos coletivos.

Haesbaert (2003) destaca que os territórios abrangem tanto os aspectos materiais – o espaço físico – como também os imateriais – formados pelas relações sociais, pensamentos e teorias compartilhadas pelos membros de um dado grupo social – que revelam importantes aspectos de ordem política, cultural e social pelos quais as pessoas passam a construir suas formas de existências no cotidiano, sempre permeadas por analogias de poder. Para Milton Santos, os territórios representam: “[...] o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem/da mulher plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência” (SANTOS, 2002, p. 09, grifo nosso).

Entendemos que os espaços se revelam como lugares por onde acontecem a vida e o cotidiano, sempre postos em movimento e em processualidade. Assim, os territórios podem ser entendidos como ambientes de permanentes construções das relações e das tensões provenientes de diferentes campos de forças. Para Saquet (2003), os territórios são,

concomitantemente, locais e globais, singulares e universais, construídos no âmago da vida histórica e social, em contínuo arranjo e desarranjo. Para ele:

O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários (SAQUET, 2003, p. 24).

Em outro momento, o autor adverte que os territórios consistem em ambientes organizados socialmente, frutos de ações históricas humanas que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos a partir de dinâmicas socioespaciais complexas e heterogêneas:

[...] o território significa heterogeneidade e traços comuns; apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e trans-escalar; com múltiplas variáveis, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção, de serviços, de mobilidade, de des-organização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território é processual e relaciona (i)material com diversidade e unidade, concomitantemente (SAQUET, 2006, p. 83).

Tantos os estudos desenvolvidos por Raffestin (1993) quanto as análises propostas por Deleuze & Guatarri (1996) vêm acrescentar os conceitos de “desterritorialização” e “reterritorialização” enquanto partes importantes que configuram os chamados territórios. Para esses autores, o processo de desterritorialização consiste no chamado abandono do território, enquanto que a reterritorialização corresponde ao movimento de reconstrução do território pelas pessoas. Tais aspectos não equivalem somente ao plano físico/imaterial e geográfico, mas também ao nível do pensamento, como bem salientaram Deleuze & Guatarri, quando afirmaram, convictamente, que pensar é desterritorializar, um processo que propicia a abertura possível para novos afetamentos e agenciamentos.

Quando falamos em territórios existenciais, buscamos problematizar as expressões individuais e coletivas que acontecem em um dado espaço geográfico/geopolítico. Assim, os chamados territórios existenciais de mulheres ligadas à prostituição não podem ser entendidos como pontos fixos, mas, como processos e ambientes vivos e que estão em constantes transformações. Guatarri (1992, p. 44) alega que no território existencial “[...] uma instância expressiva se funda sobre uma relação matéria-forma, que extrai formas complexas a partir de uma matéria caótica”. Neste sentido, “entrar em um território existencial já é modificá-lo

fazendo parte dele, pois ele é esta expressividade sempre provisória que a tudo capta, sensível e determinante na constituição de seus personagens (MACERATA *et al*, 2014, p. 923).

Ao apresentarmos como tema de pesquisa a prostituição feminina adulta em um município interiorano e de pequeno porte populacional, propomos desterritorializar o campo de estudos propostos pela Psicologia de cunho positivista, uma vez que um número muito incipiente de suas análises tem se voltado para as discussões das chamadas minorias sociais em interação com os marcadores de poder, como as classes, as raças/cores, as sexualidades e os gêneros. Exemplo disso seria a ausência de estudos acadêmicos produzidos por profissionais e/ou pelos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Psicologia sobre a prostituição de mulheres adultas no Estado de Mato Grosso do Sul até o momento de levantamento de dados para esta pesquisa. Com nenhum registro acadêmico encontrado, salientamos a necessidade e a urgência de desterritorializar o nosso campo de atuação prática e teórica.

Buscamos desterritorializar as discussões binárias sobre a prostituição feminina adulta, que voltam olhares a estes sujeitos, ora como vítimas e sem capacidades de resistências, ora como promíscuas e imorais. De um lado, há quem enfatize – em especial, as teorias voltadas ao patriarcado – ser a prostituição um território de objetificação da mulher (no singular), marcado por relações de classes sociais e de opressão do macho sobre a fêmea. De outro lado, acredita e busca-se legitimar a ideia de que a prostituição estaria estritamente associada às mulheres imorais, destruidoras dos bons costumes e das bases que alicerçam a família mononuclear burguesa e heterossexual.

Queremos alertar para a diversidade de histórias vividas e narradas no âmbito da prostituição feminina adulta, apontando rupturas teóricas, que têm se pautado nos binarismos e nas homogeneidades das relações entre sexo e dinheiro. Este contexto se apresenta bem mais amplo e heterogêneo, fazendo-nos pensar em uma segunda desterritorialização do pensamento, que perpassa as discussões da Psicologia e se encaminha para as questões voltadas ao contexto da prostituição feminina em suas múltiplas facetas territoriais e existenciais. Esses fatores nos permitem enveredarmos pelas discussões propostas por Foucault (2013b) a respeito do conceito de heterotopias e sua ligação, muito próxima, com a prostituição.

As leituras foucaultianas de Heterotopia – *hetero* = outro e *topia* = espaço – nos auxiliam no entendimento das relações estabelecidas entre as diversas espacialidades sociais e temporais, enquadradas em diferentes práticas e processos de subjetivação na prostituição.

Trata-se de um conceito, cuja origem remete ao campo de estudos da Geografia, sendo, posteriormente, elaborado por Foucault para fazer referência aos lugares que atuavam em condições não hegemônicas ou, como bem afirmou o autor, como “espaços absolutamente outros”, “contraespaços” ou “espaços de alteridades”. Eles se apresentam em meio a múltiplas camadas de significação e complexidade, não podendo ser mapeados longe de variações e funcionalidades do tempo e da cultura.

Em um dos textos dedicados ao assunto, mais especificamente no capítulo intitulado de *Estética: literatura, pintura, música e cinema*, que compõe o terceiro volume de *Ditos & Escritos*, Michel Foucault (2009) definiu as heterotopias a partir da seguinte pressuposição:

Há, igualmente, e isso provavelmente em qualquer cultura, em qualquer civilização, lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contra-posicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. Esses lugares, por serem absolutamente diferentes de todos os posicionamentos que eles refletem e dos quais eles falam, eu os chamarei, em oposição às utopias, de heterotopias (FOUCAULT, 2009, p. 415).

As Heterotopias surgem em oposição e forma de contestação das chamadas Utopias – lugares sem uma localização real, fora de todos os lugares. Em *O Corpo Utópico – as Heterotopias*, obra que reuniu duas conferências proferidas por Foucault, em 1966, para um grupo de arquitetos, e o posfácio de Daniel Defert, intitulado “*Heterotopia: tribulações de um conceito entre Veneza, Berlim e Los Angeles*”, transformados em livro somente no ano de 2013, Foucault retomou o conceito de heterotopias enquanto percepções do espaço e do tempo por onde as hegemonias se encontram e se perpetuam. Ao descrever sobre as heterotopias, o autor também discorreu sobre os seis princípios fundamentais para a formação e existência destes espaços de alteridades.

O primeiro princípio seria o caráter não universal das heterotopias. Apesar de todas as culturas e os agrupamentos humanos serem contextos importantes para o estabelecimento e a perpetuação de heterotopias, é preciso destacar que elas se apresentam de maneira diferenciada de um contexto social para o outro e não regidas por um sistema universal de culturas. De acordo com Foucault (2013b), as heterotopias podem ser classificadas em duas principais categorias. A primeira seria as Heterotopias Biológicas de Crise – lugares sagrados e interditados, voltados às pessoas que não satisfazem as expectativas de uma determinada

sociedade, como os adolescentes, os idosos e as mulheres grávidas, atribuindo-lhes outros espaços sociais.

Estas formas mais primitivas de heterotopias, datadas do século XIX, estariam cedendo lugares à segunda categoria, denominada de Heterotopias de Desvio. Para Foucault, tais heterotopias seriam: “[...] lugares que a sociedade dispõe em suas margens, nas paragens vazias que a rodeiam, são antes reservados aos indivíduos cujo comportamento é desviante ou relativamente à média ou à norma exigida” (FOUCAULT, 2013b, p. 22). Estes espaços – não mais de crise biológica, mas sim de desvios sociais – fazem referência às casas de repouso, aos asilos, às prisões, às clínicas psiquiátricas e poderíamos acrescentar ainda aos espaços outros da prostituição.

O segundo princípio destacado por Foucault (2013b) diz respeito ao caráter histórico das heterotopias na sociedade. O terceiro princípio faz referência à justaposição das heterotopias, atribuindo-lhes, em um mesmo lugar, outros espaços distintos – uma espécie de bolha social, que isola e que hierarquiza espaços às pessoas que não condizem com as normas previamente estabelecidas. O quarto princípio vem destacar que as heterotopias estão ligadas a um recorte de tempo, que Foucault (2013b) denominou de heterocronias – múltiplos espaços e tempos em um único espaço, ligados às transformações constantes do tempo, um tempo outro radical.

As heterotopias aludem a um sistema que, concomitantemente, se abre e se fecha, que acolhe e isola as pessoas em espaços circundantes, caracterizando, assim, o seu quinto princípio. Para Foucault (2013b), nesses contraespaços não se têm acesso pelo próprio desejo. Ao contrário: ou a entrada é obrigatória, como a prisão, ou a pessoa deverá se submeter a rituais sagrados e de purificação, como os ritos religiosos. Enfim, estas heterotopias podem ser consagradas como também podem denotar sinais de exclusões. Já o sexto e último traço das heterotopias faz referência a sua função específica em uma dada sociedade, partindo de dois eixos antagônicos, a saber:

Ou como nas casas de tolerância de que Aragon falava, criando uma ilusão que denuncia todo o resto da realidade como ilusão, ou, ao contrário, criando outro espaço real tão perfeito, tão meticuloso, tão bem disposto quanto o nosso é desordenado, mal posto e desarranjado (FOUCAULT, 2013b, p. 28).

Estes espaços de contestação das utopias apresentam funções diferentes e opostas de outras espacialidades sociais, segundo bem definiu Daniel Defert, no posfácio da obra *O Corpo Utópico – as Heterotopias (2013b)*. Trata-se de novas formas de apresentação do

espaço e do tempo, antes percebidos de maneira dissociada, vazia e homogênea. São possibilidades de desdobramentos e reinvenções das espacialidades, das temporalidades, das relações e das subjetivações. Nas palavras de Margareth Rago (2015), o tempo e o espaço, a partir das heterotopias, são, concomitantemente, fixos e móveis, além de serem carregados de fantasmas, desejos, relações e afetamentos. Eles pensam e problematizam o aqui e o agora. Por isso, eles inquietam e desestabilizam as estruturas hierarquizadas da sociedade.

Ao discorrer sobre as heterotopias, Foucault (2013b) percorreu diferentes espaços, rompendo com a ideia única do tempo e da espacialidade, para assim pensá-los a partir das noções de multiplicidade e de olhares rizomáticos. Primeiramente, ele abordou as “heterotopias do espelho” – heterotopias que levam a pessoa para algum lugar que ela não está, deixando resplandecer uma imagem que também não é a dela – terminando as suas narrativas com as imagens do “mar/navio” – heterotopias por excelência, que culminaram no crescimento econômico da sociedade, por meio das grandes navegações, até chegar à esfera da imaginação, com a Nau dos Loucos, que mandou para longe os chamados indesejáveis da sociedade. Entre as heterotopias do espelho e as do mar/navio, Foucault também discorreu sobre os diversos espaços de alteridade, associando ao tempo – cemitério, bibliotecas e museus – e aos recortes espaciais – jardins, tapetes, cinema e teatro.

As heterotopias são, para Rago (2015), possibilidades de desdobramentos e reinvenções dos espaços e das relações, não mais percebidos como círculos exíguos, fechados e vazios. No caso da prostituição, as heterotopias se formam a partir de uma oposição aos demais territórios normativos, isto é, como lugares de desvios. Em outro texto que dedicamos a este assunto, ressaltamos que as heterotopias do desvio se apresentam, em nossos dias, “[...] menos circunscrita a um território geográfico delimitado, porém, mais constituída em espaços psicossociais móveis, vigiados e apartados dos demais espaços”. Podemos dizer que elas são, antes de tudo, “[...] territórios de produção e acolhimento de ilusões relacionadas às sexualidades e à feminilidade, ilusões que denunciam as opressões e as restrições existentes nos demais espaços psicossociais” (SILVA *et al*, 2015b, p. 70).

Assim funcionam as heterotopias: como espaços de oposição aos demais lugares normativos da sociedade. São contraespaços que passam a abrigar àquilo que Michel Foucault (2006) denominou de Discurso da Infâmia – o discurso indizível, o mais secreto, intolerável e descarado. Nesse sentido, podemos dizer que a prostituição se apresenta enquanto grande heterotopia, por abrigar as sexualidades escusas e desregradas. E este discurso de anonimato tende a ser ainda mais obscuro se entrelaçado a outras situações de dissidências, como as

raças/cores e os lugares onde muitas dessas mulheres atuam – os bares, as casas e, principalmente as ruas – estas últimas percebidas como ambientes de maior abjeção e, portanto, de menor acesso a direitos e à cidadania.

O estudo sobre os territórios – acompanhado das territorialidades, desterritorializações e reterritorializações – se soma às discussões sobre as heterotopias para pensarmos a prostituição de mulheres adultas em uma relação de tempo-espaço um tanto particular em um município interiorano. Para Milton Santos (2008, p. 67), a cidade é “[...] ao mesmo tempo, uma região e um lugar, porque ela é uma totalidade; e suas partes dispõem de um movimento combinado, segundo uma lei própria”. Esta lei própria, apontada pelo autor, remeterá às nossas problematizações sobre a prostituição enquanto uma grande heterotopia, formada por diferentes territorialidades móveis e flutuantes – por isso, a presença constante de (des/re)territorializações – e como lugares que abrigam as existências riscadas dos discursos e àquelas colocadas em um plano de obscuridade nas palavras.

## OBJETIVOS

### *Geral*

Realizar cartografias existenciais de mulheres que se prostituem e dos territórios voltados à prostituição em um município interiorano e de pequeno porte populacional, localizado na região sudeste do Estado de Mato Grosso do Sul - MS, aproximando-as de tendências positivas de estilísticas da existência.

### *Específicos*

1. Discutir os fatores que caracterizam, estabelecem e mantêm o mercado sexual no campo geográfico pesquisado, bem como as condições socioeconômicas, políticas, culturais e os processos desejanter e de resistências de bio-mulheres que se prostituem.
2. Refletir como a organização espacial e psicossocial de bares, casas e ruas, considerados pontos de prostituição no município estudado, demarca locais de disputas, desigualdades, marginalidades, sociabilidades e, sobretudo de resistências e relações de saber-poder-prazer no cotidiano das participantes desta pesquisa.
3. Compor novas leituras a respeito das práticas da prostituição em pequenos centros urbanos e interioranos e suas interfaces com a Psicologia, mediante a abordagem dos conceitos de classes sociais, gêneros, raças/cores e territórios.

## JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos, importantes debates vêm sendo desenvolvidos pela academia sobre a prostituição de brasileiras em mercados transnacionais do sexo, em grandes metrópoles e em áreas turísticas do Brasil, segundo atestam diferentes estudos, como os de Pasini (2000), Osborne (2004), Guimarães & Merchán-Hamann (2005) e Piscitelli (2013). Entretanto, ainda de maneira muito tímida, tem se discutido sobre a prostituição feminina adulta e os traços peculiares deste fenômeno em contextos interioranos e em pequenos centros urbanos do país, locais onde observamos um número insuficiente de pesquisas acadêmicas, principalmente no âmbito das discussões propostas pela Psicologia.

Estudos recentes evidenciam que, no Estado de Mato Grosso do Sul, o mercado do sexo tem apresentado um número significativo de mulheres adultas, especialmente em regiões de fronteiras e em rotas consideradas propícias ao narcotráfico, sendo estas representadas pelas cidades de Corumbá e Ponta-Porã, respectivamente situadas nos limites dos países Brasil-Bolívia e Brasil-Paraguai. Ademais, municípios considerados importantes atrativos turísticos e àqueles pertencentes à região Pantaneira – Coxim e Bonito – têm-se mostrado terrenos favoráveis para o estabelecimento e a disseminação do mercado sexual no Estado, segundo apontam as análises de Dias (2009) e Soller (2009).

Municípios mais avançados em termos de industrialização e em número de habitantes – Três Lagoas, Campo Grande e Dourados – estão entre as principais cidades referenciadas pelas pesquisas acadêmicas no que se refere ao comércio sexual em Mato Grosso do Sul, conforme apontam os estudos de Sanches (2007), Barbosa (2008), Farias (2009) e Andrade (2013). Trata-se, unanimemente, de pesquisas voltadas à prostituição feminina adulta em regiões de fronteiras, em instâncias turísticas e em grandes centros urbanos e que fazem referência às áreas da História, da Linguística, do Direito, da Saúde Pública e do Desenvolvimento Local e Regional, sendo evidenciado um número muito incipiente ou até mesmo a ausência de estudos produzidos sobre esta temática na área da Psicologia e/ou por pesquisadores com formação em Psicologia no Estado.

Precisamos estar atentos à insuficiência de pesquisas sobre a prostituição feminina adulta em áreas não metropolitanas do país, sobretudo no que diz respeito ao campo de estudos das ciências humanas e sociais. Estes lugares intersticiais têm muito a nos dizer, por se tratarem de contextos esquecidos e pouco dotados de valor, mas que se apresentam como

potentes lugares por onde são produzidas relações de muitas mulheres consigo mesmas e com outras tantas vidas perdidas nos relatos acadêmicos, tal como afirmou Nascimento (2014, p. 73):

Apesar do crescimento da produção nas ciências humanas e sociais sobre a temática nos últimos anos, têm-se como pressuposto de que são nas grandes cidades, local propício ao individualismo e onde as normas que regulam as relações de gênero supostamente são mais flexíveis, que diferentes formas de prostituição têm lugar.

Nas palavras de Couto, trata-se de: “[...] vidas ínfimas, vidas que se expõem em poucas páginas, breves, ligeiras, intensas e expressivas. Elas se mostram na rapidez da escrita, na intensidade de registrar os momentos furtivos, os encontros desejáveis e indesejáveis” (COUTO, 2013, p. 03). Serão essas vidas, que sobrevivem e resistem aos constantes choques das relações de poder, que buscaremos dar vozes e visibilidades em nossa pesquisa. Vidas singulares, múltiplas e obscuras, existências efetivamente riscadas e perdidas nas palavras (FOUCAULT, 1977/2006), todas elas, até então, destinadas ao silenciamento e aos breves rastros nos discursos acadêmicos e nas relações sociais passarão a permear as nossas escritas e discussões na Psicologia.

Buscaremos mapear as cartografias existenciais de mulheres que se prostituem mediante olhares de uma Psicologia voltada às diferenças – de gêneros, classes sociais, raças/cores e sexualidades – e às singularidades enquanto formas possíveis de (novas) existências, até mesmo dentro da própria prostituição. Procuraremos enfatizar como as mulheres, que nos falam das diferenças e das dissidências, discorrem suas próprias experiências na prostituição em pequenos centros urbanos e em municípios interioranos, contextos, ainda hoje, reduzidos à privacidade de gueto, impossibilitando, muitas vezes, sua discussão política em diferentes frentes de mobilização e atuação acadêmica e profissional da Psicologia. Tudo isso nos levará a criação de novos e diferentes espaços para que as participantes desta pesquisa e muitas outras mulheres ligadas à prostituição possam falar em nome próprio.

## 2 – O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

*O discurso veicula e produz poder.  
Reforça-o, mas também o mina,  
Expõe, debilita e permite barrá-lo.*

*(FOUCAULT, 1988b)*

### *2.1- Os Aportes Teóricos: os Estudos Culturais e a Teoria Queer*

Os Estudos Culturais tiveram início nos Estados Unidos e na Inglaterra, durante a década de 1960, coincidindo com o período de surgimento e difusão do Multiculturalismo, do Pós-Colonialismo e do Pós-Modernismo e a expansão do Movimento Negro e da Segunda Onda do Movimento Feminista. Trata-se de um campo de investigação que buscou priorizar as ciências sociais e as humanidades, voltando suas preocupações para os fenômenos culturais, históricos e políticos presentes nas sociedades. Os Estudos Culturais procuram problematizar as questões voltadas aos estudos das identidades, das classes sociais, das raças/cores, das relações de gêneros e de poder, dentre outras, caracterizando, assim, a multiplicidade de objetos e de temáticas em seu campo de análises.

Mais conhecido no âmbito das pesquisas antropológicas, históricas, sociológicas e literárias, os Estudos Culturais se caracterizam enquanto importante forma de insatisfação de muitos estudiosos aos limites impostos por uma ciência hegemônica e hierarquizada. Esta vertente buscou dar mais atenção às formas de expressão social, histórica e cultural de pessoas e de grupos não tradicionais, dando-lhes vozes e legitimidade nas atividades críticas e de intervenção acadêmica e política, segundo bem evidenciou Escosteguy (2010). Assim, no campo das pesquisas sociológicas, destacamos as contribuições de Silva & Hall (2009). Já no âmbito das leituras históricas, podemos enumerar as análises de Thompson (1981) estendendo-se para demais estudos que culminaram no estabelecimento de novas e diversificadas estratégias metodológicas, utilizadas por diferentes áreas do conhecimento, inclusive, pela própria Psicologia, como a etnografia, a pesquisa participante e as histórias de vida.

Em nossa pesquisa, os Estudos Culturais se voltam para as cartografias territoriais e existenciais de mulheres ligadas à prostituição em um pequeno centro urbano. Entrelaçando

os diferentes aportes teóricos voltados aos estudos das relações de gêneros e poder e das discussões das raças/cores, das classes sociais e dos territórios, teceremos os nossos olhares em direção a Psicologia que seja capaz de abarcar as multiplicidades e as diferenças enquanto formas possíveis de novas existências humanas. Para tanto, caminharemos também com outras discussões, visando enriquecer os âmbitos teórico e metodológico de nossa pesquisa. Dentre elas, estarão a Teoria *Queer* e os estudos desenvolvidos por Michel Foucault, que se mesclarão às narrativas de nossas participantes e às análises que realizaremos ao longo desta tese.

Etimologicamente, o termo *Queer* apresenta-se como estranho, excêntrico, questionável e, sobretudo como crítica ao sistema normativo das identidades e da heterossexualidade, segundo afirmaram Córdoba *et al.* (2005) e Penedo (2008). Para esses autores/as, os fatos históricos e teóricos que respaldam as bases dos Estudos *Queer* fazem referência aos processos de desnaturalização e politização das sexualidades, dos sexos e dos gêneros, sendo o seu termo utilizado em primeira pessoa enquanto estratégia de subversão performativa. Suas reivindicações políticas estão voltadas não somente às críticas ao regime heterossexual, mas ao que social, cultural e historicamente se denominou de normal identitário, que, por sua vez, tende a se normatizar e se enquadrar em modelos previamente estabelecidos na sociedade.

Dessa forma, os Estudos *Queer* buscam questionar o lugar do essencialismo universalista nos discursos normativos que se baseiam no silenciamento de determinadas experiências, práticas e processos de subjetivação, muitas vezes, estigmatizados e considerados anormais, patológicos e abjetos em grande parte da sociedade. Para Córdoba *et al.* (2005), as duas principais características desse novo modelo político seriam a construção de bases identitárias mais abertas e flexíveis, que permitem serem questionadas e modificadas constantemente, e a utilização de estratégias e ferramentas que visam combater as estruturas culturais e as políticas da heterossexualidade compulsória.

Os Estudos *Queer* buscam ressaltar a existência de fissuras e de contradições abertas nas chamadas identidades, questionando as relações de poder e articulando formas de resistências aos padrões identitários fechados e exíguos, construídos segundo um modelo heteronormativo totalizador. Inspirados nas obras de Jacques Derrida – especificamente no conceito de desconstrução – e em Michel Foucault – na obra *História da Sexualidade I* (1988b), em que a sexualidade é concebida como construção social e a resistência expressa em termos positivos – teóricos, como Gayle Rubin, Judith Butler, Beatriz Preciado e Teresa

De Lauretis, visaram problematizar o binarismo hetero/homossexual presente nas relações sociais contemporâneas e a ideia de sujeito uno do Feminismo, reduzidos aos contextos heterossexual, branco, europeu e cientista/letrado.

O surgimento da Teoria *Queer* se deu nas ruas, a partir de reivindicações de grupos considerados subalternos, e tem buscado, desde então, tecer críticas aos discursos considerados hegemônicos na cultura ocidental, potencializando diferentes formas de resistências aos pressupostos de normalidade/normativo inscritas no tecido histórico-social. Saindo do plano do ativismo das ruas e dos movimentos de gays e lésbicas americanos, o termo *Queer* foi usado pela primeira vez nas discussões acadêmicas durante o prefácio transcrito por Teresa De Lauretis a um número especial da *Revista Differences*, seguindo, posteriormente, com o texto *Epistemologia del Armario (1998)*, de Eve Kosofsky Sedgwick, e tendo como sua grande expressão as contribuições propostas por Judith Butler, em *Problemas de Gênero (2013)*.

Amparado nas análises que problematizam a questão das diferenças, os Estudos *Queer*, nas palavras de Córdoba *et al.* (2005), representa não somente uma teoria, mas uma política sobre as desigualdades de gêneros, que objetiva abarcar os processos e as estruturas que se constitui no silenciamento de muitas pessoas, além de conceber rupturas de visões sobre um sujeito concebido *a priori* e permeado por uma identidade limitada e que não permite ser questionada. Ademais, busca, segundo Peres (2013), desconstruir os sistemas de pensamentos binários e sedentários e proporcionar a entrada de pessoas consideradas marginais no âmbito da participação política, de emancipação de direitos e de novos modos possíveis de existencialização.

Podemos afirmar que os Estudos *Queer* têm absorvido de Foucault (1988b) que o poder não é somente negativo, que suprime e limita, mas que também é algo produtivo, na medida em que produz possibilidades de ação – as resistências. O *Queer*, nas palavras de Porchat (2013), tem por objetivo analisar, investigar, questionar e intervir sobre as normativas e as consequentes normas produzidas pelos discursos hegemônicos, de forma a romper com os processos homogeneizantes de problematizar a vida, que deverá ser concebida sempre em movimento. Logo, serão essas resistências, que escapam dos modelos das inteligibilidades, proposto por Butler (2013), e que tomam as variações e as discontinuidades do humano, segundo salientou Peres (2013), que iremos enfatizar com mais afinco durante esta pesquisa.

O *Queer* representa tudo que é inominável, monstruoso e abjeto, justamente por escapar de uma norma a ser seguida como verdade absoluta pelas pessoas. Acreditava e ainda

hoje se perpetuam equívocos de que o *Queer* estaria associado, restritamente, ao estudo das homossexualidades. Mais do que isso, o termo *Queer* mostra-se pertinente a tudo aquilo que foge de um modelo padrão imposto pela sociedade; trata-se de um posicionamento político. Logo, podemos pensar os negros, os pobres, as pessoas que residem em pequenos centros urbanos e, sobretudo as mulheres que se prostituem, assim como quaisquer outras dissidências como *Queer*, segundo bem definiu Porchat: “Afim, se o *queer* é dissonância, lapso ou excesso, pode-se dizer que não existe identidade comum a dois sujeitos. Algo sempre escapa a qualquer tentativa de indexação. *Queer* só poderia se referir a cada um, em sua particularidade” (PORCHAT, 2013, p. 74).

## 2.2 - As Cartografias: implicações teóricas e práticas

Durante muito tempo, as pesquisas e as intervenções realizadas pela Psicologia estiveram pautadas nos moldes iluministas e na tradição moderna de uma ciência positivista e racionalista, que buscou normatizar, quantificar e unanimizar as subjetividades. A dualidade metodológica, os critérios de objetividade e o pragmatismo científico direcionaram olhares a determinadas práticas e aos modos de existências de pessoas e grupos, ao mesmo tempo em que colaborou para o estabelecimento e a manutenção de uma perspectiva marginal nas ciências, respaldada no que Foucault (1996) denominou de Regimes de Verdade – conjunto de regras de produção que visam delimitar, legitimar e universalizar aspectos considerados verdadeiros na vida das pessoas a partir de normas e poderes instituídos socialmente.

Ainda hoje, encontramos fortes resquícios destas vertentes na atuação acadêmica e profissional da Psicologia. Por isso, compartilhamos das ideias suscitadas por Romagnoli (2009), a respeito da urgente necessidade de a Psicologia se posicionar diferentemente às novas demandas históricas, culturais, sociais e políticas que atravessam os processos de subjetivação humana, de forma a romper com os chamados especialismos de suas pesquisas acadêmicas e de seus campos de atuação mais tradicionais que, nos últimos anos, já não mais se sustentam nos cotidianos e nas realidades vivenciadas por diferentes pessoas e grupos sociais. Neste contexto, surgem os chamados contradiscursos, entendidos como formas de resistências a um dado poder estabelecido nas ciências, que visou, por muito tempo, dar

legitimidade a cultura androcêntrica, heteronormativa, racista e classista em suas produções teóricas e metodológicas.

Em decorrência disso, propomos, a exemplo de Spivak (2010, p. 88): “questionar a inquestionável mudez das mulheres tidas como subalternas”. Para tanto, recorreremos à abordagem qualitativa de pesquisa em Psicologia. A pesquisa qualitativa, segundo Gerhardt e Silveira (2009), se caracteriza pela não preocupação de uma representatividade numérica e pela não rigidez de um método específico e único de estudo. Ao contrário, ela visa o aprofundamento das discussões e problematizações a respeito da vida social, ao destacar que o desenvolvimento de uma pesquisa será sempre imprevisível. Para Minayo (1994a), a pesquisa qualitativa está voltada à realidade que não pode ser quantificável, centrando-se no estudo das dinâmicas das relações sociais, nas discussões e nas análises dos fenômenos particulares e na valorização do processo enquanto etapa mais importante de uma pesquisa.

Dentro do contexto da pesquisa qualitativa, utilizamos, como método, a cartografia. Por meio dela, foi possível elucidar os pontos obscuros que permeavam o nosso campo de investigação, nos auxiliando a pensar o percurso da pesquisa de maneira processual e heterogênea, além de atuar como importante forma de desapego às formas acadêmicas, dominantes e instituídas, ainda hoje, muito presentes nas discussões levantadas pela Psicologia. Em suma, o método cartográfico, nas palavras de Mairesse: “desencadeia um processo de desterritorialização no campo da ciência para inaugurar uma nova forma de produzir conhecimento, um modo que envolve a criação, a arte, a implicação do autor, do artista, pesquisador, cartógrafo” (MAIRESSE, 2009, p. 259).

Inspirada nas ideias de Gilles Deleuze & Felix Guatarri (1995), a cartografia se caracteriza enquanto “estratégia de produção do conhecimento” (SILVA, 2005), “método de pesquisa-intervenção utilizado em pesquisas de campo voltadas aos estudos das subjetividades” (PASSOS, KASTRUP & ESCÓCIA, 2009) e como “crítica ao modelo tradicional de conceber as pesquisas de campo em Psicologia” (ZAMBENEDETTI & SILVA, 2011). Ademais, ela está voltada aos estudos das multiplicidades, relacionando-se com o que Deleuze & Guatarri (1995) denominaram de rizoma – um sistema conceitual aberto, que não tem começo e nem fim, que está sempre no meio, no intermezzo. Daí a importância de pensarmos a cartografia enquanto contínua forma de fazer pesquisa, uma vez que ela visa romper com os chamados equilíbrios estabelecidos e com as leituras monótonas das realidades, passando a operar nos movimentos, nas processualidades e no campo das experimentações.

De acordo com Passos & Barros (2009, p. 17), a cartografia se caracteriza enquanto traçados de planos de experiências. Para os autores: “Realizar uma reversão no sentido tradicional de método – não mais caminhar para alcançar metas pré-fixadas, mas o primado que o caminhar traça, no percurso, suas metas” são tarefas importantes a serem realizadas pelo cartógrafo. Assim, quando pensamos nas questões que fazem referência à prostituição, podemos perceber a cartografia como inegável contribuição para a nossa pesquisa, posto que ela não se apresenta dirigida para metas pré-fixadas, mas procura conceber as pessoas envolvidas na ação da pesquisa como heterogêneas e em movimentos contínuos, sempre passíveis de novos agenciamentos e transformações.

Para Rolnik (1989), a prática do cartógrafo/a está voltada ao mapeamento e às estratégias da formação dos desejos no campo social, um exercício político em nome da vida, que sempre se apresenta de maneira plural, ativa e vivificante e, ao mesmo tempo, de forma efêmera, mutante e processual. Para a autora, o movimento do cartógrafo/a visa à produção dos sentidos e à problematização dos processos pelos quais as pessoas vão sendo subjetivadas ao longo do tempo e de suas relações sociais. Logo, uma das preocupações da cartografia é abarcar as paisagens que vão sendo construídas pelas pessoas no decorrer de suas interações mais íntimas com os seus próprios afetos, desejos e resistências. Neste sentido, o trabalho do cartógrafo, segundo Rolnik (1989), tem por finalidade:

[...] um composto híbrido, feito do seu olho, é claro, mas também, e simultaneamente, de seu corpo vibrátil, pois o que quer é apreender o movimento que surge da tensão fecunda entre fluxo e representação: fluxo de intensidades escapando do plano de organização de territórios, desorientando suas cartografias, desestabilizando suas representações e, por sua vez, representações estancando o fluxo, canalizando as intensidades, dando-lhes sentido (ROLNIK, 1989, p. 68).

Portanto, o trabalho do cartógrafo implica na recriação constante de seu campo de investigação, na leitura contínua e processual das realidades e na ruptura dos equilíbrios estabelecidos de forma dominante nas ciências. Trata-se, segundo Romagnoli (2009), de um conhecimento não dualista, que insiste na produção de conhecimentos locais e transitórios e na necessidade de pluralizar as metodologias voltadas aos estudos das subjetividades, ligando-as às heterogeneidades e às coletividades num contexto permanente de relações, também denominados por Donna Haraway (1995b) de Saberes Localizados. Para a autora, os Saberes Localizados consistem em novos olhares do/a pesquisador/a sobre o contexto do conhecimento científico, pautados nas ideias de multiplicidades e heterogeneidades, como ela bem expressou, ao afirmar que:

[...] depende da impossibilidade de políticas e epistemologias de ‘identidade’ inocentes como estratégias para ver desde o ponto de vista dos subjugados, de modo a ver bem. Não se pode ‘ser’ uma célula ou uma molécula – ou mulher, pessoa colonizada, trabalhadora e assim por diante – se se pretende ver e ver criticamente desde essas posições. ‘Ser’ é muito mais problemático e contingente. Além disso, não é possível recolocar-se em qualquer perspectiva dada sem ser responsável por esse movimento. A visão é sempre uma questão do poder de ver – e talvez da violência implícita em nossas práticas de visualização. Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos? Essas observações se aplicam também ao testemunho a partir da posição de um ‘eu’. Não estamos imediatamente presentes a nós mesmos. O autoconhecimento exige uma tecnologia material-semiótica relacionando significados e corpos. A autoidentidade é um mau sistema visual (HARAWAY, 1995b, p. 25).

A noção de Saberes Localizados está associada aos pressupostos defendidos pela cartografia, uma vez que ambas as ideias visam acompanhar os processos desejantes e os devires que compõem os campos pessoal e social. A partir deles, as pessoas são percebidas em constante processo e transformação, em contínuo arranjo e desarrajo, segundo afirmaram Passos *et. al.* (2009). Para esses autores, o trabalho do cartógrafo/a se baseia no mapeamento dos territórios geopolíticos, muitas vezes, não materializados pelo discurso científico tradicional e/ou considerado hegemônico nas ciências. Na presente pesquisa, este mapeamento se processou nos locais que constituem os principais pontos de prostituição de bio-mulheres adultas em um dado campo de investigação geográfica e também política.

A perspectiva cartográfica possibilitou dois importantes enfoques durante o transcorrer de nossa pesquisa, como já salientado nas discussões propostas por Romagnoli (2009). O primeiro, ao atuar no âmbito metodológico – nos auxiliando a problematizar o percurso da pesquisa e o nosso trajeto metodológico enquanto produções constantes – e, o segundo, ao operar conceitualmente, através de novos olhares direcionados à prostituição feminina adulta em pequenos centros urbanos. A partir disso, propomos, a exemplo de Haraway (1995b), privilegiar a contestação, a desconstrução e as conexões em rede, visando abarcar os saberes localizados em oposição às ideias dualistas de mente/corpo e natureza/cultura, ainda muito arraigadas no pensamento ocidental.

Neste sentido, destacamos que foram realizadas entrevistas de longa duração com 10 (dez) bio-mulheres ligadas ao contexto da prostituição feminina adulta em um município de pequeno porte populacional e de extensão territorial, localizado na região sudeste do Estado de Mato Grosso do Sul - MS. As entrevistas ocorreram entre os meses de maio e dezembro do ano de 2014, sendo gravadas por meio de um gravador de áudio e transcritas para a posterior aprovação das entrevistadas, visando à publicação integral/parcial de seus relatos, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE. Estiveram respaldadas em

um roteiro previamente elaborado por nós, abarcando mais do que perguntas, ou seja, o que denominamos de “eixos disparadores”, exibido em um modelo em anexo.

As entrevistas aconteceram em locais e horários disponibilizados pelas participantes (suas residências, seus locais de trabalho e em casas de terceiros), com duração delimitada pelas mesmas. Das 10 (dez) mulheres entrevistadas, apenas duas não aceitaram conceder entrevistas ou qualquer outro tipo de informação que não fossem realizadas em ambientes livres de quaisquer interferências pessoal e profissional. Acatadas suas exigências, conseguimos realizar estas entrevistas em uma Unidade Básica de Saúde do município e a outra, em uma casa de um amigo em comum. Tivemos a preocupação de entrevistar e realizar cartografias existenciais apenas com bio-mulheres – mulheres em termos biológicos, detentoras do órgão sexual feminino no momento do nascimento, assim denominado por Preciado (2008) –, que estivessem diretamente ligadas à prostituição e que apresentassem distintas trajetórias de vida pessoal (presença ou ausência de relações afetivas e/ou conjugais estáveis, filhos/as e graus de escolaridade diferenciados) e profissional (provedoras, coprovedoras de família, não provedoras, que apresentassem ou não outros trabalhos remunerados concomitantemente à atividade sexual comercial, tempo variado de atuação na prostituição), de diferentes idades, raças/cores e classes sociais, residentes e/ou que trabalhassem em bairros considerados periféricos e pobres e de classe média e alta da cidade.

Ao narrar suas histórias individuais, nossas participantes também evidenciaram importantes aspectos que se entrelaçaram em momentos vividos por todas elas como marcos de dificuldades e superação e de alegrias e conquistas. Nos relatos externados, foram percebidos traços de memórias coletivas, evocados e contados por elas a partir de uma coletividade e do ressoar de vozes polifônicas. Logo, concordamos com Peres (2005), ao afirmar que, a partir da escuta atenta destas histórias individuais, tornamo-nos capazes de analisar as demandas coletivas de grupos silenciados e interditos. Estas narrativas existenciais passam a expressar a polifonia de saberes e poderes expressos nos discursos, nas práticas e nos modos de existencialização de cada história e de cada vida considerada marginal e indizível.

Outra abordagem metodológica que utilizamos ao longo de nossa pesquisa foi a observação participante, posto que somente a realização de entrevistas de longa duração não seria suficiente para o enriquecimento teórico e prático desta proposta de investigação. A observação participante, segundo Queiroz *et. al.* (2007), se caracteriza como uma das técnicas mais adotadas na abordagem qualitativa. Ela consiste, segundo as autoras, na participação do

pesquisador no interior do grupo observado, buscando, sempre que possível, sua interação com ele. Visa não somente conhecer melhor a realidade, como também fazer-se sentir e estar presente no cotidiano e nas diferentes experiências partilhadas e vividas por quem está do outro lado da pesquisa.

Assim sendo, acompanhamos registros de importantes momentos vivenciados pelas participantes de nossa pesquisa. A partir de seus consentimentos, procuramos observar as relações que elas estabeleciam com suas famílias – filhos/as, companheiros/a e pais. No âmbito do trabalho profissional, conseguimos manter diálogos com as proprietárias dos espaços de prostituição por nós visitados. Nestes locais, tivemos proximidade e fizemos contato mais facilmente com as donas dos estabelecimentos oriundas do sexo feminino. Presenciamos, ainda, a visita de clientes durante o momento de realização de entrevistas, que, ora ficavam nos bares – batendo papo e consumindo bebidas individualmente ou no balcão com as mulheres –, ora, se dirigiam para os cômodos dos fundos da residência, sempre grupos de homens acompanhados por um coletivo de mulheres da casa.

Outro ponto importante que permeou a nossa incursão no campo de investigação foi as frequentes e restritas ligações telefônicas de clientes às garotas durante o momento das entrevistas, visando agendar horários, comunicar presença nas próximas horas no espaço de encontro – uma vez que, muitos deles, residiam/trabalhavam em fazendas – além daqueles que ligavam para receber notícias delas, denotando preocupação e formas de carinho e cuidados. No âmbito da vida pessoal, presenciamos algumas cenas do cotidiano de nossas entrevistadas – em suas famílias, no relacionamento com os filhos, nos afazeres domésticos, além de momentos de visitas de amigos ou vizinhos em suas residências. Buscamos delinear as experiências sociais vividas por elas e a produção das práticas psicossociais e de subjetivação de seus afetos, prazeres e desejos, abrangendo não somente os conteúdos manifestos como também os discursos potentes e não visíveis e, quando visíveis, silenciados, excluídos e interditos, que, possivelmente, esquadrinham estes corpos e apontam à emergência e os atravessamentos de poder, hierarquização, higienismos e estigmatização/resistências delas na sociedade.

Esses aspectos serão contemplados mediante a análise do discurso, proposta por Michel Foucault, somando-se às contribuições teóricas elencadas pelos Estudos Culturais e pela Teoria *Queer*. Foucault, em *A Ordem do Discurso* (1996), destaca três importantes procedimentos que permitem controlar os discursos – a exclusão, a interdição e a rarefação. A partir deles, o autor argumenta que o discurso é o espaço no qual saber e poder se articulam,

selecionando, organizando e redistribuindo certos procedimentos que visam garantir a estabilidade e hegemonia deste mesmo poder, que passa a ser aceito e reproduzido como verdadeiro. Para ele, os discursos compreendem uma adjacente de enunciados que são produzidos historicamente no campo social ou ainda: “Um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1996, p. 43).

Em outro momento, este mesmo autor nos adverte que:

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos (FOUCAULT, 1988b, p. 30).

Durante muito tempo, as mulheres ligadas ao contexto da prostituição estiveram pouco presentes e, em muitos casos, até ausentes na ordem do discurso, não podendo narrar e fazerem ouvir suas histórias em muitos contextos sociais, uma vez que se localizavam a margem do plano discursivo dado cultural, histórico e socialmente como universal e inquestionável – o androcêntrico, o heteronormativo, o misógino. Tais construções, tidas como hegemônicas, se apresentavam imersas em relações de poder, interditando e excluindo muitos discursos – o da sexualidade desviante e o do louco, por exemplo – enquanto potencializavam e davam como verdadeiros muitos outros que se enquadravam na perpetuação de higienismos e de uma dada conduta moral, segundo afirmou Foucault, em *A Ordem do Discurso* (1996), e que, ainda hoje, mostra-se em evidência na vida das mulheres participantes desta pesquisa.

Em sua aula inaugural no *Collège de France*, em 1970, Foucault (1996) apresentou a pressuposição de que:

[...] em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 08-09).

Percebendo as sexualidades como um dos princípios de exclusão do discurso, Foucault, em seu primeiro volume da *História da Sexualidade – a vontade de saber* (1988), destaca as sexualidades enquanto experiências, percebendo de que forma “[...] nas sociedades

ocidentais modernas, constitui-se uma experiência tal que os indivíduos são levados a reconhecer-se como sujeitos de uma sexualidade que se articula em um sistema de regras e coerções” (FOUCAULT, 1988b, p. 10). Logo, podemos dizer que os discursos atuam como estabelecimento e reprodução de saberes, que capturaram os sexos, as sexualidades e as expressões de gêneros, normatizando-os e decodificando-os de acordo com as práticas e os comportamentos hegemônicos. Estes comportamentos silenciam e não trazem visibilidade àqueles/as que buscam romper e subverter as relações de poder, sinais que se expressam claramente na vida de mulheres não ligadas ao círculo sagrado da reprodução.

### 2.3 - A Escolha das Participantes: os contatos, os encontros e as relações

Por trabalharmos com um tema tão estigmatizado e marginal no âmbito das pesquisas acadêmicas e das discussões propostas pela Psicologia e por apresentarmos como campo de investigação o contexto da prostituição em um município com costumes e práticas interioranos, onde as relações sociais são construídas e perpetuadas mediante analogias de proximidade e (des)confiança entre as pessoas, que procuramos estabelecer os primeiros contatos com as participantes desta pesquisa de maneira gradual e diferenciada, a partir da estratégia de *snow ball* – bola de neve.

Por meio dela, foi possível estabelecer contatos com as pessoas ligadas direta e/ou indiretamente ao contexto da prostituição, bem como constituir redes de referências que nos possibilitaram aproximar das bio-mulheres adultas que apresentassem diferentes vivências no âmbito local da prostituição e que aceitassem serem participantes desta temática de investigação. Por meio desta rede de relações com terceiros e do uso das chamadas tecnologias sociais – ligações telefônicas e das redes sociais de internet –, foi possível intermediar contatos e garantir o estabelecimento de relações de confiabilidades e cumplicidades com as participantes, uma vez que elas foram indicadas por pessoas que faziam parte de seus relacionamentos pessoais e de seus círculos de amizades mais próximos.

Tal fato tornou-se importante para ambas as partes – pesquisadora e participantes –, especialmente por ser tratar de pessoas percebidas mediante diferentes estigmas, que acabam por levar a diferentes violências. Por isso, partilhamos das ideias fomentadas por Houtzager *et. al* (2004, p. 26) a respeito do método *snow ball*: “[...] é eficaz para alcançar populações de

difícil acesso ou identificar populações que permanecem invisíveis quando utilizadas outras técnicas de amostragem”. E, ainda, as palavras de Paraná: “Trata-se de uma tentativa, de um meio de oferecer escuta e, ainda mais, de dar voz àqueles cujo discurso foi calado ou teve pouca influência no discurso dominante” (PARANÁ, 1996, p. 317).

Ao utilizarmos a cartografia como método de pesquisa e o *snow ball* enquanto importante estratégia de intervenção no campo investigado, nos deparamos com as informações apresentadas por Romagnoli (2009). Este autor destaca que a pesquisa cartográfica é constituída por múltiplos pontos de entrada, passagem e saída, sendo seu percurso traçado de maneira constante durante a trajetória de análise. Assim, podemos dizer que a nossa entrada nos territórios voltados à prostituição feminina adulta no município pesquisado aconteceu, também, mediante múltiplas formas e diferentes abordagens até conseguirmos nos aproximar das mulheres que aceitassem participar de nosso estudo.

O fato de residirmos a aproximadamente 10 km do município, conhecendo-o e frequentando-o desde a infância, associado ao episódio de termos atuado como psicóloga no quadro de servidores públicos deste mesmo município durante os anos de 2009 a 2013, contribuiu para que esta pesquisa migrasse do plano das ideias para o campo da escrita e da prática, ao mesmo tempo em que nos trouxe, por várias vezes, importantes momentos de reflexão e de receios. Por se tratar de uma cidade interiorana e ainda em consolidação universitária, tivemos, inicialmente, de conquistar a confiança de nossas entrevistadas para que elas pudessem nos retratar, sem muitos entraves, as histórias mais íntimas de suas vidas no âmbito da prostituição. E esta relação de confiança somente poderia ser estabelecida através de pessoas que, realmente participando de alguma forma do cotidiano delas, também viessem a compreender os intentos de nossa proposta acadêmica.

Assim, nosso primeiro contato com o campo investigado aconteceu durante a elaboração de nosso projeto para a participação do processo seletivo do doutorado, no ano de 2012. Nosso propósito, nesta época, era o de traçar um mapa, ainda que mental, do nosso futuro objeto de pesquisa e dos contextos a ele relacionados, a fim de dar suporte teórico e embasamento prático para a nossa pesquisa. Outro fator relevante seria ver em *lócus* se nossos objetivos não se tratariam de “meros devaneios”, uma vez que a realidade da prostituição neste centro urbano, ainda hoje, se mostra de maneira muito camuflada, apresentando riscos ao se adentrar a este terreno movediço sem o auxílio e a participação de terceiros.

Em um dia de feriado nacional, conhecemos uma estudante da graduação em História da UFMS/campus local, que havia desenvolvido um trabalho de pesquisa de campo na

disciplina de Antropologia e, posteriormente, seu trabalho de conclusão de curso com mulheres ligadas à prostituição no município. Ela nos levou aos bares que havia frequentado em sua pesquisa, nos apresentando a dona de um dos estabelecimentos e duas garotas que entrevistou. As entrevistas e as nossas incursões neste bar aconteceram de maneira tranquila, porque a estudante universitária nos passou uma relação de confiança. Das duas garotas que tivemos contato neste momento, uma delas foi a nossa primeira participante e a estudante a nossa primeira ponte.

Nossos próximos contatos aconteceram mediante a intervenção de uma antiga agente de saúde e atual responsável por uma das mais importantes associações de moradores do município. Ela, primeiramente, nos apresentou a proprietária da antiga zona de meretrício da década de 1980, com quem fizemos duas entrevistas, visando traçar um plano de historicidade do contexto da prostituição no campo investigado. Passamos duas tardes em sua casa, ouvindo suas histórias, sempre permeadas por lembranças e memórias de sua juventude. Mostrou-se muito feliz de ter nos recebido em sua residência. A partir deste contato, surgiu uma nova participante para a nossa pesquisa, que nos acompanhou durante uma das tardes de entrevista e que, posteriormente, declarou fazer parte da prostituição no município. Terceira entrevista realizada, segunda ponte firmada.

Contamos, também, com a contribuição de uma amiga enfermeira ligada a um dos programas de Estratégia de Saúde da Família – ESF do município. Ela nos auxiliou durante a pesquisa, ao estabelecer uma importante ponte entre nós e a quarta participante deste estudo. Realizamos a entrevista em uma das salas da unidade de saúde, a pedido da entrevistada, que não gostaria que seus dados fossem revelados, para que não houvesse atritos com sua atual companheira, que, segundo ela, dizia não aceitar sua condição de trabalho na prostituição. Contamos com sua confiança e cumplicidade, fator que contribuiu para que esta fosse a entrevista mais detalhada em termos de conteúdos que realizamos nesta tese. Quarta entrevista realizada, terceira ponte firmada.

Nossa pesquisa ganhou ainda mais impulso quando conhecemos uma travesti que desenvolvia trabalhos paralelos na prostituição do município. Ela nos levou a três mulheres de sua confiança, que, juntamente com ela, realizavam trabalhos em um dos bares noturnos da cidade. Em dias próximos, realizamos entrevistas com as três garotas, que residiam em um dos bairros mais periféricos e estigmatizados desta cidade. Passamos alguns momentos com elas, acompanhando seus afazeres domésticos, cuidados com os filhos e as suas preparações para o trabalho em bares do município. As entrevistas aconteceram de maneira tranquila,

porque estávamos acompanhadas de uma pessoa de confiança de nossas entrevistadas. Ademais, nossa quarta ponte nos ajudou no contato de mais uma participante, dando-nos o número do celular de sua outra amiga de trabalho noturno.

Oitava participante. De imediato, aceitou participar de nosso estudo, marcando um horário, via telefonema, em uma noite de segunda-feira, no bar em que trabalhava, após o término de sua jornada de trabalho como doméstica em uma das casas de família mais tradicionais do município. Nosso primeiro contato neste bar foi de extrema desconfiança. Enquanto nossa participante não chegava, fomos interrogadas pela dona do bar e por duas das cinco mulheres que lá estavam. Uma delas, inclusive, ligou para nossa participante, a fim de saber se éramos, de fato, pessoas de confiança. Com a chegada de nossa entrevistada no local, conseguimos realizar a entrevista e a observação do bar, além de recrutarmos outras duas mulheres para participarem de nossa pesquisa. Uma das entrevistas foi realizada neste mesmo bar e a outra, na residência de nossa última entrevistada. Quinta ponte firmada e últimas entrevistas realizadas.

Destacamos que as redes sociais da internet foram as nossas aliadas nos contatos firmados ao longo desta pesquisa. Elas nos auxiliaram em diferentes momentos, desde a aproximação até o acompanhamento do cotidiano de nossas participantes. Muitas entrevistas foram agendadas via *facebook*, a partir da disponibilidade temporal e espacial de nossas participantes. Observamos que esta rede de relações virtuais atuou como mola propulsora de nossas entrevistas, a partir do momento em que conseguíamos conquistar a confiança de nossas entrevistadas. Descobrimos que fazer parte do mundo virtual destas mulheres seria um importante passo para chegarmos até as suas histórias mais íntimas, escritas na vida cotidiana do mundo não virtual, e que estendem para as relações mais intensas e subjetivas de muitas delas na prostituição.

#### 2.4 - Os Aspectos Éticos

As entrevistas foram realizadas individualmente e em locais indicados pelas participantes, de maneira que não ocasionasse nenhum tipo de desconforto ou prejuízo no âmbito do trabalho, da vida pessoal e da quebra de sigilo de quaisquer dados que as pudessem identificar. Os nomes citados durante esta pesquisa foram escolhidos por nossas participantes,

a partir de uma lista apresentada a elas, constando apenas títulos e significados de pedras preciosas, tal como utilizado por Peres (2005) em sua tese de doutorado. Esta lista serviu para dar visibilidade aos preciosos discursos e à riqueza de histórias contadas por elas. Optamos por não fazer referência direta ao nome do município onde ocorreu este estudo, uma vez que se trata de uma cidade interiorana, com uma população estimada de cinquenta mil habitantes (IBGE, 2014), dados relevantes que, se mencionados, poderiam colaborar para a identificação das entrevistadas.

Todos estes aspectos foram descritos durante a elaboração e a posterior submissão e aprovação do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita filho” – UNESP/Assis. Durante o transcorrer da coleta de dados – cartografias existenciais e dos pontos de prostituição no município – ratificamos este nosso propósito, posto que as participantes, em sua unanimidade, demonstraram o desejo de não serem identificadas e, em outros momentos, receio de terem seus dados pessoais divulgados neste estudo e na própria cidade. Deste modo, destacamos apenas as informações relevantes que possibilitaram a melhor visualização do município e das participantes, sem prejuízo para as partes e sem comprometer, negativamente, a qualidade teórica e metodológica de nosso trabalho.

Garantimos o sigilo e o anonimato das informações coletadas durante a realização das entrevistas e das cartografias e descrições dos locais visitados. Respeitamos a privacidade das participantes e procuramos dar liberdade para que elas pudessem, em qualquer momento, recusar-se a participar desta pesquisa ou de retirar o seu consentimento, sem penalização ou prejuízo para elas. Procuramos explicitar a elas, desde o início de nossa pesquisa, através de uma linguagem de fácil entendimento, os propósitos e as finalidades de nosso estudo. Por fim, foi assinado pela pesquisadora e pelas participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), respaldado na Resolução nº 196, do Conselho Nacional de Saúde, cujo modelo se encontra em anexo e os originais sob o resguardo da pesquisadora. Este termo foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista, campus de Assis-SP, antes de iniciarmos quaisquer atividades práticas em nosso campo de investigação, fator que colaborou para o respaldo ético de nosso estudo.

## *2.5 - Forma de Organização dos Dados da Pesquisa*

Optamos por organizar e apresentar os relatos das participantes desta pesquisa narrando suas histórias de vida. Para tanto, selecionamos 06 (seis) das 10 (dez) mulheres que participaram de nosso estudo para apresentarmos as cartografias existenciais de mulheres adultas no âmbito da prostituição local. Nossas escolhas se respaldaram em diferentes histórias contadas por nossas entrevistadas, mediadas por distinções de raças/cores, locais e tempo de atuação profissional, vivências familiares e, também, de afeto, negociações e resistências diferenciadas uma das outras. Ademais, iremos apresentar, ao longo de nossa pesquisa, trechos de entrevistas de outras participantes que não tiveram suas histórias contadas em formato de narrativas. Tal proposta metodológica terá como objetivo enriquecer as nossas discussões, fragmentadas nos capítulos subsequentes.

A passagem da oralidade para a escrita dos relatos se deu mediante três etapas: transcrição, textualização e transcricção, conforme descrevem Caldas (1999) e Meyhi & Holanda (2007). Na transcrição, optamos em redigir os trechos das entrevistas de maneira fidedigna à gravação que realizamos. Na textualização, visamos realizar a limpeza da escrita, transformando as falas orais em falas escritas, respeitando a norma culta da língua portuguesa, sem, no entanto, modificar o sentido das frases ou dos conteúdos relatados pelas participantes. E, na transcricção, objetivamos acrescentar sensações ao texto, aquilo que não foi dito verbal ou linguisticamente, mas que estiveram presentes de maneira potente nos relatos de nossas participantes, através de linguagens não verbais, como o choro, os risos, as entonações da voz, as pausas e os lapsos de memórias. Todos estes aspectos foram narrados por nossas entrevistadas e serão contados – por elas e por nós – nos capítulos a seguir.

### 3 - CARTOGRAFIAS TERRITORIAIS E EXISTENCIAIS DA PROSTITUIÇÃO

#### 3.1 – Territórios e Territorialidades: cartografias da prostituição

*E a cidade se apresenta centro das ambições,  
Para mendigos ou ricos, e outras armações.  
Coletivos, automóveis, motos e metrô,  
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs.  
A cidade não para, a cidade só cresce  
O de cima sobe e o de baixo desce.*

*(A Cidade/Chico Science & Nação Zumbi)*

A canção intitulada *A Cidade*, de autoria de Chico Science e do grupo Nação Zumbi, vem retratar as diferentes desigualdades econômicas e sociais presentes na cidade de Recife, Estado de Pernambuco. Entretanto, ela poderá ser tomada de maneira bem mais ampla para evidenciar importantes aspectos das demais cidades brasileiras, em especial do município do qual faz referência essa pesquisa. Por meio dessa canção, poderemos traçar análises dos contrastes visíveis e, por sua vez, vividos por grande parte da população brasileira, assim distribuídos nos diferentes territórios que demarcam relações de poder entre pobres e ricos no país. Nas palavras dos autores, a cidade se apresenta o centro de ambições e o lugar de contradições culturais, econômicas e sociais.

Estes contrastes estéticos, políticos e sociais, retratados na canção e evidenciados em importantes estudos, como nos de Giddens (1991), Lyotard (2000) e Harvey (2010), também se encontram refletidos em nosso campo de investigação. Nossa pesquisa foi realizada em um município de pequeno porte populacional e de extensão geográfica, circunscrito na região sudeste do Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Trata-se de uma típica cidade interiorana, localizada nos limites físicos das divisas dos Estados de São Paulo e Paraná, contando com um número populacional de 50.010 mil habitantes (IBGE, 2014). Sua fundação ocorreu no ano de 1958, a partir da expansão de duas grandes fazendas, adquiridas por um renomado pecuarista do interior do Estado de São Paulo. Esta ação culminou na rápida povoação do novo município, contando com um considerável número de paulistas, paranaenses, mineiros e, principalmente de nordestinos que se deslocaram para estas novas terras com o objetivo de

obter melhores condições de vida e dar prosseguimento ao desenvolvimento agropecuário desta região.

Nos últimos anos, o município tem se destacado pelos elevados índices de crescimento econômico e como importante pólo de exportação pecuária para alguns países árabes e para a região Centro-Oeste do Brasil, dois importantes fatores que contribuíram para que lhes fosse conferido o título de “a Capital do Boi do Estado”. Ademais, a cidade, segundo dados levantados pelo IBGE (2014), ocupa a nona colocação do Produto Interno Bruto - PIB do Estado e a posição de sétimo maior município de Mato Grosso do Sul. Neste cenário de atividades agropecuárias, percebemos uma grande quantidade de territórios que demarcam o mercado sexual na região, ainda pouco retratados em termos de pesquisa, sobretudo no campo da Psicologia. Esses dados nos permitem associar a proliferação da prostituição nesse município, dentre outras particularidades, às diferentes formas de desigualdades econômicas e sociais.

Para Guimarães e Melazzo (2010), o fator demográfico não deverá ser tomado como eixo definidor da dimensão urbana. Ao contrário, ele deverá se somar a outros critérios – a relevância regional, a rede urbana e a formação socioespacial – para problematizarmos como se dão as mais diferentes relações nestes espaços urbanos. É a partir das discussões trazidas pelos referidos autores que afirmamos, juntamente com os dados levantados pelo IBGE (2014), que este município se apresenta uma importante cidade no Estado, justamente por se tratar de um lugar de potencialidades e de empreendimentos econômicos e políticos para a região, o que, por sua vez, acaba contribuindo para a criação de outros espaços – excluídos e excludentes – nesse mesmo território, sendo a prostituição feminina adulta seu exemplo mais visível.

A atividade de prostituição teve início durante a década de 1980, com a famosa zona de meretrício, denominada popularmente de “A Casa da Luz Vermelha”. Recebeu este título em decorrência da grande quantidade de luzes avermelhadas que iluminavam o local, onde muitos homens – viajantes, transeuntes, caminhoneiros, ruralistas e trabalhadores da terra – buscavam diversão e relações de sexo por dinheiro com as mulheres que ali residiam e/ou apenas trabalhavam. Este local, considerado o primeiro espaço de prostituição da cidade, esteve em funcionamento até o ano de 2000, sendo desativado após esta data. Ainda hoje, reside, neste mesmo lugar, a antiga proprietária do estabelecimento, uma senhora de 77 anos de idade, considerada a primeira dona de casa de prostituição da cidade, a qual tivemos a oportunidade de entrevistar, compondo uma das seis histórias narradas desta pesquisa.

Nesta antiga avenida do município, próxima à parte extrema da cidade, encontramos dois locais destinados à prostituição feminina adulta. Trata-se de duas casas do tipo trabalho-moradia e/ou apenas trabalho, situadas em frente à antiga zona de meretrício da década de 1980. Durante a coleta de dados para esta pesquisa, nos deparamos com muitas dificuldades para chegarmos a esses locais, principalmente em dias de chuvas ou pós-chuvas. Ruas sem calçamentos, buracos, águas escorrendo pelos trincados de terra e crianças e animais dispersos pelas esquinas se somaram aos questionamentos de duas de nossas entrevistadas sobre o descaso do Poder Público Municipal com os moradores/as de uma das ruas que muito contribuiu para o desenvolvimento econômico do município. Para Rago (1991), esta chamada separação social e geográfica dos corpos atua:

Como parte desta política sanitária de purificação da cidade, a ação dos higienistas sociais incide também sobre a moradia dos pobres, de acordo com o desejo de construir a esfera do privado [...]. Mas também a partir da intenção de demarcação precisa dos espaços de circulação dos diferentes grupos sociais. A estratégia norteadora de intervenção dos higienistas sociais na remodelação da cidade consiste, então, em separar os corpos, designando a cada um deles um lugar específico (RAGO, 1991, p. 164-165).

Em geral, os territórios ligados à prostituição feminina adulta se apresentam de maneira tímida, mascarada e flutuante/móvel, atendendo desde a área central até os bairros mais distantes e pobres, deslizando-se sobre os espaços geopolíticos e biopsicossociais de bares, casas e ruas. Estes territórios, considerados flexíveis e cíclicos no âmbito local da prostituição, surgem em lugares específicos desta cidade, demarcando certa forma de segregação socioespacial. Trata-se de territórios instáveis, periódicos e marginais, que ganham cada vez mais espaços dentro do perímetro urbano, uns, chamando a atenção pela discricção, enquanto outros, pela aparência mais visível de pontos ligados ao consumo e ao tráfico de drogas em paralelo à comercialização sexual.

Os estabelecimentos comerciais – bares – concentram uma demanda superior de locais destinados ao mercado sexual no município, totalizando um número de 05 (cinco) estabelecimentos<sup>2</sup>. As residências constituem o segundo território mais numeroso voltado à prática sexual comercial local, contabilizando 03 (três) casas. Elas estão concentradas em todo o perímetro urbano, apresentando-se dissimuladamente pelos bairros da cidade, de forma a

---

<sup>2</sup> Os dados foram levantados durante o desenvolvimento desta pesquisa, com base nas observações e incursões no campo de investigação. Trata-se de uma estimativa, não podendo ser considerados dados oficiais do município, com números totais, fixos e fidedignos à realidade pesquisada. Por serem territórios flutuantes, móveis e clandestinos, eles poderão, em outro momento, apresentar alterações em relação ao número e/ou à localização.

abranger as mulheres em um sistema de trabalho-moradia, como também um local onde elas se deslocam individualmente para prestação de serviços sexuais. As ruas são a terceira forma de manifestação do mercado sexual no contexto pesquisado, representadas pela principal avenida e uma rua paralela a ela, além da rodovia que liga o município ao único distrito da cidade, onde observamos a circulação apenas de travestis durante a madrugada. Trata-se de um modelo mais individualizado de prostituição, onde, muitas delas, são reconhecidas pela aparência física mais marcante – vestimentas e maquiagens – e pelo local favorável que lhes possibilitem ficar à espera de programas.

Os locais que visitamos durante esta pesquisa são em sua maioria do tipo *rendez-vous*, ou seja, a recepção se apresenta como um ambiente de bar, mas os outros compartimentos, localizados no interior do seu prédio, são destinados às práticas dos programas. Trata-se de casas que se transformaram em locais voltados às relações de sexo por dinheiro, funcionando visivelmente como bar, com registro de CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – adquirido junto à prefeitura. Esses espaços contam sempre com uma pessoa responsável pelo gerenciamento e funcionamento das atividades de venda de bebidas, cumprimento de regras e primeiro contato com o público. As garotas circulam pelo ambiente do bar, fazendo atendimentos de balcão e companhias para os clientes. No interior das casas, encontramos tanto mulheres que lá residiam quanto àquelas que para lá se deslocavam em horário comercial ou para o trabalho noturno.

As casas foram os lugares de mais difícil acesso para nós, por se tratarem de territórios cíclicos e direcionados por um/uma agenciador/a. Elas estão espalhadas por toda a cidade, apresentando poucos indícios (visíveis) de serem locais voltados à prática sexual comercial. Estão localizadas tanto em contextos periféricos quanto em bairros de classe média e alta do município. Geralmente, apresentam muros e grades altas, denotando pouca visão interna. Ademais, funcionam como boates ou clubes de mulheres que para lá se deslocavam durante a noite e/ou finais de semana, concentrando um número significativo de garotas vindas de outros municípios do estado e daquelas que ali residiam temporariamente, migrando-se para lá apenas para os programas ou em busca de abrigo durante momentos de desentendimento familiar.

Há que mencionarmos a existência da prostituição em espaços abertos, assim denominada por Souza (2002) de “*trottoir*” – do francês – calçada, rua. Em diferentes momentos desta pesquisa, evidenciamos cartografias marginais nos territórios da prostituição *trottoir* da cidade: a principal avenida – com grande quantidade e proximidade de bares,

aparentemente insalubres, localizada próxima à parte final do perímetro urbano – e a rua paralela – denotando a presença considerável de pousadas, *kit-nets* e hotéis alugados a um preço inferior pelas mulheres e/ou seus clientes para a realização temporária dos programas. Nestes locais, presenciamos trânsitos constantes de viajantes, trabalhadores rurais funcionários de usinas de açúcar e álcool. Ademais, observamos que a presença de bio-mulheres era insignificante se comparada ao número de travestis e usuários de drogas, o que nos impele a pensar na formação de espaços heterotópicos na prostituição.

Estes territórios marginais dos desejos recebem maior carga negativa se estiverem associados a contextos visivelmente precários e permeados pela pobreza. Das 10 (dez) mulheres participantes de nossa pesquisa, apenas 02 (duas) nos relataram praticar a prostituição *trottoir*, enquanto as outras 08 (oito) disseram concentrar-se em trabalhos em casas e bares da cidade. Nas ruas, além de estigmas mais acentuados e maior exposição pessoal a todas as formas de vulnerabilidades e exclusões, há a prevalência de bebidas alcoólicas e de outras drogas consideradas ilícitas, somadas ao maior índice de violências e de pertencimentos a redes de tráfico e outros crimes. Durante as entrevistas, as 08 (oito) mulheres nos disseram que estar nas ruas seria uma importante forma de correr riscos de morte e violação de suas identidades, além de estarem mais vulneráveis a qualquer tipo de violência na prostituição.

Nas incursões pelos diferentes territórios que compõem esta pesquisa – bares, casas e ruas – percebemos traços significativos de diferentes territorialidades na prostituição. Assim, além de pensarmos em territórios locais voltados ao sexo pelo dinheiro, com todas as suas particularidades e peculiaridades, se comparados as dos grandes centros urbanos, há que mencionamos a existência de múltiplas territorialidades nestes territórios locais do sexo e do prazer, demarcando relações de poder e formas de pertencimento ou não de nossas participantes na sociedade e no próprio âmbito da prostituição. A esse respeito, Saquet (2007) relembra a existência de distintas territorialidades em um mesmo território, ao afirmar que:

[...] no território, há temporalidades e territorialidades, des-continuidades; múltiplas variáveis, determinações e relações recíprocas e unidade. [...] é espaço de vida, objetiva e subjetivamente. É produto e condição de ações históricas e multiescalares, com desigualdades, diferenças, ritmos e identidade(s). O território é processual e relacional, (i)material (SAQUET, 2007, p. 73).

O território está associado a diferentes processualidades, o que significa dizer que os eles se desterritorializam e se reterritorializam o tempo todo, de acordo com as negociações de poderes e saberes que permitem a permanência ou a migração/produção para novos espaços

sociais e políticos. Nossos registros cartográficos apontam a existência de múltiplos territórios, com diferentes cursos de vida, negociações, resistências e estilísticas de existências de mulheres na prostituição. É, pois, nestes territórios históricos e socialmente excluídos e estigmatizados pelos muitos discursos, que as histórias mais plurais serão a partir de agora narradas/contadas por elas e (re)escritas por nós.

### 3.2 - As Cartografias Existenciais

*Topázio – 1939*

*Flores Horizontais,  
Flores da vida,  
Flores brancas de papel,  
Da vida rubra de bordel,  
Flores da vida.  
Afogadas nas janelas do luar,  
Carbonizadas de remédios, tapas, pontapés,  
Escuras flores puras, putas, suicidas, sentimentais.  
Flores horizontais.  
Que rezais?*

*(Flores Horizontais/ Elza Soares)*

Visando traçar um plano de historicidade da prostituição em nosso campo de investigação, optamos por iniciar as cartografias existenciais desta pesquisa narrando, primeiramente, a história de vida de Topázio, uma mulher de 77 anos de idade, considerada uma das primeiras proprietárias de casa de prostituição no município. Esta casa vigorou entre as décadas de 1980 e 2000, sendo popularmente conhecida de a “Casa da Luz Vermelha”, em decorrência da grande quantidade de luzes avermelhadas que iluminavam este local, demarcando-o como lugar de encontros noturnos entre homens e mulheres.

Nosso contato com Topázio se deu a partir de uma amiga em comum, representante de uma das mais importantes associações de bairro da cidade, que, em épocas anteriores, tinha sido uma das muitas meninas da Casa. Topázio nos recebeu bem, porém, sempre se mostrava desconfiada e, ao mesmo tempo, muito falante. Ao esclarecer a ela os propósitos de nossas visitas, Topázio começou a se sentir mais a vontade para relatar suas histórias, sempre

permeadas por lembranças e por memórias de um coletivo de mulheres. Passamos algumas tardes ouvindo suas histórias e participando um pouco de seu cotidiano, marcado por dificuldades financeiras e por traços evidentes de pobreza.

Rua de chão, animais soltos em terrenos baldios, buracos trincados em terra batida e a distância acentuada do centro da cidade foram aspectos importantes para a dificuldade que tivemos de acesso à casa de nossa entrevistada, mas também alvos de nossas análises posteriores. Hoje, a antiga Casa da Luz Vermelha se apresenta quase que isolada em uma das quadras desta mesma rua, sendo rodeada apenas por outras duas casas, que também atuam como locais de prostituição na cidade. Ficou evidente para nós que o passado e o presente da prostituição caminham juntos neste território.

Sua infância e parte de sua vida adulta aconteceram em uma cidade do interior do Estado de São Paulo. Seus pais viviam na roça. Buscando melhores condições de vida, passou a morar com uma das tias na cidade, onde estudou e aprendeu a bordar, falar latim e, posteriormente, a trabalhar na secretaria de uma escola. Suas primeiras relações sexuais aconteceram neste mesmo período, com o diretor da escola em que estudava. Em suas palavras, começou a “sapecaiaia” – fazer sexo – nos cafezais e canaviais, a caminho da escola, com aquele a quem nos dizia ser uma “apaixonada enganada”. Após a conclusão do antigo período do ginásio, mudou-se para São Paulo, indo trabalhar de enfermeira em um hospital de referência.

Uma das lembranças mais bonitas que Topázio nos relatou foi a de ter trabalhado, durante muito tempo, como enfermeira em diferentes hospitais do Estado de São Paulo. Tanto é que nos mostrou a sua antiga carteirinha de identidade profissional de enfermagem da década de 1960. Rasgada e com um tom muito amarelado, devido o passar dos anos, este foi um dos únicos documentos e registros de sua vida que conseguiu guardar até hoje. As fotos de sua juventude, assim como as suas antigas joias e outros pertences pessoais, foram levados por pessoas que roubaram a sua casa.

Sua vinda, em meados da década de 1980, para este município se deu por momentos de aventura. Após deixar a enfermagem, passou a frequentar e a trabalhar em um circo que seguiu destino para as cidades mais recentes do Estado de Mato Grosso do Sul. Chegando a uma das cidades do Estado, pediu para que um taxista a levasse para um local onde pudesse trabalhar. Por sua aparência marcante e por ser conhecida como artista de circo, o taxista a levou para o trabalho em uma casa noturna da cidade. Chegando lá, foi recebida por uma mulher de traços paraguaios, que também era a responsável pelo bar. Relatou que este período

foi um dos piores de sua vida, momento em que teve de aprender a beber para fazer companhia para os clientes e também para esquecer a sua situação de precariedade econômica. A partir disso, começou a sua luta contra o alcoolismo. Segundo ela, a bebida era o seu bem e o seu mal.

Após várias tentativas, conseguiu fugir para outra cidade, a mesma que reside até hoje. Era um período importante de desenvolvimento populacional e financeiro deste município, contando com grande circulação de pessoas vindas de outras regiões do estado, como caminhoneiros, agricultores, ruralistas e viajantes. Neste período, começou a trabalhar em uma das casas noturnas. Logo após, conseguiu comprar uma casa, onde se tornou uma das primeiras proprietárias de casa de prostituição deste município. Quando questionada sobre os motivos que a levaram a não procurar emprego no setor de enfermagem em hospitais da região, disse, por várias vezes, que era uma jovem muito atrapalhada e, ao mesmo tempo, aventureira. Por isso, decidiu, naquele momento, voltar a fazer os programas.

Sua casa, também conhecida como “Casa da Luz Vermelha”, era bem pintada, iluminada e requintada. Recebia meninas de outras cidades da região e de estados vizinhos. Neste período, Topázio não fazia mais programas, apenas gerenciava e administrava o estabelecimento, que contava com alvará de funcionamento de boate, registrada de “Casa de Terceira Categoria”, apesar das instalações físicas consideradas impecáveis e modernas para a época. Recebia homens bem abastados da região e aqueles que estavam apenas de passagem – caminhoneiros e viajantes – para o que ela denominava de “momentos de descontração”.

De idade avançada, apresenta um histórico de saúde bastante ruim. Há dez anos sofreu um acidente vascular cerebral - AVC, ficando com sequelas motoras. Hoje, consegue se locomover bem pela casa e, poucas vezes, andar pelas ruas da cidade. Um de seus maiores incômodos é o problema na visão, ocorrido pelos traumas e pelas pancadas que recebia de clientes, cafetões e pessoas que se aproveitavam de seu estado de alcoolismo para roubar seus pertencentes. Disse que qualquer tapa que recebia quando embriagada a deixava no chão, cheia de marcas e cicatrizes.

Vive sozinha e quase não recebe visitas, apenas de vizinhos e de algumas pessoas mais próximas. Sua casa está em estado de abandono e os seus poucos e velhos móveis são ainda do tempo da boate. Sua única renda financeira provém de um benefício de incapacidade de saúde do INSS, de um salário mínimo, recebido por um moto-taxista de sua confiança, que, mensalmente, vai ao banco fazer as transações bancárias para ela. A casa foi desativada por volta do ano de 2000, em decorrência da falta de dinheiro para investimentos de infraestrutura

e também por questões de saúde, idade já avançada e, principalmente por ter dispendido muito dinheiro cuidando da saúde das “meninas” que trabalhavam em seu estabelecimento.

Perdeu contatos com sua família desde a década de 1980, quando veio para este município. Relatou, em tom de nostalgia, que nunca mais procurou saber de seus cinco irmãos, por vergonha de sua atual situação e pelo passado aventureiro e desviante que teve, uma vez que sua família tinha uma base de formação militar. Segundo ela: “*vivemos aqui só eu e Deus*”. Talvez, por isso, relatou ter gostado tanto de nossas visitas, que se estenderam pelas tardes afora. Aos 77 anos de idade e apesar dos problemas de saúde e da aparência física descuidada, ainda se apresenta uma mulher muito bonita, com cabelos brancos/loiros e curtos, ficando por isso conhecida na cidade como “a dona dos cabelos loiros”.

*Rubi – 1982*

*Uma mulher que merece viver e amar  
Como outra qualquer do planeta.*

*(Maria, Maria/ Milton Nascimento)*

Rubi, mulher parda, 34 anos de idade. Nossa primeira entrevistada nos atendeu no bar em que trabalhava, mais especificamente, nos cômodos dos fundos do estabelecimento comercial, que também funcionava como sua residência e da proprietária do bar. Nosso contato inicial se deu por intermédio de uma amiga em comum, que a entrevistou para o seu trabalho de conclusão da graduação em História, no final do ano de 2012. As duas construíram uma relação de proximidade durante este período, estendendo-se até os dias de hoje, fator fundamental para que pudéssemos estabelecer uma relação de confiança e cumplicidade com aquela que seria a nossa primeira entrevistada em atividade na prostituição no município.

A princípio, percebemos que este local – que atuava tanto como estabelecimento comercial quanto de moradia para as duas mulheres – não deixava transparecer sinais evidentes de um ambiente voltado às relações de sexo por dinheiro. Ao contrário, ele aparentava ser um bar como outro qualquer da cidade. Estava localizado em uma das principais ruas do município, puxando para a parte final do perímetro urbano. Por essa rua

circulava muitas pessoas, devido a sua proximidade com prédios importantes, como o Fórum, o Ministério Público, a Defensoria da Justiça e uma pizzaria bem conhecida na região. Era muito comum encontrar Rubi e a proprietária do bar, a quem sempre denominou de tia, sentadas à porta do estabelecimento, com o famoso tereré e em companhia de alguns homens, que nem sempre estavam ali para os programas.

Durante uma tarde e uma noite, Rubi nos esperava para as entrevistas, sem apresentar nenhum tipo de receio, pelo fato de estarmos acompanhadas de sua amiga e por ela já ser um pouco mais “politizada” em termos de direitos e de cultura universitária que as demais mulheres que entrevistamos. Trata-se de uma pessoa bem conhecida na cidade e já acostumada a conceder entrevistas e a participar de trabalhos acadêmicos promovidos pelas universidades, tanto é que, em alguns momentos de nossas conversas, ela fazia questão de atender aos telefonemas de seus clientes, dizendo-lhes que logo após os retornaria, porque estava “concedendo entrevistas a uma jovem universitária”.

Iniciamos nossas conversações sobre sua infância. Contou que não teve infância e que ao invés de brincar com bonecas, foi, aos 13 anos, cuidar de seu primeiro filho, fruto do relacionamento com o seu ex-marido, com quem permaneceu casada durante oito anos. Passou a maior parte do tempo de sua meninice ajudando os pais na roça e nos serviços de casa. Conheceu o seu ex-marido aos 12 anos, sendo obrigada, pelos pais, a casar-se para não ficar difamada pelos vizinhos, em virtude de seu namoro considerado um tanto precoce. Sua primeira relação sexual aconteceu após três meses de casamento, porque sentia medo do que poderia acontecer durante o ato em si. A descoberta da sexualidade foi acontecendo aos poucos e sem a ajuda de ninguém.

Seus pais sempre foram muito rígidos e de pouco diálogo com os filhos. Segundo ela: “[...] a minha escola, mesmo, foi a vida! Foi ela quem me ensinou, porque, dentro de casa, eu não tive carinho!”. Sua família residia em uma cidade próxima da capital e seu pai veio a falecer há pouco tempo. Hoje, o seu relacionamento com os irmãos e com a mãe é “cada um por si, Deus por todos!”. Tem três filhos: um de 18, outro de 17 e o mais novo, de 14 anos. Os dois filhos mais velhos sempre moraram com o pai e o mais novo residiu com ela nos cômodos dos fundos do bar por algum tempo. Todos eles sabiam de seu trabalho na prostituição, contado a partir de seu próprio relato. Disse que seus filhos nunca se manifestaram a esse respeito.

Está há oito anos na prostituição, mesma época em que se mudou para esta nova cidade. Após o fim de seu casamento, pelo fato de ter sido traída pelo ex-marido com a babá

de seus filhos, Rubi resolveu abandonar a casa e a cidade em que morava com a família. Estando em uma situação difícil, a prostituição se apresentou como alternativa do momento para enfrentar as dificuldades financeiras e sentimentais. Disse que “surtou” na ocasião em que descobriu a traição do seu ex-marido. Não conseguiu aceitar a situação, não somente pela questão afetiva e moral, como também pela vida que eles haviam estabelecido juntos, iniciada durante a adolescência e perpetuada por lembranças e por memórias vividas e construídas a dois.

Acreditava que o término do casamento foi um dos piores erros de sua vida. Era uma menina um tanto imatura e impulsiva, jovem e sem experiência. Chorou bastante ao contar sobre esta passagem de sua vida, que ainda está muito presente em suas lembranças. Sua dor era ver que seu ex-marido vive, até hoje, com a mulher que havia sido babá de seus filhos e o pivô do término de seu casamento. Seus filhos foram criados nesta nova relação e diziam gostar muito da madrasta. Quase não vai a sua cidade de origem, para evitar olhar para sua antiga casa e ver que a vida de seus filhos está muito interligada à nova família. Sua mãe e seus irmãos moram na mesma rua de sua antiga residência. Por isso, evita visitá-los, para não vir à tona esses momentos de nostalgia em relação ao passado, segundo ela, decisivo para a sua entrada e permanência na prostituição.

Já na nova cidade, começou a se relacionar com um de seus ex-clientes. Logo começaram a morar juntos, deixando para trás o antigo bar em que trabalhou durante sete anos, os seus primeiros na prostituição. Dizia ser explorada em seu antigo trabalho pela proprietária do bar. Neste local, moravam, além da dona do estabelecimento, mais cinco mulheres, que atendiam no balcão e realizavam programas nos cômodos dos fundos deste mesmo estabelecimento comercial. Além dos programas, Rubi diariamente cuidava dos serviços da casa e de uma senhora de idade, mãe da mulher que poderíamos denominar de cafetina. Também não tinha autonomia para escolher os clientes e os momentos em que realizaria os programas. Para ela, a prostituição se aproxima ou até mesmo se torna uma forma de violência, quando as mulheres são obrigadas a fazerem coisas que não gostariam de fazê-las e quando não recebem a devida remuneração pelos serviços prestados ou combinados com outrem.

Na tentativa de sair desta situação de exploração, passou a morar com o namorado. Depois de seis meses de convivência e após ter deixado de fazer programas, a pedido de seu companheiro, passou a sofrer violências de diferentes ordens: moral – através de xingamentos –, patrimonial – quando seu companheiro rasgou e depois ateou fogo em todas as suas roupas,

restando-lhe apenas aquelas que estavam em seu corpo – e furtos – sobretudo do dinheiro que havia guardado dos antigos programas para se manter durante algum tempo ou caso necessitasse em um momento de eventual emergência. Seu antigo companheiro apresentava um histórico criminal de violência contra outras mulheres da cidade e delitos ligados à embriaguez.

Desenvolveu atividades profissionais como atendente de loja, como doméstica e nos setores de desossa e triparia de um frigorífico de sua antiga cidade. Na realização de programas, chegou a receber um valor de R\$ 3.500 reais em um dos meses em que denominou de “o tempo das vacas gordas”. Isso aconteceu raras vezes. O comum, segundo ela, era uma renda um pouco maior que um salário mínimo mensal, chegando a cobrar um valor de R\$ de 100 a 150 reais a cada programa realizado. Chegou a realizar oito programas durante um só dia e um pouso durante a mesma noite. Disse ter bastante resistência para trabalhar e para beber com os clientes.

Percebe a prostituição como um trabalho, com exceção da prostituição de rua, que, segundo ela, é algo muito errado, uma vez que nestes locais rolam drogas, pedofílias e maior risco de contrair doenças e de sofrer agressões. Por isso, sempre trabalhou em locais fechados, em busca de proteção. Atende, em sua maioria, clientes fixos, que ligam marcando horários para os programas. Estes acontecem tanto nos cômodos dos fundos do bar quanto em motéis e/ou hotéis da cidade. Além disso, realiza atendimentos de clientes casados e conhecidos no município. Para não serem expostos, um moto-taxista de confiança dos referidos clientes ficava responsável por levar Rubi a um lugar mais reservado para a realização destes programas.

Durante os programas, costumava realizar fantasias de clientes, o que, algumas vezes, a realizava enquanto mulher: *“Eu trabalho aqui, mas eu sou mulher! Aí, você pega um homem, para falar o português claro, que te pega e te vira do avesso, que te traz em uma hora, muito mais que os cem reais que te deu, que te realiza como mulher”*. Carinho, atenção e pegada, três características importantes que Rubi percebia nos homens que seriam os chamados “bons clientes”. Já os denominados “maus clientes”, seriam aqueles que vinham para os programas sujos e bêbados, além de homens com comportamentos estúpidos e machistas. Procurava, sempre que possível, conhecer a “personalidade” do cliente na mesa do bar, porque era ali que ele iria revelar o que poderia acontecer no quarto, quando estivessem a sós.

Durante as nossas entrevistas, contou sobre seus dois principais medos: a carência e o receio de sofrer algum tipo de violência física. Por aparecer homens de todos os tipos no bar em que trabalhava, Rubi procurava selecionar, o máximo possível, a pessoa com quem iria se deitar, até mesmo para não se envolver afetivamente. Acreditava que seria possível estabelecer uma relação mais íntima com um cliente, tanto é que já havia passado por isso duas vezes, voltando para os programas após o término destas relações. Nossos contatos continuaram após o período de entrevistas e observação do local em que trabalhava. Um tempo depois, percebemos que ela havia arrumado um terceiro parceiro, com quem está se relacionando afetivamente até hoje. A prostituição seguirá um tempo em sua vida, para conseguir cumprir um dos objetivos que a fez permanecer por mais de oito nos programas – o sonho da casa própria.

Sua família sempre teve conhecimento de sua história na prostituição. Disse que “sua vida é um livro aberto”. Preferia que sua família soubesse disso por sua própria boca do que por vozes alheias. Sua mãe mostrou-se preocupada com a possibilidade de que estivesse envolvida com o tráfico de drogas, por sempre estar com dinheiro e não saber, ao certo, de sua trajetória profissional. Em decorrência disso, Rubi resolveu abrir para a família sobre sua ligação com a prostituição. A reação de sua mãe foi imediata, dizendo-lhe que, apesar de aparentar tristeza, “preferia ver a filha vendendo o que era dela, do que estar mexendo com coisas erradas e ir presa”. Depois disso, ninguém de sua família resolveu tocar mais neste assunto.

Disse que sofreu preconceitos de muitas pessoas no município, a ponto de não ser atendida em um salão de beleza, quando havia ido fazer as unhas. Para ela, grande parte da população percebe as mulheres que estão na prostituição como “uma doença” e como “biscates”. Acreditava que só não sofria mais preconceitos pelo fato de “não sair escandalizando ninguém pelas ruas”. Manter o que ela denominou de “profissionalismo” e “fingir não conhecer o cliente nas ruas” eram fatores fundamentais para uma “boa garota de programa” ou “acompanhante”. Um de seus maiores sonhos é cursar a graduação em Psicologia. Concluiu o ensino médio e realizou as provas do ENEN no ano de 2014.

Considerava-se uma psicóloga, faltando-lhe apenas o título, uma vez que, segundo ela, quase todas as mulheres que trabalham na noite passam a lidar com os aspectos emocionais, as frustrações amorosas, os problemas pessoais e os traços de personalidades de seus clientes. Rubi sempre nos pareceu uma eterna sonhadora, a mulher romântica que, apesar dos tombos, nunca desistiu de viver um grande amor. Nosso contato permaneceu para além da construção

desta tese. Por meio das redes sociais, estamos acompanhando o desenrolar de alguns entraves de sua vida amorosa e profissional.

*Ametista – 1983*

*Joga pedra na Geni!  
Joga bosta na Geni!  
Ela é feita pra apanhar!  
Ela é boa de cuspir!  
Ela dá pra qualquer um!  
Maldita Geni!*

*(Geni e o Zepelim/Chico Buarque)*

Ametista, mulher negra, 33 anos de idade. Nossa aproximação se deu após a realização de entrevistas com duas de suas vizinhas, também com histórias vividas na prostituição do município. Três vizinhas, três histórias, porém, as de Ametista foram as que mais nos chamaram a atenção, por demarcarem uma espécie de singularidade em um contexto permeado por multiplicidades de experiências e resistências. A história vivida e narrada por Ametista nos remete a pensar na presença de diferentes territorialidades na prostituição, denotando ainda mais disparidades e marginalidades em alguns locais voltados às relações de sexo por dinheiro.

Sua infância foi vivida na rua, juntamente com os moleques. Sua mãe trabalhava muito e ela deveria permanecer sob os cuidados da avó, que não a conseguia manter dentro de casa, devido a dificuldades motoras provenientes de uma deficiência física. Contou que nunca frequentou a escola e o pouco que sabia ler e escrever acabou aprendendo com os colegas. A rua foi a sua grande escola para o bem e para o mal. Segundo ela, foi na rua que aprendeu também as coisas que não deveria aprender. Começou a usar drogas aos 11 anos de idade: primeiro, a maconha e, aos 18 anos, o *crack*, vivendo sob sua dependência até hoje.

Sua primeira relação sexual aconteceu aos 16 anos de idade, ficando grávida de seu primeiro filho. Tem três irmãos, mas nunca foi muito próxima deles. Segundo ela, era: “*cada um por si, Deus por todos. A gente não tinha muito que explicar para o outro. A gente aprendia, aprendendo*”. Atualmente, mora com uma tia e um primo em um dos bairros mais pobres e considerados mais estigmatizados do município. Seu pai é falecido desde a sua

infância e sua mãe morava em um sítio, localizado a 70 km de distância da cidade onde estava residindo.

Durante o período diurno, trabalhou em corte e colheita de cana de açúcar, em frigoríficos da região e como doméstica. À noite, sempre se dirigiu à prostituição, frequentando bares e, na maior parte das vezes, boates. Seu início na prostituição se deu já durante a adolescência, em meio as suas experiências vividas e partilhadas nas ruas. Foi lá que conheceu as drogas e a prostituição, que sempre atuou como forma de sustentar seu vício pelo crack: *“Por isso, que eu me prostituía, [pausa], para manter o meu vício da droga! Eu me prostituindo, eu ganhava dinheiro mais rápido, mais fácil. A maneira mais fácil de ganhar dinheiro!”*.

Por conta de seu vício, não mais conseguiu trabalhar em bares e boates da região, passando a ficar em pontos, mais conhecidos como prostituição de rua. Seus clientes mais assíduos eram, segundo ela, “os urutus do mato” – homens de sítios, carvoarias e usinas – aparecendo, ainda que poucos, os chamados “homens bem vestidos” – estudados, da cidade e aparentando serem de classe média. Contou que a sua jornada de trabalho começava na “boca da noite”, momento em que se dirigia para o asfalto – denominação dada pelas garotas para indicar os pontos de prostituição na avenida, próximos à parte final do perímetro urbano. De lá, iam para hotéis, segundo ela, “meio que preparados para isso”, acontecendo os programas.

Relatou que sempre deixava claro para seus clientes que somente rolaria sexo com preservativos e o que, na linguagem da prostituição local, se denominava de “normal” ou “tradicional” – o sexo não voltado ao oral e ao anal e sem realização de fantasias. Ametista destacou que, nos bares ou nas boates, as mulheres eram mais valorizadas em termos econômicos pelos próprios clientes e agenciadores: *“Se você está numa boate, você tem mais valor do que em ponto de esquina ou na rua. Porque tem mais valor: você está numa casa noturna, você tem proteção, está bem vestida, bem arrumada”*. Em contrapartida, nas ruas, as mulheres estariam mais vulneráveis a agressões verbais e físicas, além de sofrerem estigmas ainda mais acentuados na prostituição. Disse que as ruas da cidade eram pontos de atuação de travestis ou de mulheres que se prostituíam por drogas.

O valor de seus programas variava de R\$ 50 a 100 reais. Para ela, a prostituição poderia dar “um dinheirinho bom no final do mês”, desde que a mulher “tivesse juízo e soubesse poupar o que ganhava na noite”. Dizia nunca ter se preocupado com isso. Sua finalidade na prostituição foi sempre a de levantar dinheiro para conseguir manter o vício da droga. Está em tratamento psiquiátrico e psicológico para conseguir deixar as drogas. Tem

cinco filhos, cada um de um pai, que estão sobre a guarda provisória de sua mãe. Seu maior desejo é deixar o *crack* para conseguir a guarda judicial e definitiva dos filhos. Sua mãe e seus filhos sabem de seu histórico na prostituição, por conta do dinheiro que sempre teve para o consumo da droga e do sustento familiar.

Na semana que a entrevistamos, havia feito somente um programa. Estava sob o efeito de forte medicação, o que a deixava menos ansiosa em busca da droga. Segundo ela, “era ir para o ponto e, logo em seguida, para o beco”. Por isso, hesitava em sair de casa. Seus documentos estavam sob os cuidados da tia, que não sabia o que fazia para nos deixar a vontade em sua casa. Ametista contou que na semana seguinte estaria em audiência com a juíza da cidade para resolver o processo da guarda definitiva de seus filhos. Mostrou-se angustiada em nossa conversa. Sua preocupação, naquele momento, estava voltada para os filhos.

Quando questionada sobre seu último casamento, Ametista não quis se pronunciar. Apenas disse que esteve casada com o pai de seu filho mais novo por um longo tempo e que ele também era usuário de drogas. Somente isso. Entretanto, suas vizinhas, também ligadas à prostituição, nos disseram que o ex-marido de Ametista a obrigava a fazer programas nas ruas para sustentar o vício dele, sendo este um dos motivos que a fez permanecer por mais tempo na prostituição. Ele atuava como agenciador de outras mulheres na prostituição local. Uma das únicas coisas que nos contou a respeito de seu último relacionamento foi que seu ex-marido ainda residia na cidade, mas que, há tempos, não obtinha mais notícias dele.

Durante a entrevista, disse que nunca sentiu prazeres fazendo programas, apenas sentia-se motivada para receber o dinheiro que viria após a realização dos mesmos. Segundo ela: “*É triste aguentar cada tipo de homem, homem fedido e nojento!*” Em outro momento, afirmou que: “*A gente, que é mulher, sente nojo da gente mesmo. Tem dia mesmo que... aff... Tomo banho com álcool e não sai aquele fedor. É uma cicatriz que fica! Porque você vai ter que se deitar com uma pessoa que você não conhece, nunca nem viu, sujo, por causa do dinheiro, não vai sentir prazer e nada!*” Relatou que sofria muitos preconceitos, pelo fato de ser usuária de drogas e por estar nas ruas e não em lugares que causassem menos exposição dos programas.

Um das questões mais importantes que ressaltou durante as entrevistas foi o preconceito da sociedade local em relação a sua vida afetiva. Segundo ela, era somente um rapaz “decente” se aproximar dela, que as pessoas já começavam a dizer que ela era prostituta e que “prostituta não respeitava ninguém” e que “eram mulheres que ficavam se vendendo por

ai”. Tudo isso, segundo ela, colaborava para que as mulheres que estão na prostituição percam sua dignidade e sua moral e não consigam se relacionar afetivamente com um “cara legal”.

*Ágata – 1974*

*Se acaso me quiseres  
Sou dessas mulheres  
Que só dizem sim  
Por uma coisa à toa  
Uma noitada boa  
Um cinema, um botequim.*

*(Folhetim/Chico Buarque)*

Ágata, mulher parda, 42 anos de idade. Nosso primeiro contato se deu via telefonema, mediado por uma amiga em comum, uma travesti, também atuante na prostituição do município. Ela, prontamente, aceitou participar de nossa pesquisa, sem questionar ou levantar qualquer suspeita em relação ao nosso contato, como algumas de nossas entrevistadas inicialmente manifestaram. Ousamos dizer que Ágata foi uma das participantes que mais colaborou no processo de coleta de dados para este estudo, tanto nas aproximações e cartografias dos locais que visitamos, quanto no estabelecimento de dois novos contatos para a pesquisa.

Agendamos nosso primeiro encontro no bar em que ela trabalhava todas as noites. Fomos recebidas de forma suspeita e desconfiada tanto pela proprietária do bar quanto por duas das cinco mulheres que trabalhavam/moravam no local. Após interagir com elas do lado de fora do estabelecimento – que apresentava *status* comercial/bar com registro de CNPJ, adquirido junto à prefeitura –, falamos de nosso contato prévio e do horário que tínhamos agendado com sua colega de trabalho, fatores confirmados por uma das garotas, via telefonema para Ágata, que já estava a caminho do nosso encontro com a sua inseparável bicicleta.

Fomos juntas para a parte dos fundos do bar, que atuava como residência para algumas garotas e para proprietária, além de se apresentar como local de realização da maioria dos programas. Conosco foi também um grupo de três mulheres da casa, visando escutar a nossa conversa e saber, realmente, o que uma mulher desconhecida fazia ali. Ágata se mostrou

muito receptiva, contando, sem pressa, sua história de vida. Relatou que sua infância foi muito sofrida, trabalhando desde muito pequena na colheita de algodão com os seus pais. Na roça, segundo ela, não havia como brincar, somente trabalhar e acompanhar a família no cotidiano das colheitas.

Sua relação com os pais sempre foi muito boa. Mora apenas com o pai e um de seus filhos, o mais velho, de 22 anos. O filho mais novo, de 18 anos, reside com o seu ex-marido em outra cidade do estado. Ao contar sobre a sua infância e, principalmente sobre a sua mãe, pôs-se a chorar, alegando-nos que: *“Eu nunca sentei assim e conversei com uma pessoa. Ainda mais, uma pessoa estranha e estudada chegar e perguntar da minha infância. Mexeu comigo. Mas, mexeu bem. Estou emocionada!”*. Disse que a sua melhor lembrança era a sua mãe e a pior, a saudade que sentia dela. Apesar da infância sofrida, relatou que foi um momento muito bonito e importante de sua vida.

Sua primeira relação sexual aconteceu aos 13 anos, com o pai de seus filhos. Fugiram juntos quando estavam no início de namoro, com medo de que seus pais pudessem não aprovar o relacionamento de adolescência. Ao ficar grávida de seu primeiro filho, voltaram para a casa dos pais, que aceitaram bem o casamento, vivendo juntos até o nascimento do segundo filho. O motivo da separação foi as constantes brigas do casal e as agressões que sofria por parte do marido, quando alcoolizado. Após a separação, começou a apresentar sinais de depressão, tentando conviver com eles durante muitos anos.

Uma de suas amigas, vendo sua situação se agravar, a convidou para visitar a cidade em que estão vivendo atualmente. Depois disso, vieram morar nesta cidade. Sua amiga começou a trabalhar de garçomete em um bar e ela, sem conseguir emprego e morando com parentes, que depois haviam se mudado para outro município, buscou trabalho em outro bar, mas com finalidades comerciais diferentes. Há oito anos está na prostituição e, sobre isso, relatou: *“Tem oito anos que eu faço programas, mas, daí, eu viciiei, acostumei aqui no bar”*.

Quando questionada sobre os motivos que a levou a permanecer na prostituição, respondeu ser o fato de sentir-se bem ali com as amigas e também um vício do qual não conseguia se libertar. Todas as noites, quando saía da jornada de oito horas de trabalho como empregada doméstica em uma casa de família tradicional do município, passava em sua *kit-net* apenas para tomar banho, pegar a sua inseparável bicicleta e, quando menos percebia, já estava novamente no bar. Os programas, segundo ela, apareciam em alguns dias. Permanecia no bar das dezoito às vinte e duas horas e, em algumas vezes, chegava a passar a noite com clientes na casa localizada aos fundos do estabelecimento comercial.

A maioria dos programas acontecia na parte interior do bar ou em hotéis alugados a um preço inferior por ela ou pelos clientes. O valor de cada programa variava de R\$ 100 à 300 reais. O primeiro caso seria a realização do sexo em si, enquanto que o segundo se referia ao sexo e ao pouso com o cliente durante toda a noite. Os programas, segundo ela, seriam apenas os tradicionais, sem realização de suas próprias fantasias sexuais e de clientes. Já deixava estabelecido durante o momento em que estavam bebendo ou conversando no bar as condições para acontecer os programas. Utilizava preservativo feminino e masculino nas relações sexuais. Relatou que sentiu prazer apenas uma vez nos programas. Para ela, estar no bar não trazia prazeres, mas sim diversões.

A renda financeira da família contava com a aposentadoria do pai, de um salário mínimo, um salário mínimo proveniente do trabalho de empregada doméstica e a renda da prostituição, em torno de um salário mínimo mensal. Já atuou como faxineira e em usinas, estando registrada como empregada doméstica em jornada de quarenta horas semanais, com todos os direitos e garantias trabalhistas previstas em lei. Atendia, majoritariamente, homens morenos ou negros, da faixa etária de 20 a 40 anos, casados e trabalhadores em usinas de açúcar e álcool e frigoríficos da região. Dizia ser bem tratada pelos seus clientes. Inclusive, nos mostrou o presente que havia recebido de um deles. Alegremente após desembulhar o presente, disse ser uma panela elétrica de arroz.

Quando questionada sobre o fato de alguém saber sobre o seu trabalho na prostituição, respondeu que seus filhos sabiam, inclusive, disse que eles se revoltaram em alguns momentos. Contou também para seu pai, quando ele havia lhe perguntado sobre o seu emprego noturno: *“eu estou num lugar aonde os homens chegam lá, pedem cerveja e pagam para se deitar comigo”*. Disse que seu pai, posteriormente, aceitou sua condição. Quanto aos padrões, relatou que jamais contaria para eles, porque, segundo ela, eram pessoas muito rígidas, não aceitando nem mesmo o fato de ir trabalhar de batom vermelho.

Em relação ao fator preconceito, afirmou que sofria mais pela condição social e financeira do que pela prostituição, propriamente dita. Somente as pessoas mais próximas de seu cotidiano sabiam de sua vida paralela na noite. Por isso, dizia não sofrer tantos preconceitos no trabalho da prostituição. Posteriormente, nos apresentou duas de suas companheiras de bar, que aceitaram participar de nossa pesquisa. Apresentou, também, o seu pai e nos mostrou a casa em que trabalhava como empregada doméstica. Apesar da estreita relação que estabelecemos durante nossos contatos, ela, respeitosamente, sempre nos chamava de doutora. Para ela, os estudos eram um fator importante para “subir na vida”. Por isso, de

maneira comovente, disse no final de nossas entrevistas: *“Hoje, eu, sendo uma estranha para você, te ajudo a ter um diploma, porque amanhã, talvez, um estranho poderá ajudar os meus filhos a terem também seus diplomas”*.

*Pérola Negra – 1991*

*A carne mais barata do mercado é a carne negra!*

*(A Carne/ Elza Soares)*

Pérola Negra, mulher negra, 25 anos de idade. Nosso contato se deu por meio de outra participante desta pesquisa, Ágata. Ambas eram amigas e colegas de trabalho. Pérola Negra estava nos esperando sentada à porta do bar, em uma tarde chuvosa e de pouco movimento no estabelecimento comercial. Sentadas à mesa de bar, começamos a conversar. Contou que era mãe de um menino de 4 anos e de uma menina de 3. Esteve casada com o pai de seus filhos durante quatro anos. Seu casamento aconteceu durante sua adolescência, “num piscar de olhos”. Segundo ela, a separação foi inevitável. Estava cansada de tantas brigas e de ser deixada de lado pelo marido. Após o término do casamento, resolveu trocar a cidade onde residia com os pais, os filhos e ex-marido para tentar a sorte neste município a partir do ano de 2011.

Estudou até o terceiro ano do ensino médio, não chegando a concluí-lo, devido à gravidez inesperada de seu primeiro filho. Contou que sua infância foi muito sofrida e que não soube o que era ter carinho de pai e de mãe. Tem quatro irmãos e três primos que residiam também em sua casa. Ela era a responsável por cuidar deles, já que era a filha mais velha. O relacionamento com os irmãos era bom, mas com os pais, não. Disse que sempre apanhava deles: *“Eu apanhava por qualquer coisa e eu fui me cansando. Eu não aguentava mais”*. Por isso, resolveu sair de casa, aos 17 anos, fugindo com o seu namorado da época.

Sua primeira relação sexual aconteceu com o pai de seus filhos, logo após a menarca. Segundo ela, *“praticamente no dia em que eu menstruei, eu perdi a virgindade”*. Após a separação do casamento e de volta à casa dos pais, começou a fazer programas na cidade em que morava, mas seus pais e seu ex-marido ficaram sabendo e começaram a repreendê-la. Na tentativa de rebater estas críticas, veio, segundo ela, “fugida” para Mato Grosso do Sul, onde

está a cinco anos trabalhando neste bar como “substituta” – termo utilizado por ela para fazer referência ao trabalho que desenvolvia na prostituição. O termo “substituta” se refere à tarefa de substituir o que os homens casados não têm em casa.

Trabalhou como cortadora de cana de açúcar e como doméstica. A prostituição foi a sua primeira saída para se manter financeiramente e sustentar os filhos. O valor do programa girava em torno de R\$ 100 reais. Guardava um pouco do dinheiro em uma conta poupança a cada programa realizado, para que seus filhos tivessem, segundo ela, uma vida digna no futuro. Sua renda mensal girava em torno de R\$ 1000 reais. Sua jornada de trabalho iniciava pela manhã, quando se deslocava para o bar, ficando lá até às vinte e três horas. Lá, bebia e fazia companhia para os clientes e, quando solicitada: *“a gente vai para o quarto com o homem e ele pede o que tem que fazer e a gente faz”*, exceto sexo oral, anal e sem preservativos. Realizava algumas possíveis fantasias de clientes, desde que estivessem dentro de seus limites físicos e morais. A mais comum, segundo ela, seria o sexo a dois com um terceiro olhando a relação.

Seu primeiro contato com a prostituição aconteceu a partir das experiências vividas por sua mãe em um dos bares da cidade onde morava com a família. Relatou que sua mãe trabalhava na noite fazendo programas durante toda a sua infância e adolescência. Ficou sabendo disso por meio de amigos, que viram, por várias vezes, sua mãe bebendo com homens em bares voltados à prostituição na cidade. De início, não acreditou, até que resolveu ir ao local indicado pelos amigos e comprovar que tal notícia era verdadeira. Quando questionada a esse respeito, afirmou que: *“para mim, foi triste, porque a mãe que eu mais adorava, colocava no pedestal, ver ela na zona? O relacionamento já não era bom, mas é mãe, e a gente ama a mãe! Piorou bastante a nossa relação depois disso”*.

Seu pai sabia da atuação profissional de sua mãe na prostituição. Por isso, não aceitava Pérola Negra como filha. Ele não falava nada sobre o caso, mas era indiferente com ela, acreditando que poderia não ser sua filha, mas sim fruto das relações de sua esposa com a prostituição. Relatou que seu pai se comportava desta forma apenas com ela. Com seus irmãos, era uma relação diferente, de mais afeto. Nunca conseguiu sentar com os pais para saber mais dados sobre sua gestação e seu nascimento, porque ambos não gostavam de conversar sobre este assunto. Contou, em tons de tristeza e quase choro, que seu pai havia falecido há três anos e que eles nunca conseguiram estabelecer uma relação de maior proximidade e sentimento.

Quando questionada sobre o fato de também estar na prostituição, assim como sua mãe esteve no passado, disse: *“Hoje, eu faço por conta dos meus filhos. Ela não tinha motivos, porque tinha de tudo dentro de casa”*. Após isso, silenciou e não quis mais falar sobre este assunto. De volta à conversa, disse que sua família sabia de seu trabalho na prostituição. Ficaram sabendo por alguém, mas nunca falaram nada e que, inclusive, nem deveriam falar. Apenas, no início, sua mãe saiu do interior do Estado de São Paulo para perguntar se ela se encontrava na prostituição por conta de seu passado também na prostituição. Ela, por sua vez, respondeu que a sua mãe não tinha o direito de tirar satisfações e que *“apenas estava seguindo seus passos”*.

Contou sobre seu namorado, que trabalhava como tratorista em uma empresa da cidade. Ele havia alugado um quartinho para que ela pudesse morar sozinha. Seus filhos ficavam com os pais de seu ex-marido. Mantinha, sempre que possível, contato com eles. Seu namorado sabia que ela fazia programas com outros homens. De início, tentou fazer com que ela saísse, mas depois, acabou aceitando a sua condição. Conheceram-se no bar, era um de seus clientes fixos. Batendo o pé que não queria mais casar-se e nem sair do bar e que só ficaria com ele se a relação fosse a mais aberta possível, ele resolveu acatar suas exigências, inclusive, algumas vezes, participando de festas com alguns de seus clientes. Em contrapartida, a condição imposta por ele foi a de que ela sempre estivesse se protegendo sexualmente durante os programas.

Seus clientes eram homens negros e trabalhadores em lavouras e carvoarias, além de pedreiros e *“catadores de lixo”*. Entretanto, segundo ela, apareciam no bar *“pessoas estudadas aqui também, mas deles eu já não sei muita coisa, porque eu não pergunto para eles. Eu me sinto mal em perguntar as coisas para eles. Só fico e não tenho conversa com esses clientes: gostam só de beber, brincar e ir para o quarto”*. Disse que sua relação com a maioria dos clientes era muito boa: alguns a levavam para comer pizza após o trabalho, enquanto outros a convidavam para sair aos domingos. Contou que não atendia certos homens: *“clientes ignorantes, que aqui têm muito, que gostam de se achar o ‘gostosão’ e não são! Aqueles que chegam aqui e batem no balcão, dizendo: tem mulher bonita aí? Esses, eu não atendo! Aqueles que falam que o programa está caro, esses, eu também não atendo, de jeito nenhum”*.

Apesar de estar namorando um cara legal, não acreditava que poderia existir o sentimento de amor em sua vida. Disse que gostava muito dele, mas que não o amava. Para ela, o amor estava associado à maternidade e aos filhos. Em relação ao trabalho na

prostituição, o definiu da seguinte forma: “*Só tristeza, nojo! Eu me sinto suja toda vez que um homem dá em cima de mim! Toda vez que eu vou tomar banho, choro bastante. Porque não era isso que eu queria para mim! Mas, fazer o quê? A vida me trouxe para isso! (silenciou). Alegria, só as minhas amigas! A relação com as meninas e com a dona do bar é muito boa, maravilhosa! Tudo o que eu preciso, se eu não tenho dinheiro, elas me ajudam. Somos cinco mulheres aqui. Nunca teve briga por aqui. A gente sabe dividir bem as coisas*”.

Para ela, a prostituição não deveria ser percebida enquanto forma de exploração ou violência masculina: “*Se não existisse isso daqui, existiria mais violência. Já existe, mas se não tivessem as zonas, teriam mais estupros*”. O que não significa que não tenha sofrido violência em seus trabalhos na noite. Um dos episódios mais marcantes que nos contou foi: “[...] *violência verbal de clientes que nos chamam de ‘barrela’, ‘que não valem nada’, ‘preferir matar essas mulheres’. Muitas vezes, quando a gente está no quarto, pegam no pescoço da gente e tentam bater na gente. Apanhar, não! Só isso, de pegar no pescoço da gente. Quando acontece isso, eu grito e as pessoas daqui aparecem na porta*”. Em sua opinião, são nestes momentos que a prostituição se aproxima da violência.

Seus planos para o futuro são comprar sua casinha e cursar a faculdade de Administração. O dinheiro e as amizades com as amigas de bar seriam os seus melhores ganhos na prostituição. Já as perdas estariam relacionadas aos preconceitos que, diariamente, sofria com as pessoas mais próximas de seu cotidiano, uma vez que dizia abertamente para todos que “trabalhava em um bar como substituta”. Segundo ela, a reação das pessoas era quase que instantânea – de se afastar e de cortar quaisquer laços afetivos que poderiam existir com ela. Acrescentou que, estando na prostituição, perdiam-se muitas amizades e a possibilidade de participar como pessoa de direitos em alguns lugares da sociedade, mergulhada em preconceitos.

*Jade – 1992*

*De tudo que é nego torto  
Do mangue e do cais do porto  
Ela já foi namorada.  
O seu corpo é dos errantes  
Dos cegos, dos retirantes  
É de quem não tem mais nada.*

*(Geni e o Zepelim/Chico Buarque)*

Jade, mulher parda, 24 anos de idade. Nosso primeiro contato e as subsequentes entrevistas aconteceram em uma unidade de Estratégia de Saúde da Família do município - ESF, sendo mediada por uma amiga enfermeira, responsável pelo local. A participante se mostrou muito receptiva durante as nossas conversas, contando suas histórias de forma detalhada e sem nenhuma pressa. Sedução foi o aspecto mais evidente em seus discursos e em suas posturas durante as nossas tardes de conversações. Vozes, comportamentos e gestos sedutores marcaram suas vivências cotidianas na prostituição.

Perdeu a mãe biológica logo ao nascer, em decorrência de complicações pós-parto. Seu pai veio a falecer em seguida, devido o uso contínuo de bebidas alcoólicas. Sem os pais vivos, passou a ser cuidada por um casal de tios, vivendo com cinco primos e três irmãos biológicos, compartilhando todos o mesmo quintal da pequena casa. Sua mãe adotiva sempre bebeu muito e três de seus oito primos-irmãos também começaram a fazer uso indiscriminado de bebidas e de drogas ilícitas. Contou que, inúmeras vezes, sua mãe a obrigava a pegar mantimentos na mercearia da esquina para que depois os pudesse trocar por pinga. Foram muitas e muitas vezes, até que, durante a adolescência e cansada dos problemas que vinha enfrentando na família, começou a sair com alguns homens que residiam próximos a sua casa, para obter o dinheiro necessário para seus gastos pessoais e atingir a sua independência financeira.

Durante uma de suas saídas, acabou conhecendo o seu primeiro namorado, pai de sua única filha. Nesse momento, começou a entrar em contato com o mundo das drogas, fazendo, inicialmente, o uso de maconha e, depois, de cocaína, aos 12 anos de idade. Em decorrência disso, foi obrigada, judicialmente, a fazer um tratamento de recuperação das drogas em uma clínica de reabilitação na capital. Em uma destas viagens para o tratamento, conheceu uma colega, também usuária de drogas, que lhe contou sobre suas histórias vividas na prostituição do município. Após terminar o tratamento e movida pela curiosidade, começou a frequentar e a participar diretamente das noites e das relações envolvendo sexo por dinheiro na cidade, sempre acompanhada de sua nova colega.

Disse que sua passagem pela prostituição se deu em duas etapas: a primeira, movida pela necessidade financeira, pelo desejo de consumir a cocaína e dar manutenção ao vício das drogas. Neste momento, se definia mais uma “garota de programa” do que uma “prostituta”. Em uma nova fase de sua vida, Jade começou a perceber-se enquanto “prostituta”. Segundo ela: *“Antes, eu me definia uma garota de programa. Mais garota de programa do que prostituta, porque fazia mais programas de dia, na casa da pessoa. Passei a me definir*

*prostituta depois que comecei a ir para o lugar, a zona. Tem diferenças, porque, enquanto você está fazendo programa, a pessoa te ligando e você indo à casa da pessoa, você consegue se manter meio que anônima. A partir do momento em que você vai para zona, você está totalmente exposta, porque qualquer um te conhece, anda na rua e te conhece, tira uma foto sua lá dentro. A garota de programa seria aquela mais anônima; já a prostituta, aquela que sai do armário!”*

Seu primeiro programa aconteceu aos 12 anos de idade, quando também perdeu a virgindade. Nesta época, o pouco dinheiro que recebia pelos programas era apenas para fumar. A partir do momento em que começou a frequentar as boates da cidade e de outros municípios da região, passou a cobrar um valor de R\$ 100 reais e de R\$ 300 reais quando, além do programa, passava toda a noite na companhia do cliente. Sua renda mensal era equivalente a um salário mínimo: *“Num mês dá para tirar uns R\$ 800 reais por aí, se a pessoa for simpática com os clientes e despertar a vontade deles conhecer”*. Realizava programas apenas em uma das boates da cidade, localizada na parte baixa do perímetro urbano. Trata-se de um lugar espaçoso, contando com piscina, salão de festas e uma boa infraestrutura. Lá trabalhavam garotas de todas as partes do município, além daquelas que lá residiam e trabalhavam, concomitantemente. Relatou que o dono do estabelecimento era muito bom com as garotas, oferecendo-lhes proteção e remuneração justa.

Atendia, majoritariamente, homens mais velhos e clientes fixos. Estes, segundo ela, seriam os melhores, porque as tratavam muito bem nas relações do dia-a-dia, comprando remédios, inserindo créditos em seu celular e suprimindo outras demandas financeiras e afetivas, além de oferecerem a garantia de que *“você vai e volta para casa novamente”*. Trata-se de homens casados, de classe média e bem vestidos. Havia, também, homens mais novos, em sua linguagem, os chamados *“playboys”*, além de trabalhadores em fazendas do município. Não procurava estabelecer conversas sobre a vida pessoal de seus clientes, chegando, em alguns casos, até nem saber quem realmente estes homens eram: *“São mais homens casados e acho que conhecidos, porque esses homens que frequentam esses lugares são bem vestidos, têm carro bom e falam certinho. Na verdade, até parece que são homens que trabalham em escritório, porque eles têm uma pele! Eu não perguntava, porque eu acho que este tipo de curiosidade sobre uma pessoa, sobre um cliente, poderia revoltá-lo”*.

Quando questionada sobre os motivos que a fazia permanecer na prostituição, Jade disse: *“Antes, era a droga. Nos dias de hoje, o dinheiro. Era a única coisa que me mantinha até há tempos atrás. Eu não trabalhava em nada. Vivia de programas: pagava minha água,*

*luz, comprava as coisas para dentro de casa, para mim e para minha filha e pagava minha irmã que ficava com a minha filha*". Contou que chegou a fazer uma média de quinze a vinte programas durante um só dia, quando se definia uma "garota de programa". A partir do momento em que começou a trabalhar em um local mais requintado, Jade passou a se arrumar mais e a se preocupar do mesmo modo com a aparência física e com os comportamentos que teria com os clientes.

Quanto às práticas que desenvolvia durante os programas, dizia que costumava fazer "o que era bom para ela e para o cliente". Uma linha divisória estabelecida entre ela e os clientes mais confiáveis. O beijo seria uma dessas linhas. Ele acontecia com os homens que lhes eram mais próximos e com os que ela denominava de "mais limpinhos", haja vista que alguns deles eram residentes ou trabalhadores em fazendas da região, chegando sujos durante os programas. A conversa no balcão ou nas mesas do bar iria determinar qual seria o curso de cada programa. Sobre os possíveis prazeres na prostituição, ressaltou que quase não existiam, porque "*Por mais que o homem fosse carinhoso e bonito, eu estava ali pensando na minha luz, que iriam cortar, na minha água, que iriam cortar e manter a minha filha. É essa a preocupação! Então, não tem como você ter prazer*".

Um ponto significativo de nossas conversas foi quando Jade ressaltou que muitas das práticas e fantasias que desenvolvia na prostituição foram importantes até mesmo no relacionamento doméstico com o ex-marido e com a sua atual companheira. Dizia que se sentia envergonhada de algumas situações e que, ao chegar à zona, descobriu que poderia desenvolver outras habilidades sexuais, antes impensáveis e impraticáveis para ela. Contudo, afirmou que existiam muitas diferenças entre o sexo pago e àquele realizado no âmbito privado. As principais, segundo ela, seriam o carinho e a confiança no parceiro/a fixo/a. Em uma de suas falas: "*Se o cliente te tratar bem, você está no lucro!*".

Acreditava, piamente, que as mulheres que se prostituem teriam de ser bonitas por fora e por dentro, isto é, deveriam lidar de forma positiva com a aparência física, a higiene pessoal e os comportamentos não invasivos à vida pessoal dos clientes. Ademais, acreditava que a prostituição somente se aproximaria da violência quando "encabeçada" por algumas pessoas que buscariam obter lucros sobre as mulheres durante os programas. Destacou que já sentiu alegrias estando na prostituição, porém, as consideravam "coisas de momentos". O cuidado para não ficarem difamadas e o "não sair de mãos abanando" eram preocupações constantes neste universo da prostituição feminina. Por isso, segundo ela, as mulheres deveriam investir

os ganhos advindos dos programas em outros negócios (futuros) mais estáveis e menos expositivos.

Cursou até o primeiro ano do ensino médio. Desenvolveu atividades de babá, doméstica e em salões de beleza do município, chegando, inclusive, a fazer cursos de qualificação na área de estética. Tem uma filha de oito anos de idade, fruto de seu primeiro casamento. Contou-nos que vivia uma relação estável com uma mulher, com quem estava há mais de dois anos. Nunca se relacionou com outras mulheres durante os programas, segundo ela, por falta de oportunidades. Na vida privada, já vivenciou outros relacionamentos homoafetivos, mas apenas com “mulheres femininas”. Sua atual companheira era mais “masculina”, usando boné, cabelos curtos e trabalhando em um ambiente majoritariamente ocupado por homens.

O término do primeiro casamento se deu por conta das traições do marido e dos vários momentos em que sofreu violências físicas e emocionais. Neste período, já realizava programas para dar manutenção ao vício das drogas. Era a época em que se denominava “garota de programa”. Seu ex-marido sempre soube de sua relação com a prostituição, bem como de seu relacionamento afetivo e sexual com outra mulher. Em decorrência disso, lhe agredia verbalmente, chamando-a de “promíscua”. De sua antiga casa, apenas seus irmãos sabiam de sua história na prostituição. Já a sua atual companheira não aceitava a sua relação com a prostituição, dizendo-lhe que “sentia muito nojo de seu passado”, acreditando que ele teria ficado para trás. Por isso, Jade tentava realizar o mínimo de programas e às escondidas para que a sua relação pudesse perdurar mais tranquilamente e sem muitos entraves.

Por fim, afirmou que gostaria de ter prosseguido os estudos e de, posteriormente, fazer a graduação em Psicologia, uma vez que se considerava “um pouco psicóloga em suas relações com os clientes”. Para ela, a mulher na prostituição “ganha fama” e “nunca fica na mão”, haja vista que alguns homens a ajudavam em momentos de dificuldades pessoais e financeiras. No entanto, acreditava sofrer muitos preconceitos pelo fato de assumir a sua relação com a prostituição e, principalmente por sua relação afetiva e sexual com outra mulher. Para ela, os preconceitos das pessoas seriam ainda maiores se ela fosse uma “mulher assanhada” e “ficasse de agarramentos por aí”. Ainda segundo ela, seria fundamental que a mulher soubesse manter-se “bem comportada” em suas relações com os clientes e durante os programas.

#### 4- (DES)ESTÉTICAS, MOVIMENTOS E HISTÓRIAS DE MULHERES NA PROSTITUIÇÃO

*O primeiro me chegou  
Como quem vem do florista:  
Trouxe um bicho de pelúcia,  
Trouxe um broche de ametista.  
Me contou suas viagens  
E as vantagens que ele tinha.  
Me mostrou o seu relógio,  
Me chamava de rainha.*

*Me encontrou tão desarmada,  
Que tocou meu coração,  
Mas não me negava nada  
E, assustada, eu disse "não".*

*O segundo me chegou  
Como quem chega do bar:  
Trouxe um litro de aguardente,  
Tão amarga de tragar.  
Indagou o meu passado  
E cheirou minha comida.  
Vasculhou minha gaveta;  
Me chamava de perdida.*

*Me encontrou tão desarmada,  
Que arranhou meu coração,  
Mas não me entregava nada  
E, assustada, eu disse "não".*

*O terceiro me chegou  
Como quem chega do nada:  
Ele não me trouxe nada,  
Também nada perguntou.  
Mal sei como ele se chama,  
Mas entendo o que ele quer!  
Se deitou na minha cama  
E me chama de mulher.*

*Foi chegando sorrateiro  
E antes que eu dissesse não,  
Se instalou feito um posseiro  
Dentro do meu coração.*

*(Teresinha, Chico Buarque)*

Iniciamos o quarto capítulo desta tese tomando como ponto de partida a canção intitulado *Teresinha*, que compõe o álbum título *Ópera do Malandro*, trilha sonora de

espetáculo teatral, que recebeu esse mesmo nome, durante a década de 1970, por Chico Buarque. Por meio dela, o autor vem nos apresentar diferentes aspectos da vida cotidiana das chamadas meretrizes no Brasil, respaldando-se na metáfora da antiga cantiga de roda, popularmente conhecida por *Terezinha de Jesus*. Trata-se de um trocadilho poético e de tom lúdico, que nos permitirá iniciar, de maneira potente, as análises e as problematizações das cartografias existenciais e territoriais da prostituição feminina adulta em nosso campo de investigação.

Em suas canções, Chico Buarque potencializou as narrativas de vida das mulheres brasileiras, dando-lhes o poder de fala, como em *Folhetim, Geni e o Zepelim e Teresinha*, trilhas sonoras que referenciamos em diferentes momentos desta pesquisa. As canções buarquianas apresentam estreita ligação com os estudos de gêneros, uma vez que buscam romper com o chamado dualismo homem/macho e mulher/submissa. Estes aspectos encontram maior expressão, se levarmos em conta que seu álbum título, *Ópera do Malandro*, coincide com o período auge de difusão dos estudos de gêneros no país, contexto onde as mulheres passaram a serem retratadas, ainda que, de maneira muito parcial, no âmbito das políticas públicas, nos debates acadêmicos e nas intercorrências sociais, econômicas e cotidianas brasileiras.

Partindo destes pressupostos e tomando como referenciais de nossas discussões o método cartográfico e os conceitos elencados durante o primeiro capítulo, iniciaremos a escrita e as problematizações do quarto capítulo desta tese, visando responder aos seguintes questionamentos: Afinal, de quais mulheres – inseridas na prática da prostituição – estamos falando? Como pensarmos estas mulheres além das relações que envolvem o sexo por dinheiro? É possível falarmos em múltiplas histórias de vida na prostituição e em múltiplas mulheres, mesmo em um contexto geográfico/geopolítico permeado por semelhanças e particularidades? E, como tais particularidades, possivelmente, incidem reflexos na vida afetiva e profissional de nossas entrevistadas?

4.1- *Entre Maria Madalena e Gabriela Leite: diferentes (des)estéticas de mulheres que se prostituem*

*Sou meretriz, triste e feliz,  
Codinome vagabunda, entre o mal e o bem.  
Vou deixar de ser inunda.  
Você acha que é falta de moral, promiscuidade excessiva:  
Seja puta 2 minutos e sobreviva!*

*(Prostituta/Nega Gizza)*

Historicamente, a prostituição de mulheres adultas sempre existiu nas mais diferentes sociedades e culturas, sendo denominada, coloquial e majoritariamente, de “a profissão mais antiga do mundo”. Assim, em um cenário de constantes transformações de ordem econômica, cultural e política, vemos o surgimento da imagem mais popularmente conhecida de “prostituta” para fazer alusão às mulheres desta antiga profissão em Roma, que ficavam em frente dos possíveis clientes, fazendo exibição do corpo a ser oferecido. Daí a insurgência do termo *prostituere*, em português, prostituir-se. Posteriormente, outras metáforas foram e algumas ainda continuam sendo utilizadas e perpetuadas para fazer referência às mulheres ligadas à prática sexual remunerada em diversos momentos históricos e contextos sócio-culturais.

Na Grécia, há relatos sobre as mulheres tocadoras de flautas e harpas, além das dançarinas que utilizavam das artes em geral para desencadear processos de sedução nos homens gregos. Mais tarde, evidenciamos os nomes de “concubinas” e “meretrizes” para se referirem às mulheres ligadas ao cenário da prostituição. Com o advento do capitalismo, as corporalidades passaram a ser tratadas como cardápio a ser pago a cada gesto ou a cada parte dele utilizada na realização dos programas – como o beijo, o sexo sem preservativos, a realização de diferentes fantasias, entre outros. Neste contexto, termos, como “profissionais do sexo”, passaram a ganhar maior expressão na mídia e em alguns estudos, como os de Olivar (2013), que voltaram olhares à prostituição feminina adulta enquanto profissão a ser regulamentada no Brasil.

Para pesquisadores ligados ao cenário cristão, representados, principalmente, pelas Pastorais Sociais vinculadas à Igreja Católica e aos Movimentos Evangélicos, o termo mais comumente utilizado para se referirem às mulheres que exercem atividades sexuais remuneradas no país tem sido “mulheres prostituídas”, assim expresso nos estudos realizados

pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB (1976/1995) e pela Pastoral de Apoio à Mulher da Região Sul (1998). Tais instâncias, de cunho religioso, percebem as mulheres inseridas na prática da prostituição como vítimas de um sistema social e econômico, ou ainda, como portadoras de distúrbios familiares e/ou de personalidades, não sendo passíveis de novos olhares e novas problematizações. Em suma, para estudiosos das vertentes cristãs, a prostituição seria uma forma de objetificação dos corpos das mulheres e uma importante maneira de vitimizar suas existências.

Outras vertentes, como àquelas utilizadas por Osborne (2004) e Piscitelli (2013), enfatizam os termos "trabalhadoras sexuais", "trabalhadoras do sexo" e "trabalhadoras do mercado sexual" para fazerem referência às mulheres espanholas e brasileiras em mercados transnacionais do sexo. Em formato histórico e a partir das chamadas leituras foucaultianas, Rago (1991) traz os termos "mulheres da noite" e "damas da noite" e, atualmente, presenciamos o surgimento de outras expressões, como "garotas de programa" e "acompanhantes", para se referirem às mulheres ligadas à prostituição em diferentes regiões do Brasil, segundo podemos observar nas análises de Pasini (2005).

Gabriela Leite contrapõe o termo "profissionais do sexo", surgido com o advento do capitalismo, passando a denominar "putas", as mulheres ligadas ao cenário da prostituição, conforme podemos observar em seu depoimento, narrado em formato de livro por Marcia Zanelatto (2009). Nesta obra, são relatadas as experiências de Gabriela Leite no cenário da prostituição, abrangendo desde o início de seus encontros com os clientes até a criação da *Ong Davida*, com o propósito político de chamar a atenção das pessoas para as questões envolvendo a prostituição, e, posteriormente, o momento de instituição da *Daspu*, em 2005, que tem se apresentado como importante grife de roupas específicas para o trabalho das mulheres por ela denominadas de "prostitutas" ou de "putas". Trata-se de importantes acontecimentos que permitiram a visibilidade e a obtenção, ainda que tênues, de direitos sociais e políticos das mulheres em situação de vulnerabilidades e marginalidades no país.

A partir disso, é importante observarmos a existência de particularidades e de diferentes formas de expressão da prostituição de mulheres adultas na literatura científica, as quais, também, mostram-se refletidas em nosso campo de investigação. Mesmo estando a existir em diversos contextos históricos e sociais, passando por movimentos, rupturas e permanências de suas características ao longo das relações de tempo-espaço, é necessário esclarecer que o campo geográfico/geopolítico retratado nesta pesquisa se trata de um pequeno centro urbano, com práticas e costumes considerados interioranos, além de estar

circunscrito em um estado brasileiro com recente desmembramento e emancipação político-administrativa<sup>3</sup>, fatores que, unanimemente, nos levaram a considerar as especificidades de conhecimentos e de produções locais de subjetividade de nossas entrevistadas.

Durante diferentes momentos de realização das entrevistas e mapeamento dos locais que visitamos, deixamos espaços para que nossas entrevistadas pudessem descrever suas vivências e suas práticas no âmbito das relações de sexo por dinheiro. Nestes diversos momentos, perguntamos a elas como se definiam “enquanto mulheres no contexto da prostituição”, objetivando dar liberdade para que pudessem nos relatar suas experiências e, acima de tudo, de podermos desconstruir quaisquer indícios de homogeneização de suas existências. Logo, passamos por muitas inquietações a respeito de como “nomearíamos as participantes de nossa pesquisa” a partir da literatura científica anteriormente apresentada. Após importantes períodos de reflexão, chegamos à conclusão de que não poderíamos cair na armadilha reducionista e de cunho identitário, voltada a nomear e a enquadrar as mulheres, que, justamente, se destacam pelas resistências a quaisquer binarismos e generalizações, até mesmo dentro da própria prostituição.

Assim, em meio a tantas nomeações/expressões, presentes em uma vasta literatura científica, mas que, por vezes, tendem a se configurarem, de um lado, na imagem de Maria Madalena – a pecadora prostituta, posteriormente, regenerada, perdoada e santificada – e, de outro, na de Gabriela Leite – auto-declarada “puta”, militante e idealizadora da luta pelo reconhecimento da prostituição enquanto profissão – nos deparamos, em nossa pesquisa, com 10 (dez) diferentes mulheres, cujas histórias de vida nos apontam para a existência de multiplicidades vividas no âmbito local da prostituição. São mulheres que buscam escrever suas histórias longe de vieses estigmatizantes, para assim terem acesso a direitos e almejem suas saídas dos chamados lugares de abjeção – percebidos como espaços marginais e de pouca visibilidade em uma sociedade ainda fundamentada em bases desiguais de poder.

A exemplo de Butler, buscamos desconstruir as ideias binárias e universais que procuram nomear/enquadrar as mulheres, sobretudo àquelas percebidas como dissidentes das sexualidades hegemônicas, das classes sociais, das raças/cores e dos gêneros, a determinadas categorias reducionistas. Tal fato se baseia em uma importante pressuposição, levantada pela referida autora, na qual “[...] o sexo feminino constitui aquilo que não se pode restringir, nem designar. Nesse sentido, as mulheres são o sexo que não é ‘uno’, mas múltiplo” (BUTLER, 2013, p. 29). Por isso, nos pareceu mais apropriado, assim como fez Braidotti (2008), utilizar

---

<sup>3</sup> Em 11 de outubro de 1977, foi assinada pelo então Presidente, Ernesto Geisel, a Lei Complementar nº 31, dividindo os Estados de Mato Grosso - MT e Mato Grosso do Sul - MS.

o termo “processos de subjetivação” – aqui, acrescentamos “de mulheres ligadas à prostituição” –, percebendo-as enquanto mulheres no plural, de diferentes vidas e dotadas de movimentos à parte, e que (re)significam, o tempo todo, acontecimentos e movimentos que delineiam suas múltiplas cartografias existenciais.

Problematizamos as histórias destas mulheres, partindo das leituras críticas e opostas de Maria Madalena e Gabriela Leite, as quais denotam cargas semânticas paradoxais de a “santa” e a “puta”, a “limpa/pura” e a “suja/impura”. A partir delas, ousamos afirmar a existência de tantas outras possibilidades de vida dentro da prostituição, que não se restringem apenas às imagens de vítimas ou de promíscuas. Primeiramente, começamos pelas histórias de Rubi (34), que se denominou “acompanhante” e “garota de programa”, uma mulher que, segundo nos conta a música – *Maria, Maria*, de Milton Nascimento (1988) –, estava em busca do amor e, como tal, “merece viver e amar como outra qualquer do planeta”. Trata-se de uma mulher sonhadora e romântica, que buscava um companheiro para, posteriormente, vir a casar-se. Apesar de em momentos anteriores ter vivenciado importantes desilusões amorosas, nunca desistiu de encontrar o que ela denominava ser “o seu príncipe encantado”.

Rubi se permitia sentir prazeres durante a realização dos programas, ainda que fossem apenas com os clientes em que ela desenvolvia relações de maior proximidade, confiança e afeto, conforme observamos em seu relato: “Eu trabalho aqui, mas eu sou mulher! Aí, você pega um homem, para falar o português claro, que te pega e te vira do avesso, que te traz, em uma hora, muito mais que os cem reais que ele te deu, que te realiza como mulher” (RUBI, 34 anos. Entrevista realizada em 21 de junho de 2014). Alguns destes relacionamentos pagos chegaram a tonar-se amorosos: uns se transformaram em desilusões e cenas de violências, enquanto outros refletiram momentos de extrema alegria e prazer. Para Rubi, além da conquista do sonho da casa própria e do sustento financeiro, a prostituição atuava como local de encontros e vivências concomitantes de amores, prazeres, desilusões e novas ilusões. Uma mulher que se entregava às paixões, uma nômade sentimental e envolvida pelo ideal de amor romântico, assim sustentado por Giddens (1993).

Cristal (29) também se definiu “garota de programa”. Apesar de não relatarmos suas histórias em formato de narrativa em nossa pesquisa, percebemos que uma de suas falas foi muito importante para desconstruirmos uma possível identidade das mulheres na prostituição. Dizia, abertamente, ser uma “garota de programa”, porque ficava, em troca de dinheiro, com homens que se sentia atraída afetiva e/ou sexualmente. O fator “cobrança”, após cada “ficada”, era uma forma de sair por cima da relação com os homens machistas. Para ela, a

maioria dos homens da cidade falava mal das mulheres depois de uma saída e que, se viesse a cobrar por isso, pelo menos, além de difamada, poderia obter algum lucro financeiro. E quando menos percebeu, se viu fazendo programas, e, gostando.

Ao longo da pesquisa, percebemos que a denominação “prostituta” foi a mais usada por nossas entrevistadas para se referirem ao trabalho que desenvolviam na prostituição no município, como Safira (49) e Esmeralda (30), que não tiveram suas histórias relatadas em formato de narrativas, mas serviram de base para problematizações de pontos importantes de nossas análises. Somando-se a elas, surgiram as histórias de Jade (24) que, no início de seu trabalho na prostituição no município, se definia “garota de programa”, momento em que realizava apenas programas nas redondezas de seu bairro, contando como pagamento o consumo de drogas e uma aparência física mais básica e cotidiana. Após entrar em contato com novas amigas e ambientes mais requintados, Jade passou a se denominar “prostituta”, diferenciando-se do período em que atuava na prostituição de rua apenas para dar manutenção ao vício da droga.

Notamos, nos relatos de Jade, importante diferenciação dos termos “garota de programa”, também usado por Rubi e Cristal, e “prostituta”. Segundo ela, ser prostituta significava “sair do armário”, ser vista enquanto tal e participar de um grupo social de mulheres vinculadas a uma prática em comum – o sexo comercial. Implicava em ser notada, ainda que de forma não bem receptiva pelas pessoas, ter acesso a melhores remunerações e estar em contato com diferentes homens e outras mulheres, com as quais passou a repartir um espaço de trabalho mais luxuoso. Expandir horizontes implicava em manter certo *status* social, com melhores vestimentas e uso contínuo de maquiagens, bem como cumprir regras e buscar direitos dentro de uma prática tida como marginal. Em suma, para Jade, o termo “prostituta”, com toda carga semântica negativa e pejorativa que lhe era decorrente, atuava como um importante posicionamento pessoal e político em sua atuação profissional.

Um ponto chamou mais a nossa atenção durante as tardes de entrevistas. Jade nos contou que a sua atual companheira rejeitava o fato de que ela pudesse estar saindo com homens em troca de dinheiro. Acreditava, por sinal, que isso seria um passado um tanto doloroso e inaceitável de sua amada. Dizia sentir nojo de seus comportamentos e que estes seriam perversos demais. Com isso, Jade vivia se equilibrando entre “estar na prostituição” e “obter o amor e o respeito de sua companheira”, o que representava uma forma visível de sofrimento para ela. Quando questionada sobre os motivos que a fez continuar com os programas, disse, enfaticamente, que não poderia deixar de viver a sua vida por conta de

alguém e que sua companheira deveria receber bem esta sua condição, pelo fato de viverem, na pele, o preconceito da sociedade em relação à união homofetiva que haviam estabelecido há dois anos.

Ao longo do nosso trajeto de pesquisa, nos deparamos com duas mulheres que expressaram dificuldades para se nomearem dentro da prática sexual remunerada. Ágata (42) e Ametista (33) descreveram que, respectivamente, o bar e a rua eram seus espaços de trabalho e nada mais. Apesar de observarmos diferentes realidades de vida e de trabalho nos relatos destas duas mulheres, o “nomear-se” era um fator muito difícil para elas. Ágata contou que sua atuação na prostituição representava uma forma de vício, do qual não conseguia se libertar. Na realidade, percebemos que espaço do bar operava como importante território de socialização, de troca de afetos e de estabelecimento de amizades entre ela e as demais garotas, fazendo-nos pensar que: “[...] o bar é, sobretudo, um lugar onde subjetividades se interagem e hibridizam linguagens. Também são espaços específicos de forte carga erótica, de encontros, de amizades e outros afetos” (BARRAL, 2014, p. 608).

Já Ametista foi uma das duas entrevistadas desta pesquisa que atuava na chamada prostituição de rua. Com uma história rica, contou que estava na prostituição apenas para dar manutenção ao vício da droga. Seu propósito era claro: realizar programas e receber dinheiro para comprar a droga. Estava em tratamento psicológico e psiquiátrico para deixar o vício e os programas aconteciam esporadicamente, a partir do momento em que ela sentia, realmente, a necessidade de consumir o *crack*. Não tendo um trabalho e uma renda financeira, a prostituição atuava como sua única fonte de renda, não só para o consumo de substâncias consideradas tóxicas, como também para outras demandas pessoais. Segundo ela, a prostituição não era a sua maior preocupação. Sua maior ferida era realizar programas para uma finalidade que destruía, aos poucos, a sua vida. Além disso, estar na prostituição a fazia lembrar de seu último relacionamento amoroso, em que seu ex-companheiro a obrigava a se prostituir em troca de vantagens pessoal para ele, prática também conhecida como cafetinagem.

“Acompanhantes”, “garotas de programa” e “prostitutas” – termos descritos por grande parte de nossas entrevistadas – e a não nomeação das atividades desenvolvidas por outras (02) duas participantes se juntaram a novas expressões, retratadas por Ônix e Pérola Negra, últimas mulheres que entrevistamos e que compuseram o quadro de 10 (dez) participantes desta pesquisa. Estas últimas nos relataram dois nomes, um tanto exóticos, para se referirem às atividades que desenvolviam no âmbito da prostituição local: Ônix gostava de

ser tratada como “vendedora de ilusões”, enquanto que, Pérola Negra preferia ser chamada de “substituta”. Esses fatores nos fazem pensar em uma negação da prostituição enquanto parte real de suas vidas e uma forma de se mostrarem diferentes, por isso, a utilização de outros nomes – distintos, por sinal – em um espaço permeado por marginalidades e universalidades.

Podemos perceber estes aspectos em dois momentos das falas que compuseram as narrativas de histórias de vida de nossa última participante, Pérola Negra. Primeiramente, ao dizer que: “Eu não sou prostituta, só sou uma substituta! Eu só substituo a mulher deles. Eu sou substituta, prostituta, não! Eu não me acho prostituta”. Logo em seguida, ao justificar a sua fala, alegando que prostitutas seriam:

Essas meninas que dão de graça: elas sim, eu, não! Eu sou substituta! O que ele [o cliente] não tem em casa, vem procurar na rua. Tem muitas mulheres que são ignorantes em casa, que brigam com o marido. Aqui o que mais vem são homens casados. Então, a gente substitui o carinho delas: já que não sabem dar, a gente sabe! (PÉROLA NEGRA, 25 anos. Entrevista realizada em 20 de outubro de 2014).

Em ambos os relatos, observamos a presença de aspectos negativos atribuídos ao termo “prostituta”. Para Pérola Negra, “prostitutas” seriam as “mulheres de rua”, ou melhor, aquelas que não praticavam sexo com fins lucrativos e/ou comerciais; as mulheres que apenas “ficavam” com os homens durante momentos transitórios e/ou sem quaisquer outros vínculos posteriores ou compensatórios. Em contrapartida, ela, enquanto substituta, seria responsável por conferir aos homens/clientes momentos de carinho, diálogo e diversão. O termo “substituta” denota uma forma de aproximação dos padrões heteronormativos de união afetiva e sexual, enquanto que ser “prostituta” representa a mulher promíscua e de vida fácil. Estes aspectos, apesar de contemplar importantes rupturas das sexualidades e feminilidades hegemônicas, mostram-se associados à ideia de que uma “boa mulher” seria aquela que bem sabe tratar os homens, seja no âmbito socialmente aceito da família, seja no (im)permitido espaço dos bares.

O estudo realizado por Guimarães & Merchán-Hamann (2005) nos possibilita pensar nas histórias vividas e relatadas por outra participante, Ônix (18), que se denominou “vendedora de ilusões”. As autoras defendem a ideia de que as “mulheres prostitutas” estão voltadas à realização de fantasias eróticas de seus clientes, pressuposto também compartilhado por Gabriela Leite, ao destacar, no trecho de sua obra, assim intitulado de “Fantasias, um antídoto”, que seus clientes mais conhecidos eram aqueles que apresentavam fetiches mais incomuns, até mesmo para as mulheres “prostitutas” ou “putas”. Para ela, as fantasias eram uma espécie de “mistérios dos desejos” (LEITE, 2009, p. 69). Neste sentido,

podemos dizer que o binômio presença/realização de fantasias se caracteriza como um importante elemento em todo o universo da prostituição feminina adulta.

Em nossa pesquisa, tal elemento ficou ainda mais evidente a partir da nomeação de Ônix como “vendedora de ilusões”. Mais do que vender relações sexuais, a presença de ilusão, fantasia e fetiche passa a fazer parte deste mundo que muitos denominam, equivocadamente, de antros de perdição. Porém, a ilusão, como bem definiu Ônix, permanecia somente nas relações com os clientes, sempre direcionada por/para ele. Em outras palavras, a realização de fantasias seria um fator comum por parte dos clientes e não por nossas participantes. Entre as fantasias mais comuns estavam a relação sexual sem o uso de preservativos – quase sempre não atendida por elas, exceto em casos excepcionais, como a relação afetiva mais próxima com determinados clientes ou um melhor pagamento por esta prática – e a mais atendida, o sexo a três – resumindo-se em um terceiro participando do ato sexual apenas com olhares.

Os termos que utilizam para fazerem referência as suas atuações na prostituição trazem um pouco da história de vida de cada uma delas. Notamos, nestas diferentes nomeações, que vão desde “acompanhantes” – entendidas a partir de um ideal de amor romântico – passando pelos termos “prostitutas” e “garotas de programas”, até àqueles mais exóticos – “vendedora de ilusões” e “substituta” –, que cada uma delas traz, em suas etimologias, histórias vividas e narradas e movimentos realizados por cada uma dessas mulheres na prostituição. Por isso, ousamos afirmar que cada experiência, apesar de apresentar traços em comum, se difere uma da outra. São vidas singulares, dotadas de diferentes passagens; são múltiplas e, ao mesmo tempo, únicas e com riquezas paradoxais, conforme argumentou Michelle Perrot:

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência à hierarquia, à disciplina que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história (PERROT, 2010, p. 212).

O texto apresentado pela historiadora Michelle Perrot nos permite pensar nas palavras de Judith Butler. Em sua obra, *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*, esta última autora tece fortes críticas às teorias fundamentalistas que, por muito tempo, sustentaram a ideia de uma identidade comum e universal para as mulheres. Em contraponto,

ela alega que: “Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é” (BUTLER, 2013, p. 20). Daí advém a decisão de não nomearmos as participantes desta pesquisa a partir de uma literatura científica, mas deixarmos que elas mesmas se definissem no contexto da prostituição. Isso também é uma tarefa, um posicionamento *Queer*. Implica em fugir das normatizações e nomeações impostas por/em uma determinada sociedade com matrizes heteronormativas obrigatórias. Significa estar aberto a tantas outras possibilidades de existências, sem se prenderem a uma identidade fixa e universal de “vidas abjetas” ou “vidas precárias” (BUTLER, 2006; 2013) e mulheres “infames” (FOUCAULT, 2006).

Os relatos destas mulheres fazem referência direta ao modo como estão sendo construídas/subjectivadas suas vidas. Algumas delas, como Rubi, são estabelecidas a partir de um ideal de amor romântico; outras, como Ágata e Ametista, nem se quer conseguem se denominar; outras, ainda, como Ônix e Pérola Negra, passam a atribuir significados diferentes às suas relações cotidianas que envolvem muito mais que o sexo por dinheiro e, por fim, em um plano histórico, Topázio nos traz o termo “meninas”, assim falado no município durante a década de 1980. Podemos dizer que são contextos, movimentos, práticas e posicionamentos *Queer*: inomináveis, singulares e não voltados a um ideal uníssono de feminilidade, até mesmo dentro dos limites da prostituição, onde muitos acreditavam ser um contexto permeado por generalidades e perversidades.

Esses modos de nomeação são efeitos de estratégias/dispositivos de poderes, que carregam semânticas de exclusões, interdições e negações produzidas pelos discursos, em especial os nossos – da Psicologia – sendo potencializados por demandas de períodos sócio-históricos e de suas conseqüentes negociações políticas. Os nomes em si remetem a expressões de uma identidade e nada mais são que dispositivos de capturas, higienismos e moralismos com precedentes. São nomenclaturas distintas e que evidenciam importantes posições pessoais e disputas políticas dessas mulheres na sociedade. Esses nomes, ao mesmo tempo em que facilitam, dificultam a ação política de muitas delas em diferentes frentes de mobilização no país. Daí advém a ideia de Gabriela Leite atribuir o termo “puta” às mulheres que se prostituem, enquanto estratégia de subversão a um dado poder normativo feminino e como importante meio de alcançar igualdade de direito para todas as mulheres, sejam elas “putas ou não”.

Neste sentido, concordamos com Peres, ao afirmar que:

Será na possibilidade de alargamento de teorias e metodologias da psicologia que acreditamos na possibilidade de promoção de uma Psicologia que ora estamos

denominando de *Queer*, e para tanto, a mesma deverá romper com postulados binários que se propõem universais e totalizadores, dando passagem para a emergência de sujeitos nômades e suas subjetividades também nômades em consonância com políticas *Queer* (PERES, 2013, p. 61).

São vidas singulares, mulheres plurais e sujeitos nômades, como bem descreveu Chico Buarque, em *Teresinha*, em contraponto à antiga brincadeira de roda, *Terezinha de Jesus*. Os três cavalheiros, com os três chapéus nas mãos – seu pai, seu irmão e àquele a quem Tereza deu à mão – representam as histórias da mulher (no singular) – que nasce para ser cuidada pelo pai, por um irmão e, até o fim de sua vida, por um marido. Representam a sexualidade feminina (no singular) que deverá ser preservada pela família até que ela possa chegar, sem mácula, ao casamento monogâmico e com fundamentos ainda patriarcais. Nossas participantes fogem do padrão descrito pela cantiga de roda, *Terezinha de Jesus*, erroneamente tido como unânime para as mulheres, passando a se identificarem com muitas outras *Teresinhas*, assim exposto na canção buarquiana e nas cartografias que revelam suas múltiplas formas existenciais.

4.2- “*Eu não sabia o que era aquela descoberta!*”: *movimentos, rupturas e (des/re)territorializações – histórias da infância à prostituição*

*Sou prostituta, na boca do povo conhecida como puta,  
Obrigada a conhecer as posições do kamasutra.  
Se meu filho chora, sou eu, a mãe, que escuta.  
Seu Deus desculpa, não tive culpa, só fui à luta!*

(*Prostituta/Nega Gizza*)

No segundo volume da *História da Sexualidade: o uso dos prazeres*, Foucault (1984) nos alerta para a necessidade de voltarmos olhares pormenorizados às sexualidades – tidas como normativas ou dissidentes – a partir de uma perspectiva genealógica, de modo a refletir como elas, ao longo do tempo, têm determinado modos muito particulares de subjetivação e silenciamento e/ou privilégios para uns/as e outros/as na sociedade. Para o autor, esta discussão em torno das sexualidades mostra-se associada a formas historicamente singulares de saber-poder-prazer, além de se apresentarem enquanto importantes organizadores das relações sociais e sexuais, sendo, pois, mediadas pelo poder punitivo, advindo do saber

médico e dos códigos morais e das leis, e pelas práticas disciplinares de controle e vigilância dos corpos e dos prazeres.

Ao discorrer sobre o uso dos prazeres em uma História voltada a contemplar os dispositivos dos sexos e das sexualidades, Foucault (1984) destaca que as discussões sobre estes referidos temas surgiram tardiamente, mais especificamente, durante o século XVIII. Segundo ele:

[...] tratava-se de ver de que maneira, nas sociedades ocidentais modernas, constitui uma ‘experiência’ tal que os indivíduos são levados a reconhecer-se como sujeitos de uma ‘sexualidade’ que abre campos de conhecimentos bastante diversos, e que se articula num sistema de regras e coerções. O projeto era, portanto, o de uma história da sexualidade enquanto experiência – entendermos por experiência a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade (FOUCAULT, 1984, p. 10).

Podemos avistar uma acentuada multiplicação dos discursos sobre os sexos e as sexualidades em contínuo exercício com o poder normatizador, mediante atuações de mecanismos de controle, vigilância, interdição e punição das práticas sexuais e de vidas dissidentes, não voltadas ao casamento heterossexual e à procriação. Para Foucault (1988b), os discursos historicamente construídos sobre as sexualidades na sociedade moderna foram sustentados por quatro grandes dispositivos, a saber: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização de condutas de procriação e, por fim, a psiquiatrização do prazer perverso. Todos estes dispositivos sustêm os mais diversos saberes sobre a prostituição, atribuindo a ela um caráter unívoco de perversidade e imoralidade.

Esses jogos de poderes e de constantes disputas políticas, segundo bem afirmou Foucault (1984), possuem relações diretas com outros dispositivos – como os gêneros, as raças/cores, as classes sociais e os territórios – produzindo recortes diferenciados dos corpos e dos estigmas vividos por muitas mulheres na prostituição. Assim, para demarcarmos como as participantes desta pesquisa vivenciam as diferentes relações que envolvem muito mais do que o sexo pelo dinheiro, precisamos, primeiramente, problematizar como foram construídas suas histórias de vida. Estas discussões estão pautadas nos relatos de suas mais tenras experiências sobre o sexo e as sexualidades, vividas durante os episódios que mais marcaram suas infâncias e adolescências, conforme expressou Rubi:

Minha mãe sempre foi assim: muito fechada com a gente! Tudo o que a gente descobriu do corpo, da sexualidade da gente, minha mesmo, a gente descobria sozinha, porque a minha mãe nunca foi àquela mãe assim de chegar e explicar: ‘olha, é assim que funciona’ [...]. Eu casei e tive que me explicar, aprender tudo

sozinha, coisas que meu marido, com o tempo, veio me explicando, me acalmando! Ele tinha 18 anos na época, era maior de idade. Minha irmã mais velha casou de 14 para 15 anos, só que ela nunca chegou a falar disso, talvez, pelo jeito que minha mãe foi criada, você entende? Ela criou as filhas. Quando eu menstruei, eu menstruei na escola. Eu entrei em pânico! Para você ter uma noção, eu menstruei dentro da sala de aula. Eu gritava! Eu tinha 10 para 11 anos. Eu não sabia o que era aquilo! Eu entrei em pânico dentro da escola! Quem me explicou o que era aquilo foi a diretora da escola. Eu aprendi tudo sozinha, mesmo! Eu falo assim: ‘que a minha escola mesmo foi a Vida!’ Foi ela quem me ensinou, porque, dentro de casa, eu não tive estas explicações! (RUBI, 34 anos. Entrevista realizada em 29 de julho de 2014).

Podemos perceber, na fala de Rubi, traços importantes de uma educação familiar conservadora no que concerne ao exercício e à expressão das sexualidades. Isto ficou ainda mais evidente quando a nossa entrevistada nos relatou sobre o momento de sua primeira menstruação, marcada por sentimentos de desamparo, medo e confusão frente a uma realidade, até então, desconhecida para ela. A vida, pronunciada por ela e por tantas outras mulheres que entrevistamos, foi a grande escola e o local onde vivenciaram sozinhas e/ou com o apoio de terceiros – como as amigas e o casamento, por exemplo – suas primeiras experiências com a sexualidade e, mais propriamente ditas, com o sexo. Este episódio referente à menarca também foi marcante na vida de muitas outras participantes, dentre elas, Esmeralda e Safira:

Minha mãe não me ensinava isso, porque a vida da minha mãe era muito corrida. Com o tempo, eu fui crescendo e me desenvolvendo sozinha. A primeira vez que eu menstruei, achei que era o fim do mundo, porque minha mãe nunca falou nada para mim. Estava na casa de uma amiga e começou a descer de uma vez e eu comecei a gritar, achando que era alguma coisa, e levei uma surra ainda! Menstruei aos 12 anos. Fui descobrindo sozinha. Fui indo, fui indo (ESMERALDA, 30 anos. Entrevista realizada em 18 de setembro de 2014).

Então, a sexualidade, fui descobrir por mim mesma, com as amigas. Quando menstruei, eu gritei, não sabia o que era aquilo. Eu ia para a praia num dia, menstruei com 09 anos de idade, então, foi tudo muito precoce. Eu lembro que eu sentei no vaso, estava de biquíni, e comecei a sangrar. Olhei e falei: ‘mãe estou cortada! Estou doente, mas não sei do quê!’ Aí, ela falou que eram as ‘regras’ e que iriam vir todo mês (SAFIRA, 49 anos. Entrevista realizada em 22 de agosto de 2014).

A menarca, popularmente conhecida como a primeira menstruação, foi um episódio marcante na vida de Rubi (34), Esmeralda (30) e Safira (49), potencializada por uma educação familiar que negava o direito à informação e inibia o diálogo, produzindo e nos fazendo lembrar do que Foucault (1988b) denominou “de uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora”. Aprender com a Vida, aqui, podemos mencionar os exemplos trazidos por muitas delas – a rua, a escola, as amigas e o próprio casamento –,

foram seus lugares de refúgios e de respostas para muitas inquietações, uma vez que não encontravam espaços para dialogar sobre estes assuntos com suas famílias. Palavras, como: “entrei em pânico”, “comecei a gritar”, “achei que estava cortada”, “minha escola foi a vida” e “aprendi tudo sozinha” nos apontam para a necessidade de problematizarmos as questões de gêneros enquanto importantes dispositivos de saber e poder em uma sociedade com bases e valores patriarcais.

Nas palavras de Delphy (2009), o patriarcado se refere:

[...] a uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões ‘subordinação’ ou ‘sujeição’ das mulheres, ou ainda, ‘condição feminina’ (DELPHY, 2009, p. 173).

No texto *Re-criando a (categoria) mulher?*, Piscitelli (2002) enfatiza o conceito de patriarcado enquanto uma naturalização de fenômenos históricos, sociais e contingentes, marcado por relações políticas e de poder do masculino. Em uma pesquisa mais recente, intitulada *Casa-Grande e Senzala e o Patriarcado: um diálogo crítico com a teoria feminista*, Sousa (2014) enumera as marcas geradas pelo sistema patriarcal na vida de mulheres que tentam romper com os chamados limites tradicionais de gêneros e das raças/cores, dentre elas, as diferentes formas de violências contra as mulheres, o controle do corpo e da sexualidade feminina, a participação desigual de homens e mulheres no mercado de trabalho e a acentuada feminização da pobreza. Todos estes aspectos se materializam na forma pela qual as participantes desta pesquisa constroem suas subjetividades na prostituição.

Para Rodrigues (2009), esta ampla relação entre prostituição e violência abarca discussões muito complexas e que extrapolam o simples ato de nomear/enquadrar as mulheres em uma determinada categoria – a de ser prostituta. Precisamos, a exemplo de Donna Haraway (1995b), problematizar estas questões longe de vieses generalizantes e deterministas, ou seja, precisamos pensá-las a partir do que a autora denomina de “Saberes Localizados”. Com base nestas informações, podemos afirmar que a violência não seria um fator único para a entrada de muitas mulheres na prostituição, mas, um olhar a mais para desenvolvermos as nossas análises, se somadas às questões do patriarcado e da educação familiar conservadora e, por vezes, violenta que a maioria de nossas participantes vivenciou durante os períodos de suas infâncias e adolescências:

Lembro, até hoje, que eu estava estudando para fazer uma prova de história e meu pai falou que eu não iria sair, porque a minha mãe estava voltando da faculdade, ela fazia Psicologia. Ele queria sair com a minha mãe e falou para eu ficar em casa. Eu falei para ele que iria fazer a prova e que depois ele sairia. Parece uma situação que ‘futuca’ para um brigar com o outro. Aí, eu com raiva e meu gênio não é fácil, passei a mão na planta que ele gostava e derrubei-a no chão. Ele desceu bravo, pegou um remo de barco e me bateu, que eu tenho marca até hoje. Eu larguei os meninos com a minha mãe, arrumei a mala e fui embora de casa. Aí, eu conheci uma senhora, que: gente, uma menina de 18 anos sair de casa a noite, para onde é que iria? Não era para um lugar bom! Mas, naquela época eu não iria pensar o que eu penso hoje. Eu queria me livrar daquela situação, estava com raiva, o meu gênio era forte e eu tinha jurado para ele que nunca mais pisaria os pés na casa dele, não para morar! E eu nunca mais pisei (SAFIRA, 49 anos. Entrevista realizada em 22 de agosto de 2014).

Estes dispositivos de poder estão refletidos na forma pela qual foram construídas as histórias de vida e as experiências com as sexualidades e com o poder patriarcal por nossas entrevistadas, como Safira, que, desolada após sofrer agressões físicas por parte do pai, foi em busca de um lugar, ainda que estranho, que a pudesse acolher. Estes aspectos foram fortemente percebidos na fala de outras mulheres que entrevistamos, impulsionando muitas delas a seguirem outros caminhos, outras desterritorializações até chegarem à prostituição:

Não tive infância. Casei com 13 anos de idade. Fiquei casada quatro anos. A minha infância foi bem complicada. Praticamente, não tive infância. Sempre trabalhei no sítio e um pai muito rígido que não aceitava uma filha mulher em casa. Hoje, meu pai mora em uma fazenda com outra mulher. Tem cinco anos que eles estão separados. A mulher dele está grávida, está de nove meses já. Mas, tenho contato com ele: ele vem a cada quinze dias ou uma vez por mês para cá. A gente morava num sítio e lá a gente fazia de tudo: limpar quintal, apartar bezerro, tirar leite, trabalhar na casa do patrão: tudo o que tinha para fazer no sítio, a gente fazia. Eu tinha de 06 aos 13 anos, até quando eu me casei para sair da fazenda, para não ter de suportar mais o meu pai e a minha mãe (ÔNIX, 18 anos. Entrevista realizada em 20 de outubro de 2014).

A família, lugar de onde se espera aconchego, carinho e proteção, foi o lugar, por excelência, de diferentes manifestações de violências de gêneros na vida das participantes desta pesquisa. O poder patriarcal e o machismo ficaram muito evidentes quando Ônix (18) nos relatou o fato de seu pai não aceitar “ter uma filha mulher em casa” – porque sonhava em ter apenas filhos homens – e o casamento, naquele momento, se apresentou como a saída mais rápida para se distanciar dos olhos de seu agressor. Esses aspectos se somam às histórias de vida de outra entrevistada, que nos narrou um doloroso momento de abjeção vivido em sua família: “A minha já trabalhava com isso (prostituição). Foi a vida dela, desde quando ela era casada. O meu pai sabia e nunca falou nada. Por isso, ele não me dava carinho. Falava que eu

não era filha dele. Mas, isso era só comigo, com os meus irmãos, não” (PÉROLA NEGRA, 25 anos. Entrevista realizada em 20 de outubro de 2014).

Em prantos, Pérola Negra nos contou momentos tristes de sua infância e o tímido contato afetivo que construiu com os pais. Sua mãe trabalhava em um dos bares de uma pequena cidade do Estado de São Paulo, local onde também fazia programas. Seu pai era pedreiro e tinha conhecimento da atividade da esposa, não manifestando opiniões a esse respeito. Por ser a primogênita e a única filha negra do casal – os demais eram pardos –, o pai não a reconhecia enquanto filha, esquivando-se de qualquer contato afetivo mais próximo com ela. Estes dois casos evidenciam histórias vividas por famílias patriarcais, que (re)produzem modelos de violências e, mais especificamente, episódios importantes de abjeção dessas mulheres enquanto mulheres e filhas.

Na condição de diferença – seja pela não realização de um sonho de ter um “filho homem” ou em decorrência da cor da pele diferenciada dos irmãos – que podemos pensar na abjeção dessas mulheres no plano do desejo de seus pais. Por isso, elas se tornam “matáveis”, como bem afirmou Donna Haraway (1995b), entendidas como aquelas pessoas não inscritas na categoria de reconhecimento e, conseqüentemente, não percebidas como humanas. Nas palavras de Toledo (2013, p. 55): “[...] a abjeção se torna o espaço da dessemelhança e da não identidade, de perda de sentido do humano”. Ou seja, a partir do momento em que estas mulheres, ao nascerem, rompem com um modelo identitário sonhado por seus pais, elas se afastam do reconhecimento de filhas, e, por conseguinte, perdem o carinho e os direitos que deveriam estar presentes nesta relação, caindo em um plano de invisibilidade da abjeção.

Esses momentos de violências e de abjeções se estenderam para a idade adulta de muitas delas, evidenciando situações importantes de desamparo, vivenciadas inicialmente no seio familiar, e que se somaram à participação do Estado, culminando no que poderíamos denominar de Violência Estrutural. Para Neto & Moreira (1999), este tipo de violência encontra-se enraizado na estrutura da sociedade capitalista – por isso, recebe o nome de estrutural – uma vez que o Estado passa a privilegiar uma parte da população em detrimento de muitas outras. Como consequência, este processo acaba por intensificar uma série de exclusões, restringindo o acesso de muitas pessoas à conquista de direitos básicos e de vidas mais dignas.

Este processo mostrou-se bastante evidente em nossa pesquisa. Em relação à escolaridade de nossas participantes, um dos quesitos mais importantes para se ter melhores condições de vida e acesso à participação social, destacamos os seguintes dados: 01 (uma)

mulher com ensino fundamental incompleto, 03 (três) com ensino fundamental completo, 02 (duas) com ensino médio incompleto e 04 (quatro) com ensino médio concluído. Ademais, avistamos a presença de outros marcadores de poder, dentre eles: a presença de 03 (três) mulheres negras, 05 (cinco) pardas e apenas 02 (duas) mulheres brancas no quadro de participantes desta pesquisa – que, apesar de compor apenas uma amostra, evidencia dados muitos mais amplos da prostituição no município pesquisado – e as questões de gêneros, que, ainda hoje, contribuem para a manutenção de alarmantes disparidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro, segundo atestam as pesquisas de Bruschini (2007) e Hirata & Kèrgoat (2007).

Estes dados nos apontam para a dificuldade ainda maior dessas mulheres em conquistarem um emprego com remuneração mais justa e com direitos garantidos em lei. O fato de serem mulheres, não brancas, pobres, com baixa escolaridade e atuantes na prostituição possibilita a maior exclusão social e a falta de oportunidades e de direitos para muitas delas. Neste contexto, a prostituição passa a se apresentar como uma alternativa de vida digna – por acreditarem que “vender o corpo seria melhor do que estar envolvida em crimes” – e, principalmente de subsistência da família, segundo destacou uma de nossas entrevistadas:

Dinheiro para os meus filhos! Pelo dinheiro, mais pelos meus filhos, porque eles pediam: ‘ai mãe, eu quero aquela roupa’ e, às vezes, era uma roupa de marca e eu falava para o meu filho que ‘não’. Daí, eu fui lá e fiz e comprava para eles as melhores roupas, os melhores calçados. Acho até que eu estou sendo errada de mimá-los. Tudo o que eles pedem pra mim, eu dou. Mas, eu não consigo falar não. E com o meu salário, eu não poderia comprar. Tem três meses que eu faço programas. Comecei quando os meus filhos ficavam pedindo as coisas para mim e eu não tendo o dinheiro para comprar e uma amiga olhou para mim e disse: ‘eu sei onde você consegue um jeito fácil de conseguir dar as coisas para os teus filhos’. Meu filho tinha pedido um tênis da *Nike* para mim que custava R\$ 300 reais. Eu falei: ‘filho, não vai dar. Está muito caro!’ Daí ele falou: ‘mamãe, eu quero, mamãe!’ Eu consegui o dinheiro e dei o tênis para ele. Foi a maior felicidade do mundo sair com aquele tênis na rua (ÔNIX, 18 anos. Entrevista realizada em 20 de outubro de 2014).

A infância, enquanto fenômeno burguês e urbano, diferencia-se, e muito, daquela vivida no interior e no meio rural, segundo afirmou Simmel (1974), ao discorrer sobre a modernidade urbana e a impessoalidade presente nas metrópoles. O trabalho no campo, os afazeres domésticos e o trato dos animais se somam à educação familiar conservadora e aos modelos de família em que o patriarcado é a principal referência de educação. Na vida de Ônix, isso não foi diferente. Após ser abjetada do desejo de seu pai – que sonhava em ter apenas filhos homens –, passou a assumir as tarefas domésticas e as do campo. Depois da

separação dos pais e de engravidar de seu primeiro filho, mudou-se para a cidade, trabalhando como diarista em casas de famílias. A prostituição, segundo ela, seria uma forma de complementar a renda financeira, uma vez que, além do sustento dos dois filhos, teria que manter a mãe, com transtornos mentais graves, e custear as despesas da casa, bem simples e afastada do centro da cidade.

A partir de tudo isso, podemos pensar a prostituição em nosso campo de estudos a partir de um ideal cristão, burguês e capitalista de consumo e aquisição de bens e que participam dos processos de subjetivação coletiva feminina. Nossas participantes não escapam dessas demandas desejantes, quais sejam, a prostituição e sua reprodução com modelo familiar tradicional – como Rubi (34), que sonhava em ter sua casa própria; Safira (49), que utilizou seus antigos contatos na prostituição para pagar a dívida de drogas de um de seus filhos no Estado do Rio de Janeiro, e Ônix (18), que lutava para dar uma vida digna aos filhos, juntamente com Ágata (42) e Pérola Negra (25). O sexo com fins comerciais surge como importante forma de atingir objetivos, um meio pelo qual muitas de nossas participantes são mães e onde as várias feminilidades – que se entrecruzam na dicotomia de a mãe/santa e a prostituta/puta – passam a habitar o mesmo corpo, produzindo, assim, novas perspectivas de maternidade.

Em *As prostitutas também são mães: contornos e conteúdos de uma condição (quase sempre) extrema*, Ribeiro (2010) destaca que um grande número de mulheres que se prostituem também é mães – 75 % da amostra de sua pesquisa – evidenciando, além da maternidade precoce e da gravidez acidental e/ou decorrente de enamoramento casual, a condição de responsabilidade feminina – principal ou exclusiva – no sustento e na criação dos filhos. Em nossa pesquisa, 09 (nove) de um número total de 10 (dez) participantes vivenciaram esse dueto um tanto paradoxal “entre ser mãe e estar na prostituição”. Para Penha *et al.* (2012), muitas mulheres com condições socioeconômicas desfavoráveis, com baixo nível de escolaridade e marcadas pela pobreza e escassez de melhores possibilidades de trabalho são empurradas para as práticas que envolvem o sexo por dinheiro, tornando-se uma das principais características da prostituição em cidades interioranas do Brasil.

Em um estudo etnográfico sobre as experiências de prostituição no litoral norte da Paraíba, Nascimento (2014) ressalta outra característica muito marcante da prostituição de mulheres adultas em pequenos centros urbanos do país – o uso contínuo de bebidas alcoólicas e de drogas consideradas ilícitas. Em nosso estudo, este fato ganhou acentuado destaque, apontando para um número de 05 (cinco) mulheres que vivenciaram, ou ainda, que vivenciam

algum tipo de transtorno ligado ao alcoolismo e/ou à dependência de drogas mais potentes. Dentre as histórias mais marcantes, destacamos as de Topázio (77) e as suas tristes lembranças e marcas corporais provocadas pelo uso contínuo de bebidas, e as histórias vividas por Jade (24) e Ametista (33), com dependências da cocaína e do *crack*, respectivamente. Histórias que podemos pensar a partir de *Flores Horizontais*, um poema de Oswald de Andrade, cantado por Elza Soares (2002), em que as “mulheres da vida” são poeticamente retratadas enquanto “flores horizontais”, flores que apresentam espinhos e que retratam a difícil vida de mulheres na prostituição.

Apesar de serem histórias fortemente marcadas por violências estruturais e de gêneros, não podemos dizer que a prostituição se apresenta em nossa pesquisa unicamente como um vetor econômico e como escape para resoluções de conflitos mal resolvidos durante a infância. Nas palavras de Pasini (2000), o dinheiro reafirma o caráter profissional destas mulheres na prostituição, mas não se resume apenas a ele. Outras motivações – além das econômicas e das sexuais – podem estar presentes nestas relações. Conversar, desabafar e trocar experiências com diferentes clientes as tornam “quase psicólogas”, conforme expressou uma de nossas entrevistadas:

É a vida mesmo! Aqui você vira uma psicóloga! Tem cliente que paga para você na mesa só para conversar. Se você for ver, você vira uma psicóloga aqui dentro! Os clientes, principalmente os casados, te trazem problemas que eles não podem dentro de casa estar conversando. Eles vêm, eles sentam, eles varam a noite te explicando a vida. Eu escuto cada coisa de cliente, fazer o quê, né? Já aconteceu de chegar cliente que ele queria se matar por causa da mulher. Ele chegou tão nervoso no bar, que chegou a estar tremendo. Aí, a gente sentou, bebeu, conversou, relaxou e ele voltou depois e disse que, naquele dia, iria tirar a própria vida (RUBI, 34 anos. Entrevista realizada em 21 de junho de 2014).

Para Burbulhan *et. al* (2012), as motivações monetária e sexual não devem ser reduzidas às únicas relações possíveis entre os chamados clientes e as mulheres que se prostituem. Ao contrário, elas encontram-se mediadas por dois importantes planos – o comercial, envolvendo a questão econômica e o pagamento/recebimento por cada programa, e o intersubjetivo, relacionado aos sentimentos e as relações que poderão ocorrer neste contexto tido como fugaz e transitório. Em nossa pesquisa, observamos que muitos clientes desejavam não somente o sexo pago durante os programas, mas também buscavam momentos onde poderiam conversar, longe de julgamentos, e desabafar sobre seus problemas familiares, conjugais e àqueles relativos à própria masculinidade. Para Rubi (34), faltava apenas o título acadêmico para tornar-se uma profissional da Psicologia, uma vez que a “vida na noite” a

possibilitava vivenciar estas diferentes e constantes experiências de ajuda emocional e afetiva de muitos clientes.

Outra situação muito semelhante em relação à Psicologia foi relatada por Jade:

Profissão, se eu for te falar, você não vai acreditar, porque é algo incrível: Psicologia! Acontece muito de o cara pagar para gente e não querer fazer nada. Eu queria muito. Quantas vezes eu estava no bar lá da saída e via as meninas com os travesseiros entrando no ônibus para ir à faculdade e minha sogra me olhava e dizia: ‘olha, você ainda vai entrar naquele ônibus e fazer sua faculdade!’. A minha sogra vivia dizendo: ‘a minha nora vai ser psicóloga!’. E hoje eu me pergunto: ‘ainda há tempo?’ (JADE, 24 anos. Entrevista realizada em 23 de setembro de 2014).

“Tempo, dignidade e experiência” foram as três palavras mais citadas pelas participantes durante diferentes momentos de nossas conversas. Quando questionadas sobre “o que ganham e o que perdem estando na prostituição”, muitas delas nos apontaram o “tempo” como algo de mais valioso neste universo considerado histórica e socialmente como fugaz, transitório e efêmero. O *Khronos* – tempo cronometrado e fragmentado em unidades, demarcando dias, horas, minutos e segundos – e o *Kairós* – tempo subjetivo vivido a partir de momentos significativos – nos possibilitam pensar como muitas de nossas entrevistadas constroem suas histórias de vida e se subjetivam a partir das diferentes experiências na prostituição.

Nas palavras de Justo & Justo (2012), o processo de subjetivação consiste na passagem transformadora do tempo *Khronos* em *Kairós*, o tempo objetivo em tempo vivido. Para os autores, “a própria vida pode ser entendida como uma constante ação de *Kairós* na qual o sujeito procura construir espacialidades, habitá-las e, com isso, operar na sua trajetória de vida, edificar sua história, enfim, agir no tempo” (JUSTO & JUSTO, 2012, p. 103). Assim, “tempo, momentos, e experiência”, três palavras que se complementam nos discursos de nossas entrevistadas, se apresentam como elementos significativos no trajeto de vida de mulheres que se prostituem, segundo podemos observar em Rubi:

Se ganha momentos e se perde [...] o tempo! Aqui é um lugar que você perde saúde, noites de sono. Você vai perdendo [...] são os anos da sua vida que vão passando! Ganhar? Se ganha! Se ganha coisas boas e coisas ruins. Se ganha experiência! Quem vive isso daqui ganha experiência de vida. Se ganha uma experiência muito grande como pessoa, como mulher. Você convive com toda sociedade. Isso daqui é uma verdadeira experiência de vida! Só quem vive, pode te passa a noção do que realmente é (RUBI, 34 anos. Entrevista realizada em 21 de junho de 2014).

Ganhos e perdas, duas palavras opostas, mas que aparecem interligadas quando nos referimos à prostituição feminina adulta em nosso campo de investigação. Logo, a indagação

“ainda há tempo?” e a afirmação “se ganha momentos e se perde o tempo” proferida por Jade (24) e Rubi (34) e evidentemente percebida na fala de tantas outras mulheres que entrevistamos, nos fazem pensar na letra da canção *Oração ao tempo*, de Caetano Veloso (1979):

És um senhor tão bonito  
Quanto a cara do meu filho  
Tempo, tempo, tempo, tempo  
Vou te fazer um pedido  
Tempo, tempo, tempo, tempo.

Compositor de destinos  
Tambor de todos os ritmos  
Tempo, tempo, tempo, tempo  
Entro num acordo contigo  
Tempo, tempo, tempo, tempo.

Por seres tão inventivo  
E pareceres contínuo  
Tempo, tempo, tempo, tempo  
És um dos deuses mais lindos  
Tempo, tempo, tempo, tempo.

Que sejas ainda mais vivo  
No som do meu estribilho  
Tempo, tempo, tempo, tempo  
Ouve bem o que te digo  
Tempo, tempo, tempo, tempo.

Peço-te o prazer legítimo  
E o movimento preciso  
Tempo, tempo, tempo, tempo  
Quando o tempo for propício  
Tempo, tempo, tempo, tempo.

De modo que o meu espírito  
Ganhe um brilho definido  
Tempo, tempo, tempo, tempo  
E eu espalhe benefícios  
Tempo, tempo, tempo, tempo.

O que usaremos pra isso  
Fica guardado em sigilo  
Tempo, tempo, tempo, tempo  
Apenas contigo e comigo  
Tempo, tempo, tempo, tempo.

E quando eu tiver saído  
Para fora do teu círculo  
Tempo, tempo, tempo, tempo  
Não serei nem terás sido  
Tempo, tempo, tempo, tempo.

Ainda assim acredito  
Ser possível reunirmo-nos  
Tempo, tempo, tempo, tempo

Num outro nível de vínculo  
Tempo, tempo, tempo, tempo.

Portanto peço-te aquilo  
E te ofereço elogios  
Tempo, tempo, tempo, tempo  
Nas rimas do meu estilo  
Tempo, tempo, tempo, tempo.

(VELOSO, 1979).

A canção *Oração ao Tempo* traz algumas questões importantes para as nossas análises. Primeiramente, ela se apresenta como a encarnação de seu próprio título – uma oração ao tempo, um tempo em que o autor denominou de “o mais lindo dos deuses”. Este mesmo tempo passa a receber distintas significações ao longo de toda a canção: “o senhor mais bonito”, “compositor de destinos”, “tambor de todos os ritmos”, dentre outras. Neste arranjo de destinos e também de subjetivações, nos deparamos com diferentes histórias de mulheres na prostituição. Histórias com significados e significações diferenciadas umas das outras, mas que se entrecruzam numa relação muito próxima com os conceitos de espaço/território, produzindo formas de pertencimentos e de vivências – individuais e coletivas – muito particulares, marcadas por justaposições de espaços e de territorialidades, que assim denominamos heterotopias.

#### 4.3 – “*Vem Cada Tipo de Gente Que Você Tem Que Estar Enfrentando*”: o centro e as margens – heterotopias na prostituição

*Os crentes dizem que eu vendo a alma ‘pro’ capeta,  
Sei muito bem que não sou mais mulher direita.  
Não sei se é certo, mas faço parte do bordel,  
Um ‘redevoir’, que mais parece a torre de babel.*

(*Prostituta/Nega Gizza*)

O nosso interesse pelas discussões sobre Heterotopias e Corpo Utópico, descritas por Foucault (2013b), é justamente as Heterotopias do Desvio e sua relação, muito próxima, com a chamada prostituição. Estes aspectos nos possibilitam problematizar as diferentes espacialidades e temporalidades e os distintos movimentos pelos quais são construídas as

subjetividades das participantes de nossa pesquisa, principalmente em suas atuações em casas, bares e ruas do município. Assim, quando nomeamos a segunda parte deste subcapítulo de “*O Centro e as Margens – heterotopias na prostituição*”, nos propomos a abarcar tanto estes contraespaços de desvios – sexual, social e moral – estabelecidos e perpetuados na sociedade como também os territórios vividos e sentidos por cada uma de nossas entrevistadas.

Em o *Corpo Utópico – as Heterotopias* (2013), Foucault descreve as seguintes considerações a respeito das dissidências sexuais e do lugar de abjeção conferido a elas por grande parte da sociedade normatizadora:

Corpo incompreensível, corpo penetrável e opaco, corpo aberto e fechado: corpo utópico. Corpo absolutamente visível, em um sentido: sei muito bem o que é ser olhado por alguém da cabeça aos pés, sei o que é ser espiado por trás, vigiado por cima do ombro, surpreso quando percebo isso, sei o que é estar nu; no entanto, este mesmo corpo que é tão visível, é afastado, captado por uma espécie de invisibilidade da qual jamais posso desvencilhá-lo (FOUCAULT, 2013b, p. 10).

Este corpo negado, invisível e transposto para a condição de abjeção, conforme descreveu Foucault (2013b), se apresenta em nossa pesquisa sob duas formas distintas: a primeira, permeada pelos preconceitos da população local e, diríamos ainda, de grande parte da sociedade em geral; e a segunda, a que mais chamou a nossa atenção, que revelou os estigmas sentidos e vividos pelas participantes dentro da própria prática da prostituição. Durante o processo de mapeamento dos locais visitados e das entrevistas realizadas, ficaram evidentes que os territórios da prostituição – casas, bares e ruas – não se apresentavam somente como espaços de alteridades na sociedade local, mas também como heterotopias que se formavam em oposição aos demais territórios tidos como ainda mais marginais na prostituição.

Esta compartimentalização dos territórios locais das relações de sexo por dinheiro mostra-se associada às discussões sobre as sexualidades hegemônicas e dissidentes, assim refletidas em nosso campo de investigação. Além de a prostituição aparentar o feminino desconhecido, sedutor e diabólico, fatores importantes para a formação de heterotopias na sociedade, há também que mencionarmos o surgimento de outras heterotopias que se formam dentro deste mesmo espaço permeado por marginalidades e interdições. Dito de outra forma, além das sexualidades, os territórios ocupados/vividos por nossas participantes deixam transparecer importantes relações de poder, disputas e marginalidades entre elas, atribuindo-lhes maior valor, estigmas, privilégios e exclusões.

Para Milton Santos (2000), estes lugares de constantes paradoxos se apresentam tanto como espaços excluídos da sociedade quanto locais de criação de novas formas de sobrevivência humana. Nas palavras do autor:

[...] são formas singulares de totalidade mundo e o local dos pobres, dos excluídos e dos marginalizados, a grande força produtora da contra-ordem, em oposição aos vetores da globalização. [...]. Estes lugares têm, de certo modo, um papel de relevante importância ao propiciarem um espaço vivido que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro (SANTOS, 2000, p. 14).

Exemplos disso são as mulheres que atuam na chamada prostituição de rua, também conhecida de *trottoir*, as quais passam a enfrentar ainda mais preconceitos se comparadas às mulheres ligadas à prostituição em casas e bares do município. Mais do que um contraespaço, uma heterotopia estabelecida dentro de um espaço heterotópico – que é a prostituição, propriamente dita –, as relações de sexo por dinheiro que acontecem em ruas, asfaltos, pontos, esquinas e calçadas se transformam em outras heterotopias, em contraespaços dentro de outro grande espaço permeado por invisibilidades e marginalidades. Estes aspectos foram observados tanto nas cartografias dos locais que visitamos ao longo desta pesquisa, quanto nas passagens de falas de algumas de nossas entrevistadas: “Rua, não! Ficar em esquina eu acho o ‘ó’! Isso aí é fim de linha, fim de carreira! Mulher prostituta de esquina você pode matar e jogar fora! Eu tenho que dar valor no que eu tenho!” (SAFIRA, 49 anos. Entrevista realizada em 22 de agosto de 2014).

Em paralelo a esta narrativa, outra participante expressou a sua concepção sobre a prostituição de rua, afirmando que:

Eu acho muito errado mulheres que fazem pontos em esquinas, postos. Porque eu nunca trabalhei assim, eu sempre procurei trabalhar em casas. Eu acho errado, assim como em muitas casas que eu conheci: rola droga, menor, pedófilo. Não tem segurança, porque prostituição de rua não tem segurança! Aqui, eu tenho uma segurança! Porque aqui dentro de casa, a dona é responsável pelo que acontece comigo. Se um cara vem me agredir, eu tenho uma testemunha. Inclusive, na parte de saúde: eu conheci uma menina da minha cidade que tem 28 anos, está com AIDS, onde ela pegou? Em ponto! Na esquina, você é mais vulnerável! (RUBI, 34 anos. Entrevista realizada em 21 de junho de 2014).

As heterotopias se associam àquilo que sobra e que é expulso dos demais espaços sociais. Assim, em ambos os trechos de fala de nossas entrevistadas, podemos perceber compartimentalizações e hierarquizações das sexualidades, separando-as em duas categorias opostas: de um lado, as sexualidades mais toleráveis – como aquelas executadas em casas de

prostituição do município – que, de certo modo, se aproximam das práticas sexuais domésticas, higienistas e heteronormativas compulsórias; e de outro, as sexualidades tidas como devassas, perigosas, ameaçadoras e desregradas – em especial as realizadas em ruas e bares – fatores que contribuem para a crença equivocada e preconceituosa de disseminação e proliferação de doenças e violências em geral – como também de propagação de males sociais, a partir do momento em que a exposição visual e corporal de mulheres que se prostituem se torna ainda mais evidente nas espacialidades das ruas da cidade.

No texto intitulado de *Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad*, Gayle Rubin (1989) vem problematizar sobre a estratificação sexual presente nas sociedades modernas, descrita por meio de uma pirâmide erótica, onde, na base dela, estariam as castas sexuais mais desprezadas socialmente, como transexuais, travestis, bissexuais e trabalhadoras do sexo. No entanto, a autora tece suas discussões de forma restrita às questões das sexualidades, cabendo a nós expandi-las para demais categorias que se apresentam enquanto importantes marcadores sociais de estigmas e de participação e/ou abjeção das pessoas na sociedade, aspectos também refletidos nos relatos das mulheres participantes desta pesquisa.

A primeira delas faz referência às questões das raças/cores. Moutinho (2004), em um estudo comparativo realizado na África do Sul e no Brasil, abordou as questões raciais presentes nos relacionamentos afetivos e as chamadas "zonas de sombra e silêncio" que as pesquisas acadêmicas brasileiras ainda se encontram ancoradas e que precisam, urgentemente, enfrentar nos dias atuais. Ademais, surge outro questionamento: “Por que em um país racista e desigual como o Brasil, damos tão pouca atenção à questão racial, seja em nossos trabalhos teóricos, seja em nossas práticas?” (AZERÊDO, 1994, p. 206). Tomando como ponto de partida as falas de ambas as autoras, nos interrogamos sobre a notória relação entre as categorias das raças/cores e das relações de gêneros e de poder na vida e nos territórios condizentes à prostituição feminina adulta.

Quando falamos em heterotopias da prostituição, estamos nos referindo aos contraespaços formados no âmbito das relações que envolvem o sexo em troca de dinheiro. Em nossa pesquisa, as ruas seriam uma importante forma de manifestação das heterotopias em outro espaço heterotópico, que é a prostituição. Das 10 (dez) mulheres que entrevistamos, apenas 02 (duas) atuavam na prostituição de rua da cidade. As demais participantes relataram não terem tido experiências específicas nesta prática, chegando, algumas delas, a apresentarem preconceitos e aversão a ela, conforme ficou evidenciado nos relatos de fala de

Safira (49) e Rubi (34). Neste contraespaço, também denominado de prostituição de rua ou *trottoir*, presenciamos, em larga escala, a presença e a circulação explícita de travestis, usuárias de drogas tidas como ilícitas e um número acentuado de pessoas negras, dentre elas, Ametista (33) e Cristal (29).

São nestes espaços heterotópicos das ruas que a prostituição passa a ser percebida como mais marginal ainda e permeada por maiores preconceitos e vulnerabilidades. Nestes espaços absolutamente outros, como bem definiu Foucault (2013b), encontramos mulheres que fogem das chamadas normativas de gêneros e raças/cores, bem como de padrões de comportamentos e de sexualidades esperados pela sociedade higienista, moralista e asséptica. Tais aspectos visam atribuir a estas mulheres um caráter “inhumano”, que Butler (2006) entendeu como sendo àquelas pessoas que correm o maior risco de serem tratadas como menos humanas ou àquelas vidas que passam a não valerem a pena para grande parte da sociedade normatizadora. Logo, ratificamos a ideia de que, nos espaços heterotópicos das ruas, a prostituição e a possibilidade de se humanizar tornam-se ainda mais precárias e carregadas de estigmas, dificultando o acesso à cidadania e a conquista de direitos para muitas mulheres.

Tendo em vista que as heterotopias “[...] têm como regra do jogo justapor em um lugar real vários espaços que, normalmente, seriam ou deveriam ser incompatíveis” (FOUCAULT, 2013b, p. 24) que podemos, precisamente, pensar a prostituição em termos de espaços de alteridades, conforme já havíamos abordado em um estudo que versa sobre a prostituição feminina adulta em um município do interior do oeste paulista (SILVA, *et al*, 2015a/b). Além das ruas, as casas e os bares se apresentam como importantes espaços heterotópicos na prostituição local. Ainda que a prostituição em ruas sejam as heterotopias por excelência no município pesquisado, cabe salientarmos as condições específicas que demarcam estes outros espaços destinados às relações de sexo por dinheiro. As casas aparentam serem lugares de maior controle externo e de *status* para as mulheres, uma vez que visam “oferecer segurança” (pessoas responsáveis por prestar este serviço) e certo grau de resguardo das “identidades” das garotas. A entrada e a saída das pessoas nestes locais também são mais restritas e o público frequentador é mais seletivo – geralmente, homens casados e de classe social mais elevada e que evitam exposição pessoal pela cidade.

Ademais, elas se exibem de maneira espalhada por todo o município, abrangendo desde a área central até os bairros mais distantes. Denotam aparências mais enrustidas, não evidenciando serem lugares voltados à prostituição. Muros elevados, grades altas e pouca

circulação de pessoas em seus arredores estão entre as suas principais características. Já os bares demonstram aspectos mais insalubres, estando concentrados especialmente no final do perímetro urbano, em uma das rodovias que liga o município ao seu distrito e na rua paralela à principal avenida, onde acontece a prostituição *trottoir* ou de rua. Ao contrário das casas, os bares concentram maior número de homens e movimentação externa de pessoas, aparentando ser não somente um espaço de lazer e distração do público masculino, como também de outras negociações, que vão desde a simples conversa até a busca por sexo pago. Todos estes aspectos nos remetem a pensar na ideia de movimento de homens (clientes) e de mulheres na prostituição local.

Além das heterotopias, constatamos a presença de múltiplas territorialidades na prostituição. Se, para Raffestin (1993), o espaço antecede ao território, tornando-se uma das condições para o seu estabelecimento, podemos então concluir que nestas heterotopias voltadas às relações de sexo por dinheiro são construídas, também, (diferentes) territorialidades. Nos dados revelados pelas cartografias e falas das mulheres entrevistadas, percebemos múltiplas relações de poder que atravessavam as diferentes espacialidades da prostituição no município, denotando analogias entre espaço e poder, que Silva (2007) denominou de “produção do espaço interdito” – entendido como espaço contraditório e invisível socialmente. Logo, as mulheres que se afastam da ideia de feminilidade hegemônica, mesmo dentro da prostituição – lugares que, apesar de romperem com algumas estruturas identitárias da feminilidade, ainda continuam a manter certas formas de hierarquização em suas práticas – passam a serem enquadradas em um plano ainda maior de não visibilidades e de abjeções.

Ao questionar sobre as chamadas identidades de gênero, Louro (2003) adverte que não podemos discutir sobre os diferentes territórios da prostituição a partir de uma identidade territorial estabelecida de antemão e fechada a novas demandas e a constantes problematizações. Para a autora, debater sobre estas estruturas, implica, antes de tudo, na abordagem crítica dos diferentes marcadores de gêneros, classes e raças/cores e, acrescentamos ainda, o lugar de onde nos falamos estas multiplicidades de vozes femininas, tal como afirmou Ornat (2009):

Ao levarmos em consideração o aspecto da intertextualidade, evidenciamos tanto a construção de diferentes significados sobre um mesmo objeto como de seus contrastes e assimilações, admitindo a existência de forças que atuam na produção simbólica do espaço. A concepção de cidade como um texto, produzida por intertextualidades, é uma possibilidade de dar visibilidade a textos que não são hegemônicos e à sua correspondente dimensão espacial. Os textos coexistem, se

interceptam, se conectam, se sobrepõem ou se justapõem uns aos outros, formando tramas escalares. Convém salientar que o texto é composto/compõe o território da prostituição travesti é um texto à margem do poder hegemônico, mas, paradoxalmente, em relação àqueles que mantêm a hegemonia (ORNAT, 2009, p. 196).

Ao ressaltar a concepção de cidade a partir da ideia de intertextualidade, o autor nos alerta para a necessidade de promovermos novos/as olhares/leituras que contemplem as diferentes espacialidades, desde aquelas tidas como hegemônicas até os chamados contraespaços de não visibilidades na sociedade e na prostituição. Embora estes espaços se conectem e se cruzem, produzindo pertencimentos sociais, grupais e políticos, eles também produzem marcas de reconhecimento e de exclusão destas mulheres na sociedade e nos diferentes movimentos que compõem os territórios locais da prostituição, refletindo, assim, múltiplas territorialidades dentro de um mesmo território, além de um possível reconhecimento e representação política feminina.

Assim como fez Gayle Rubin (1989), ao descrever sobre as hierarquizações das sexualidades consideradas hegemônicas e dissidentes em formato de pirâmide erótica, onde, no topo dela, estariam pessoas em situações condizentes pela sociedade heteronormativa – casados, heterossexuais, monogâmicos e com filhos – e, na base dela, aquelas que escapavam destas normas estabelecidas – como travestis, trabalhadoras do sexo e bissexuais – na prostituição, este sistema de hierarquias também se apresenta muito evidente. Ser branca, heterossexual, não denotar “desvios de comportamentos” (usos de drogas, possíveis transtornos mentais ou neurológicos, etc.), ter aparência física mais marcante e esteticamente bela para ser desejada pelos homens e atuar em espaços de menores estigmas – como, por exemplo, as casas – conferem maior *status* para estas mulheres ou, melhor dizendo, menor carga semântica negativa na prostituição.

Ser “a rainha dos detentos, das loucas, dos lazarentos, dos moleques do internato”, e ainda, “seu corpo ser dos errantes, dos cegos, dos retirantes e de quem não tem mais nada” (BUARQUE, 1979), as tornam ainda mais envolvidas por marcas de poder no âmbito local da prostituição. Podemos dizer que as nossas participantes são a figura expressiva de Geni, o retrato fidedigno da mulher silenciada, descartada e alvo de insultos na sociedade. Percebida socialmente como uma mulher de vida fácil e promíscua, ela é utilizada metaforicamente por Chico Buarque como importante crítica ao regime de ditadura militar no Brasil e como denúncia ao modelo de sociedade que destina ao apedrejamento moral as pessoas que não se enquadram em determinadas normas sociais moralistas/higienistas, conforme podemos perceber nas frases que compõem o seu refrão: “Joga pedra na Geni! Joga bosta na Geni! Ela

é feita pra apanhar! Ela é boa de cuspir! Ela dá pra qualquer um! Maldita Geni!” (BUARQUE, 1979).

Estes aspectos mostram-se visíveis nas histórias de Ametista (33), Esmeralda (30) e Cristal (29). Três mulheres negras, enfrentando, nesta sequência, situações de dependência do *crack*, do alcoolismo e visíveis problemas neurológicos. Duas dessas histórias foram vividas na prostituição de rua e uma, em bares da cidade. Para Ametista, a prostituição estava associada à manutenção do vício da droga e a rua, o lugar que mais lhe trazia infelicidades. Para Esmeralda, a prostituição se apresentava de maneira flutuante, isto é, não dependia dela para obter o sustento financeiro, apenas a utilizava como forma de revidar as agressões verbais e físicas que recebia da mãe durante a infância, fatores também evidenciados em Pérola Negra (25). Por fim, surgem as histórias de Cristal, que parecia se divertir na prostituição. Segundo ela, se fosse para sair com homens para depois ficar difamada, seria melhor que a mulher saísse difamada e bem paga.

Outro ponto que merece destaque em nossas análises diz respeito à passagem de fala de Jade (24), quando se denominava “garota de programa”, momento em que realizava apenas programas nos arredores de seu bairro, tendo como finalidade restrita o dinheiro para o consumo da droga. Quando começou a trabalhar em uma das boates, também conhecida como a casa de maior *status* de prostituição da cidade, Jade buscou sair do plano do anonimato na prostituição, mudando, também, suas finalidades financeiras, e passando, a partir deste momento, a assumir outra denominação no trabalho da noite, a de “prostituta”. Entendemos que entre as variações das denominações “garota de programa” e “prostituta”, proferidas por Jade, também perpassam diferentes movimentos e espacialidades/territorialidades na prostituição e suas consequentes compartimentalizações e hierarquizações, conforme ela mesma salientou:

Quando eu era garota de programa, eu ia lá fazer o meu programa e acabou. Como prostituta, não. Descobri toda uma coisa, que para eu ser uma prostituta, eu teria que ser diferente, não poderia chegar de qualquer jeito para o cliente, tinha que me arrumar, colocar roupas mais chamativas, né! Fazer meu cabelo, me arrumar mais. Mas, isso acontece mais com quem trabalha em boate, porque quando eu ia na casa dos clientes, ia de rasteirinha e, lá na boate, tenho que ir diferente, porque é cobrado isso. O próprio dono cobra de você: ‘Olha, você tem que vir mais arrumada!’ Porque eles sabem que se a mulher for mais arrumada, vai dar mais lucro pra eles! (JADE, 24 anos. Entrevista realizada em 23 de setembro de 2014).

Em linhas gerais, podemos afirmar que os territórios locais da prostituição são constituídos por múltiplas territorialidades, denotando importantes analogias de

pertencimento social, ou seja, lugares onde “[...] elas observam, apreendem e produzem táticas e técnicas corporais, criam maneiras de se vestir, se maquiar” (ORNAT, 2009, p. 206), remetendo à construção de diferentes processos de subjetivação das participantes desta pesquisa. Estas múltiplas territorialidades se mostram flutuantes e instáveis, possibilitando à passagem/transição de um território ao outro, com as práticas psicossociais e os movimentos delas decorrentes. Assim, participar das relações que envolvem o sexo pago em lugares um pouco mais requintados, implica, como expressou Jade e tantas outras mulheres que entrevistamos, em mudanças de comportamentos – como o uso de diferentes vestimentas, maquiagens e perfumes – que denotam formas de poder e hierarquias na prostituição, além de certa mercantilização do corpo e da vida.

São formas de pertencimento a um grupo social e, conseqüentemente, de (re)produção de comportamentos e práticas definidas pelo próprio grupo, ou ainda, de agenciadores deste coletivo. Nestes múltiplos territórios da prostituição, representados por bares, casas e ruas, nos deparamos com diferentes histórias de vida, não demarcando um modelo identitário de feminilidade, mas sim, pontos de divergências e convergências, heterogeneidades e pluralidades, que nos possibilitam pensar em diferentes modos de vidas na prostituição. Estes espaços heterotópicos acabam por excluir, mas também acolher estas mulheres, possibilitando a construção de redes de sociabilidade em um contexto permeado por não visibilidades. Em nossa pesquisa, estes espaços heterotópicos, segundo bem definiu Foucault (2013b), se apresentam em meio a ambigüidades e a movimentos paradoxais – unindo e excluindo estas histórias e vozes de contextos sociais mais amplos – conforme veremos a seguir.

#### *4.4 – “Isso Daqui é uma Verdadeira Experiência de Vida”: ambigüidades, (in)visibilidades e sociabilidades na prostituição*

*Não sei se tenho o valor que mereço,  
Mas ‘pra deita’ comigo tem um preço.  
Pela minha mãe, pelo meu filho, tenho muito apreço,  
Foi no prostíbulo que achei meu endereço.*

*(Prostituta/Nega Gizza)*

A prostituição, enquanto heterotopia, se caracteriza não somente como um contraespaço, que procura excluir e marginalizar as pessoas, mas também representa um local de construção de vidas e de produção de diferentes subjetividades – individual e coletiva – das mulheres participantes desta pesquisa. Por isso, estas heterotopias se apresentam de maneira paradoxal, uma vez que são nestes espaços heterotópicos que muitas mulheres são silenciadas e invisibilizadas na sociedade e na própria prostituição – conforme assinalamos anteriormente – assim como demonstra ser o lugar onde elas constroem relações muito significativas de resistências, cumplicidades, amizades, acolhidas e trocas de experiências.

Estes espaços heterotópicos demarcam diferentes movimentos/trânsitos de mulheres no âmbito local da prostituição, segundo evidenciam os dados que compõem as cartografias territoriais e existenciais desta pesquisa. Podemos dizer que, concomitantemente, a prostituição se apresenta em meio a ambiguidades, um contexto paradoxal, que demarca muito mais que relações de sexo em troca de dinheiro. Passa a se constituir um *locus* de relações de efemeridade e de movimentos mais intensos de afeto e de construção/perpetuação de estigmas, segundo argumentou Russo (2006, p. 145):

A prostituição aproxima/distancia as pessoas, o que pode fazer surgir várias formas de afetividade (amor, ódio, repulsa, amizade, etc), demonstrando o quanto o ser humano é sempre um criador de novas situações, como ele, na vida real, dá os mais variados significados a relações que parecem esgotar nelas mesmas.

Tomando como base as informações discutidas pela autora, nos propomos a problematizar duas questões opostas e que nos parecem bastante evidentes e complementares em nossa pesquisa: a primeira delas refere-se à prostituição enquanto uma grande heterotopia, um contraespaço destinado ao silenciamento e à invisibilidade de muitas mulheres, que, na luta diária contra as relações de poder, acaba por tornarem possíveis ações de contrapoderes – as resistências; a segunda faz referência à construção de diferentes territorialidades, associadas ao sentimento de pertencimento e vivência em comum, um tipo de sociabilidade muito específica. A partir disso, buscaremos discorrer sobre estas ambiguidades presentes na prostituição, principalmente em nosso campo de investigação, tendo como ponto de partida estes dois importantes pontos: o lugar de (in)visibilidade de abjeção e o local de sociabilidades.

Em sua obra, *Pode o Subalterno falar?*, Spivak (2010) tece profundas críticas à produção intelectual ocidental, que tem determinado um discurso de obliteração das pessoas na sociedade a partir de uma normativa voltada, unicamente, aos interesses econômicos dos

países de primeiro mundo. Para ela, a mulher encontra-se duplamente invisível e sem voz, vivendo em um plano de obscuridade em uma sociedade de cunho patriarcal e volvida aos interesses de produção do capital. O termo subalterno, segundo ela: “[...] descreve as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 12).

Este sujeito subalterno, descrito por Spivak, pode-se sobrepor a tantos outros marcadores de poder que, associados às questões de gêneros, passam a contribuir significativamente para a condição de invisibilidade feminina nos discursos acadêmicos, em especial àqueles produzidos pela Psicologia, e na posição ocupada por muitas mulheres em situações de dissidências na sociedade. Em nossa pesquisa, acrescentamos as raças/cores, as classes sociais, o lugar de onde nos falamos estas vozes e, principalmente o fato de estarem em um movimento de ruptura em relação ao modelo identitário feminino tido como ideal para todas as mulheres – o casamento monogâmico e voltado à procriação. Logo, esta condição de subalternidade feminina, salientada pela autora, passa a ser ainda mais acentuada na vida de mulheres que se prostituem, segundo descreveu uma de nossas entrevistadas:

Vêm pessoas estudadas aqui também, mas deles eu já não sei muita coisa, porque eu não pergunto para eles. Eu me sinto mal em perguntar as coisas para eles. Só fico e não tenho conversa com esses clientes: gostam só de beber, brincar e ir para o quarto (PÉROLA NEGRA, 25 anos. Entrevista realizada em 20 de outubro de 2014).

Assim como afirmou Spivak (2010), ao questionar sobre a possibilidade de a mulher subalterna falar, defendemos a ideia de que, se esta mulher – subalterna – falar, deixará de ser subalterna, uma vez que poderá participar da ordem do discurso e ser reconhecida enquanto sujeito de direitos. É importante lembrar que, no caso de Pérola Negra, surgem outras questões importantes para o seu silenciamento frente aos chamados “clientes estudados”, como: a sua raça/cor negra, a sua condição de “mulher substituta” – termo adotado por ela na prostituição – e o lugar onde desenvolve suas atividades – um dos bares do município com aspecto insalubre e sem muito *status* se comparado aos demais territórios locais da prostituição.

Todos estes aspectos nos fazem pensar nas palavras de Ribeiro (2004), que, respaldando suas análises nos dados estatísticos do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada –, vem destacar que é muito maior o número de mulheres negras desempregadas ou subempregadas em todo o país, se comparada à população masculina e branca. Para esta

autora, o racismo e a sua articulação com o sexismo produzem diversos efeitos sobre grande parte do ocultamento de mulheres negras e pobres em importantes espaços da sociedade e nas práticas discursivas, conforme também atestamos em nossa pesquisa de mestrado, desenvolvida com mulheres catadoras no interior do oeste paulista, no ano de 2011, cujos aspectos se potencializam e ganham forma ainda mais visível na *poiésis* de Elza Soares, em *A Carne* (2002), quando melodicamente canta que: “A carne mais barata do mercado é a carne negra”.

Outra situação de silenciamento frente aos clientes foi descrita por Jade, mulher parda, “prostituta” e lésbica: “Na verdade, até parece que são homens que trabalham em escritório, porque eles têm uma pele! Eu não pergunto, porque eu acho que estes tipos de curiosidades sobre uma pessoa, sobre um cliente, poderiam revoltar eles” (JADE, 24 anos. Entrevista realizada em 23 de setembro de 2014). Nossa participante relatou que para conseguir um melhor rendimento na prostituição, as mulheres não deveriam questionar seus clientes, fazendo-lhes perguntas, ou ainda, tentar obter maiores informações de sua vida pessoal. Ao contrário, as mulheres, quando em movimento de programas, deveriam ser carinhosas e evitarem falar o máximo possível com os homens, o que, segundo ela, traria maior segurança e resguardo dos anonimatos de suas identidades. Tal fato também ficou muito evidente nos relatos de 08 (oito) das 10 (dez) participantes desta pesquisa.

Este silenciamento, pronunciado por Spivak (2010), quando diz: *Pode o subalterno falar?*, associa-se às narrativas de histórias de vida de nossas participantes, levando-nos a refletir sobre os fatores que potencializam a invisibilidade (da abjeção) de mulheres que se prostituem em pequenos centros urbanos e/ou em contextos interioranos nos discursos acadêmicos, produzidos por grande parte da ciência em geral e também pela própria Psicologia. Ser mulher, pobre, negra e atuante na prostituição são fatores importantes e que acarretam ainda mais estigmas à vida dessas mulheres, colaborando para situações de silenciamentos e falta de direito a ter direitos para muitas delas. Nas palavras de Peres (2004), estes constantes embates com as relações de poder fazem com que essas mulheres passem por múltiplas opressões, que vão desde a desigualdade de oportunidades até a negação de muitos de seus direitos enquanto humanas.

No entanto, afirma-nos Foucault, em *A Vida dos Homens Infames*, que: “Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder” (FOUCAULT, 2006, p. 207-

208). A partir disso, podemos afirmar que são nestes constantes choques com o poder que nossas entrevistadas produzem outras relações consigo mesmas e com seus clientes, caminhando por novas veredas e produzindo existências baseadas em tantas outras formas de resistências. Segundo a ótica foucaultiana, o poder não apenas limita e suprime, como também possibilita o estabelecimento de um contrapoder, que buscará questionar a supremacia deste poder tido como absoluto e soberano na sociedade. Em outras palavras, uma pessoa sempre será passível de resistências.

Mas, afinal, como a ação das resistências se apresenta na vida das participantes desta pesquisa? Trata-se de um dos aspectos de maior relevância que buscamos debater ao longo desta tese, uma vez que traz visibilidade a quem, até então, era tida, restritamente, como vítima de tantos preconceitos e explicações equivocadas em uma sociedade patriarcal e com traços ainda muito fortes de misoginias. Com base nestas informações, podemos dizer que as mulheres com as quais dialogamos mostram-se também passíveis de resistências em suas relações vividas/construídas no âmbito da prostituição, ao determinarem, dentre outras particularidades, quais clientes atenderão durante os programas. Esses aspectos foram, unanimemente, relatados por nossas entrevistadas, conforme podemos observar nas falas de Rubi e Esmeralda:

Eu conheço meninas que elas atendem, não é discriminando, qualquer tipo de homem que chega ao salão. Eu, nessa parte, não consigo, eu seleciono. O bom cliente, para qualquer menina, é aquele que [...] o limpinho, não é discriminando, porque nesses lugares chega gente de toda maneira que você imaginar! Eu já vi meninas pegarem homens e irem para o quarto, homens naquela situação, sabe? Eu não consigo! O cliente, para mim, tem que ser como o marido que você tem dentro de casa, vamos colocar assim para você entender: cheirosinho. Aqui, a gente usa do útil ao agradável! (RUBI, 34 anos. Entrevista realizada em 21 de junho de 2014).

Mas, aqueles que já chegam e quer ir direto para o quarto, aí já não dá! Tem uns que chegam sem tomar banho. Como é que você vai ficar com a pessoa sem tomar banho? Recuso aqueles que não tomam banho, que vem com cheiro mal ou muito bêbado, porque tem uns que já vêm muito bêbados de lá para cá. Esses daí, a gente recusa! (ESMERALDA, 30 anos. Entrevista realizada em 18 de setembro de 2014).

Apresentar boas condições de higiene – os chamados “limpinhos”, segundo descreveram nossas participantes – e não estar alcoolizado e/ou sob o efeito de outras drogas são duas das principais condições estabelecidas pelas mulheres em seus contatos com os clientes no âmbito local da prostituição. Outro ponto importante diz respeito às práticas que acontecerão durante os programas: somente “o normal” – linguagem utilizada por elas para se referirem ao sexo tradicional, com utilização de preservativos e sem a presença do beijo e do

sexo anal – comportamentos que se aproximam das práticas sexuais domésticas e heteronormativas compulsórias, assinaladas por Foucault (1988b) e Butler (2013), e evidenciada no discurso de Rubi, que associa as práticas sexuais dos programas àquelas de cunho mais privado e vinculado ao casamento.

Estes aspectos formam uma espécie de contrato verbal a ser estabelecido entre as garotas e os clientes já em suas primeiras conversas, sejam elas na mesa de bar ou no contato informal das ruas, segundo destacaram duas de nossas participantes: “A gente já entra e diz claro que é só aquilo e pronto!” (ESMERALDA, 30 anos. Entrevista realizada em 18 de setembro de 2014). “É só o sexo e só! Não chego nem a passar a noite com o cara. O programa dura uma hora, no máximo. E quando eu me estresso, eu já largo o cara e venho embora. Eu saio só final de semana, quando a madrinha da nené vem pegar ela. Saio só no sábado” (CRISTAL, 29 anos. Entrevista realizada em 08 de outubro de 2014).

Além disso, o medo das violências, seja de ordem física, verbal ou moral, é um importante fator que determinará quais clientes – mais precisamente, qual perfil de cliente – cada uma delas atenderá, haja vista que são nestes espaços heterotópicos da prostituição – bares, casas e ruas – que diferentes formas de violências, sobretudo quando relacionadas e potencializadas às/pelas questões de gêneros, encontram maior força de expressão e de intensidade, segundo atestam as pesquisas desenvolvidas por Peres (2004), Burbulhan *et al.* (2012) e Silva (2013). A partir disso, nossas participantes estabelecem, como modos de segurança e meios de resguardo de suas integridades física e moral, certas condições – além daquelas relacionadas à limpeza e ao cuidado com o corpo – para que os programas aconteçam ou venham a não acontecer:

Não atendo clientes ignorantes, que aqui têm muito! Que gostam de se achar o gostoso e não são! Aqueles que chegam aqui e batem no balcão, dizendo: ‘tem mulher bonita aí?’ Esses eu não atendo! Aqueles que falam que o programa está caro, esses eu também não atendo de jeito nenhum (PÉROLA NEGRA, 25 anos. Entrevista realizada em 20 de outubro de 2014).

Quando Gayle Rubin (1989) traçou, em formato de pirâmide erótica, análises das sexualidades na sociedade moderna a partir do *sistema sexo-gênero*, levou em consideração apenas os lugares de privilégio e de abjeção que muitas pessoas ocupavam quando se aproximavam das práticas heteronormativas compulsórias ou dissidentes das sexualidades na estrutura capitalista. Este fato merece atenção especial em nossa pesquisa, uma vez que tal pirâmide erótica também é constantemente construída e, de maneira inversa, por nossas participantes, sobretudo no momento de escolha dos clientes a serem atendidos por elas

durante os programas. “Estar limpinho”, apresentando boas condições de saúde e de higiene, não evidenciar traços de alcoolismo e/ou de outras drogas e não denotar comportamentos de cunho machista deixam evidenciar quais pessoas serão ou não recebidas para os programas.

Ademais, nossas participantes evidenciam outros sinais de autonomia na prostituição, quando optam pelos horários de atendimentos dos programas – compatíveis, principalmente com o momento de maternidade, onde a mãe/santa e a prostituta/puta se cruzam e passam a habitar o mesmo corpo –, como no caso de Cristal (29), que procurava sair apenas nos finais de semana, por conta da filha caçula; na escolha dos clientes que ofereciam segurança pessoal; no grau de intimidade e confiabilidade estabelecido com certos homens e, por fim, na preferência de idade – para algumas, os mais velhos, que ofereciam a segurança de que “você vai e volta”, assim expresso por Jade (24) e Esmeralda (30), enquanto que, para outras, os mais novos despertavam maior interesse pelos programas, segundo relatou Ágata (42). Percebemos aí, uma oposição de idades: as mulheres mais jovens preferiam clientes mais velhos, enquanto que as mais velhas optavam por homens mais novos.

O fator geracional chamou bastante a atenção durante esta pesquisa. Das 10 (dez) mulheres que entrevistamos, 03(três) apresentavam idades entre 20 e 29 anos, 03 (três) entre 30 e 39 anos, 03 (três) acima de 40 anos e apenas 01 (uma) uma participante, que poderíamos denominar de mais jovem, de 18 anos. Este fato nos alerta para um modo muito particular de prostituição no município, com o predomínio de mulheres mais maduras ou a diversificação de idades para este tipo de atividade que, historicamente, foi relacionada, em maior grau, às mulheres mais jovens. Podemos dizer que a escolha dos clientes a serem atendidos por cada uma dessas mulheres também se mostra associada à questão geracional e às suas conseqüentes fantasias, as quais demarcam comportamentos de resistências delas à ideia equivocada de que os relacionamentos – sejam eles afetivos e/ou sexuais – teriam que acontecer somente entre homens mais velhos e mulheres mais novas e/ou de idades equivalentes.

Todas estas escolhas e estes comportamentos nos remetem a pensar na ação de um contrapoder feminino no âmbito local da prostituição. Em outras palavras, nossas participantes afirmam, mediante o estabelecimento de regras que irão nortear o perfil dos clientes a serem atendidos, bem como das práticas a serem realizadas por elas durante os programas, que seus corpos têm valor e que este valor deverá ser respeitado. Este valor não está associado somente ao poder de compra, isto é, ao corpo enquanto cardápio a ser ofertado na prostituição, mas encontra-se relacionado à oportunidade de vir a negar a quem/àquilo que vai de encontro às crenças e concepções de vida delas. Nas palavras de Burbulhan *et al.*

(2012, p. 675), são estas mulheres que dão a palavra final ao cliente, mostrando que: “Nem tudo está a venda, mesmo em se tratando de prostituição” .

Este fato ganhou potência tanto nos relatos das mulheres entrevistadas e, que tentamos traduzir em palavras durante a escrita desta tese, quanto nos momentos de cartografias dos pontos de prostituição no município, em que, muitas delas, ao se depararem com homens em situação de embriaguez, passavam a rejeitar os programas e a responder ofensivamente às palavras que lhes eram dirigidas com conotações exclusivamente pejorativas e sexuais. Algumas, ainda, chegaram a expulsar clientes dos bares em que também nós estávamos e “fomos cantadas” por alguns desses homens, deixando transparecer comportamentos de empatia com a pesquisadora e a ação coletiva feminina em busca de proteção e de resistência. Nas palavras de Pasini (2005), estas mulheres, mesmo estando na prostituição e envolvidas por tantos preconceitos, são dotadas de vontades e de poder de escolhas. Todos estes aspectos fazem referência ao segundo ponto que será problematizado neste subcapítulo – a formação de redes de sociabilidades na prostituição.

De acordo com Russo (2006), a prostituição não está associada apenas à troca dos corpos e/ou de atos sexuais por questões econômicas e monetárias. Ao contrário, ela também possibilita o estabelecimento de um tipo de afetividade e a construção de uma sociabilidade muito específica, que se forma em suas diferentes territorialidades. Nestes espaços heterotópicos, a efemeridade da relação sexual comercial poderá dar lugar à construção de vínculos e sentimentos mais intensos e duradouros e que extrapolam os limites morais e a própria ideia de prostituição enquanto algo que aprisiona as mulheres, para pensá-la, também, como *lócus* de construção de vidas – individuais e coletivas – e que potencializam novas formas de enfrentamento do poder e de sua conseqüente superação, evidenciando aquilo que Foucault denominou de estilísticas de existência:

Na prostituição, *eus* se aproximam e muitas vezes formam *nós*. As relações engendradas em seu campo, embora estejam ligadas à efemeridade e à vivência de um instante específico, aproxima as pessoas, cria laços e faz possível experimentar situações em que a afetividade está pautada na sua presença. O desejo do e pelo outro é garantido pelo elemento monetário e, através dele, as relações se sustentam (RUSSO, 2006, p. 145).

Podemos dizer que nos espaços heterotópicos da prostituição acontecem, além da tríade envolvendo corpo, sexo e dinheiro, relações muito específicas de sociabilidade, em que o *eu* passa a ser percebido como um *nós*, mediante analogias de reciprocidades, cumplicidades e trocas afetivas, segundo também destacou Rodrigues (2009, p. 05), ao afirmar que: “além de

espaço de trabalho, são lugares onde muitas mulheres moram, se alimentam, estabelecem vínculos de amizade e moradia. Também é o lugar onde conversam sobre suas histórias, seus planos”. Estes espaços, tidos como marginais e imorais, se apresentam como importante *lócus* de construção das subjetividades e das diferentes histórias de vidas das participantes desta pesquisa, conforme destacou uma de nossas entrevistadas:

Eu não sei te explicar o que me mantém aqui. Por mais que eu queira sair, eu não consigo! Não é por ninguém, sou eu mesma, porque vira e mexe, eu sempre venho aqui. Ninguém me fala assim: ‘vamos lá!’. Sei lá, eu tento sair e não consigo. Não sei se é porque eu me distraio aqui, converso bastante com as meninas, a gente ri e se distrai bastante aqui. Tanto é que eu saio do serviço, tomo banho e venho para cá. Todos os dias eu venho para cá (ÁGATA, 42 anos. Entrevista realizada em 15 de outubro de 2014).

Durante diferentes momentos da entrevista, Ágata nos contou sobre suas histórias vividas na prostituição enquanto “um vício do qual não conseguia se libertar”. Esse vício refere-se às relações que ela havia construído neste espaço durante oito anos de sua vida. Dizia, abertamente, não sentir prazeres, mas sim divertir-se com a companhia de suas colegas de bar. Mais do que um trabalho tido histórica e socialmente como marginal e imoral, este espaço significava importante lugar de construção de sentimentos e afetos com outras mulheres, um local de risos e não somente de dores, onde o apoio, o companheirismo, as trocas de experiências, as ajudas mútuas e até mesmo os momentos isolados de alegria passavam a fazer parte real de seu cotidiano. Estes aspectos mostram-se refletidos nas discussões realizadas por Andrade (2015) e potencializados na passagem de fala de Pérola Negra:

Só tristeza, nojo! Eu me sinto suja toda vez que um homem dá em cima de mim! Toda vez que eu vou tomar banho, eu choro bastante. Porque não era isso que eu queria para mim! Mas, fazer o quê? A vida me trouxe para isso! (*silenciou*). Alegria, só as minhas amigas! A relação com as meninas e com a dona do bar é muito boa, maravilhosa! Tudo o que eu preciso, se eu não tenho dinheiro, elas me ajudam. Somos cinco mulheres aqui. Nunca teve briga por aqui! A gente sabe dividir bem as coisas! (PÉROLA NEGRA, 25 anos. Entrevista realizada em 20 de outubro de 2014).

O espaço do bar atua como importante território por onde são estabelecidas e perpetuadas formas muito específicas de sociabilidades, uma das características mais marcantes da chamada sociedade moderna, segundo bem definiu Maffessoli (2004). Este fato também nos remete a pensar na ideia de Comunidade, defendida por Bauman (2003), que associa esta expressão às questões da territorialidade e do viver em comum, possibilitando o

sentimento de pertença e a ajuda recíproca entre as pessoas que passam a habitar e a dividir experiências muito semelhantes nestes múltiplos territórios. Em outras palavras: “[...] o lugar do bar, embora muitíssimo pouco estudado, apresenta-se como um dos raros espaços sociais onde indivíduos podem vivenciar e representar uma liberdade extrema, sob condições mentais mais diversas” (BARRAL, 2014, p. 605).

Em nossa pesquisa, o espaço do bar atuou como um meio de *catarse* para a maioria das participantes, conforme evidenciaram Ágata e Pérola Negra. Se, para muitas delas, a prostituição se apresentava como algo doloroso e difícil de ser vivenciado – “o triste destino que a vida lhes deu” – o contato com histórias de vida semelhantes e o estabelecimento de redes de afetos mais íntimos e duradouros passaram a amenizar estas dores e a fazer parte de uma relação não mais baseada na liquidez e na efemeridade do encontro sexual. Em suma, podemos dizer que estas relações vividas na prostituição possibilitam a formação de um território comunitário, um plano de força coletiva feminina em um contexto geopolítico fortemente marcado por estigmas e abjeções.

Esse espaço de apoio e de trocas mútuas, segundo salientaram Rodrigues (2009) e Andrade (2015), se manifesta na vida das participantes desta pesquisa sob duas formas distintas e complementares: na convivência diária e na partilha do mesmo local de trabalho e/ou moradia e no batalhar juntas contra os possíveis perigos que rondam o universo da prostituição. Nas palavras de Silva (2013, p. 06), os territórios da prostituição também: “[...] constituem uma rede de apoio, de cumplicidade e de segurança diante das vulnerabilidades”. Trata-se de um tipo de sociabilidade muito particular, segundo afirmou Russo (2006), do qual ratificamos esta ideia, sobretudo quando a associamos às vivências relatadas por Esmeralda:

Cafetão não tem, mas eu tenho uma amiga. É assim: eu por ela e ela por mim! Quando eu não estava boa e não podia fazer nada, ela fazia. Cafetina não, mas amigas. Na boate, na zona ou em qualquer lugar, se você entra, a dona vai enfiar algo em você: se, na cidade é um preço, na zona, é outro. Mas, ela não fala o preço para você: quando você for dar fé, você já está devendo muito e não tem como você sair. Tem que ficar presa até você pagar a dívida, porque quando você vai conseguir pagar a dívida? A gente ficava três, quatro meses num lugar, depois ia para outro. Teve uma vez que a gente ficou devendo e teve que fugir de lá. Fugimos: largamos roupa, largamos tudo lá! Eu sempre trabalhei em boate. Nunca trabalhei na rua, mas quando a gente saía na rua e encontrava alguém, a gente topava. Mas, nunca sozinha. Sempre em duas, uma dando cobertura para outra (ESMERALDA, 30 anos. Entrevista realizada em 18 de setembro de 2014).

Em seu relato, Esmeralda nos fala de sua trajetividade na prostituição – de boates a ruas da cidade – e as formas que utilizava para se proteger dos perigos e das violências que enfrentava em seu cotidiano de vulnerabilidades. “Estar sempre em duas, uma dando

cobertura para outra” também se mostrou evidente nos relatos das demais participantes desta pesquisa. “Estar junto” significa uma forma de proteção e enfrentamento coletivo, um ponto de segurança frente às diferentes formas de violências vividas no universo da prostituição. É na trajetividade e no movimento que estas mulheres são constituídas, com todos os seus consequentes desdobramentos subjetivos, segundo bem afirmaram Virilio (1993) e Justo (2004). O que une estas mulheres, além deste movimento em comum, são as histórias e os sentimentos construídos nestes múltiplos territórios, considerados equivocada e unicamente como “antros de perdição”.

Esses momentos – tidos como fugazes e transitórios, justamente por estarem associados à prostituição – abrem precedentes para pensarmos em outros caminhos e em outras relações de afetos e sentimentos mais duradouros. Nas palavras de Pasini (2000), a relação entre sexo e dinheiro não é necessariamente efêmera, não esgota em si mesma, mas pode vir a estabelecer outras formas de negociações estéticas, existenciais e políticas. Este fato mostrou-se refletido nas histórias vividas e relatadas por Safira (49), quando, nas décadas de 1980 e 1990, atuou na prostituição de fronteira, possibilitando-lhe fazer importantes contatos e vínculos de amizade e parcerias que perduram até os dias atuais, momento em que, mais precisamente, necessitou da ajuda de um mediador para retirar um de seus filhos das mãos de agiotas e traficantes no Estado do Rio de Janeiro:

Tinha dois apartamentos no Rio de Janeiro e uma casa aqui. Só que eu tive um problema com um filho do meu primeiro casamento. Tirei-o do tráfico que ele estava enterrado, mas de consumo. Dois apartamentos que eu tinha no Rio de Janeiro foram para pagar a dívida com traficante, na verdade, de agiota. Isso não faz muito tempo: tem três, quatro anos que eu perdi tudo, tudo. Voltei para cá com cem reais no bolso, mas eu o tirei de dentro da favela. Eu queria até denunciar o cara para a polícia, mas vi que a maioria dos policiais estava envolvida. Então, eu tinha uns amigos antigos e consegui negociar com o cara lá, porque ele era novo lá. Quem intermediou foi um amigo daquela época lá da prostituição. O tráfico de Corumbá com o Rio de Janeiro está interligado. Eu não esqueço, foi recente, quase acabou comigo. Achei que iria levar um tiro de A.R. Eu briguei muito, porque só tinha os dois apartamentos para negociar. (SAFIRA, 49 anos. Entrevista realizada em 22 de agosto de 2014).

Nas palavras de Safira (49), o território da prostituição se apresentou como importante local de experiências vividas em um grande intervalo de espaço e tempo. Mais do que um lugar de sociabilidade e de trocas mútuas, a prostituição exercida durante o auge de sua juventude, em um município de fronteira entre Brasil e Bolívia, atuou como mola propulsora para a retirada de um de seus filhos do tráfico de drogas no Estado de Rio de Janeiro. Os diferentes contatos com clientes daquela época de prostituição perduram e se mantiveram

ainda mais fortes em sua vida, ajudando-a a lidar com uma situação de difícil resolução afetiva, econômica, familiar e política – “salvar um de seus filhos, que estava enterrado no consumo e na dívida de drogas” – conforme ela mesma nos relatou em prantos.

As figuras de mãe/santa e prostituta/puta passam a habitar o mesmo corpo, isto é, a preocupação com os filhos torna-se uma das principais condições para a entrada e permanência de muitas de nossas entrevistadas no âmbito local da prostituição. Por falta de melhores condições sociais e de equidade de direitos, estas mulheres conseguem salvar vidas através da prostituição e de todo o entorno nela envolvido – desde alimentando e vestindo seus filhos, ainda pequenos, até o momento em que, como Safira (49), conseguiu fazer contatos valiosos com antigos amigos para retirar um de seus filhos, já adulto, do mundo das drogas. Tudo isso nos leva a pensar nas palavras de Butler (2013) sobre a redundância coloquial do ser mulher, apontando-nos para a ineficácia de se tentar definir ou delimitar o que seria uma mulher e, nesse caso, uma mulher que se prostitui: não são apenas prostitutas; são humanas e dotadas de diferentes sentimentos e movimentos, segundo nos advertiu Russo (2006, p. 224):

Pensamos as prostitutas como objetos, como indivíduos desprovidos de sensações. Seres humanos têm sentimentos. Às prostitutas é preciso perguntar. [...]. Elas não são pensadas como seres humanos, mas como prostitutas, a partir do imaginário popular, significa ser objetificada, perder a dimensão humana.

Parafraseando as palavras da autora, destacamos alguns momentos mais marcantes das entrevistas e das cartografias que realizamos ao longo desta tese. Trata-se de duas passagens de fala de Ágata (42), que, no início da entrevista, pôs-se a chorar, alegando: “Emoção. Eu nunca sentei assim e conversei com uma pessoa, ainda mais uma pessoa estranha e estudada chegar e perguntar da minha infância, mexeu comigo! Mas, mexeu bem. Estou emocionada!”. Ao final, suas últimas palavras, também emocionantes, foram as seguintes: “Hoje, eu, sendo uma estranha para você, te ajudo a ter um diploma, porque amanhã, talvez, um estranho poderá ajudar os meus filhos a terem também seus diplomas” (ÁGATA, 42 anos. Entrevista realizada em 15 de outubro de 2014).

O termo “participantes”, que adotamos ao longo desta pesquisa, visa romper com este lugar de quietude e de mudez destinado às mulheres que se prostituem, além de evidenciar a direta participação delas na construção desta tese. Mais do que narrar suas histórias, Ágata e as demais mulheres que entrevistamos, nos ajudaram diretamente na obtenção do título de Doutora em Psicologia. Suas vozes ressoam em cada parágrafo que redigimos e em cada

página que transcrevemos. De maneira convicta, afirmamos que esta pesquisa não é um resultado cíclico de um estudo de campo, tampouco uma escrita solitária entre uma pesquisadora e seu objeto de pesquisa, mas sim, um processo construído a onze mãos, um modo politicamente engajado de possibilitar a essas mulheres o direito de falarem em nome próprio e, com isso, promover espaços de combate à subalternidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, realizamos cartografias das experiências existenciais de mulheres ligadas às relações de sexo por dinheiro e das diferentes espacialidades/territorialidades psicossociais da prostituição – bares, casas e ruas – de um pequeno centro urbano, localizado no interior do Estado de Mato Grosso do Sul - MS. As leituras que trouxemos da Filosofia e da Geografia sobre os conceitos de territórios e suas interlocuções políticas – territorialidades, desterritorializações e reterritorializações – foram bastante pertinentes no intenso diálogo que desenvolvemos entre a Psicologia e os estudos sobre as sexualidades consideradas dissidentes e marginais.

Por se tratar de um contexto interiorano, tivemos a preocupação de destacar apenas os dados mais relevantes do município durante as cartografias territoriais. Quanto às cartografias existenciais, procuramos mapeá-las sem revelar os nomes e nem as iniciais dos nomes das mulheres que participaram deste estudo, optando pelo uso de pseudônimos, estabelecidos a partir de uma lista contendo títulos e significados de pedras preciosas. Tudo isso colaborou para o resguardo das identidades das entrevistadas contra possíveis riscos – físicos, morais e psicológicos – que poderiam ocorrer durante a realização da pesquisa, além de ter atuado como importante instrumento político, uma forma de enriquecermos os discursos das participantes, mulheres cujas práticas culturais, históricas e sociais contribuíram para a abjeção de suas existências.

Dialogamos com diferentes Anas, Genis e Teresinhas até percorrermos as páginas viradas de distintos folhetins. Não procuramos romantizar as histórias de vida destas mulheres, tampouco, transformá-las em simples e/ou meras cartografias existenciais. Buscamos (re)contar, de forma real, as experiências de 10 (dez) diferentes vidas na prostituição em um município que, ainda hoje, cultiva visíveis costumes interioranos. Não são apenas algumas histórias a mais de mulheres que se prostituem, mas sim vidas que pedem passagem e reivindicam poder de fala e voz própria. Estas cartografias, que transformamos, ainda que intencionalmente, em *poiésis* de vidas marginais na prostituição, foram contadas da forma como elas realmente se apresentaram durante toda a pesquisa: sofridas, sangradas, mas também, vividas com certa dose de poesia, intensidade e resistência aos difíceis embates com as relações de poder.

Trouxemos a figura de Ana de Amsterdam, personagem cantada por Chico Buarque, uma mulher politizada, residente em uma metrópole do primeiro mundo – Amsterdam, capital da Holanda, um dos poucos países onde a prostituição de mulheres adultas exibe grande visibilidade e expressividade nacional e internacional – enquanto que, no cenário desta pesquisa, as participantes eram mulheres de traços culturais, econômicos e sociais muito particulares, próprios de um município interiorano brasileiro. Logo, esta estreita relação que estabelecemos entre as sexualidades dissidentes e as diferentes canções contribuiu para que pudessemos narrar histórias tão árduas e sangradas em tons de uma quase *poiésis*. Com o auxílio dos lirismos buarquianos, esta pesquisa ganhou ainda mais potência, algo não proposital, mas construído a partir do momento em que as cartografias – existenciais e territoriais – não conseguiram expressar sozinhas tamanhas grandezas dos discursos, antes esquecidos pelas pesquisas em Psicologia.

Nossas cartografias territoriais da prostituição se voltaram aos espaços biopsicossociais e geopolíticos de bares, casas e ruas de um dos municípios que se destaca pela quantidade de lugares que demarcam o mercado sexual em crescimento na região sudeste do Estado. Os resultados das cartografias apontaram números consideráveis de debates voltados à prostituição de brasileiras em mercados transnacionais do sexo, em cidades metropolitanas e em instâncias turísticas do Brasil, mas também evidenciaram, para a nossa surpresa, forte descaso e/ou negligência, de grande parte dos/as pesquisadores/as em Psicologia, de que este fenômeno mantém seus traços – aliás, muito peculiares – em municípios interioranos e em pequenos centros urbanos do país, aspectos que reiteram a importância e, principalmente o impacto acadêmico e social desta pesquisa.

Consideramos pertinente abarcar os atuais relacionamentos travados no universo da prostituição a partir de novos paradigmas das relações afetivas e sexuais entre as mulheres que se prostituem – entendidas no plural, uma vez que rompem com a identidade equivocada, dualista e universal de uma mulher prostituta no singular – e os homens/clientes. Observamos que estas relações encontram-se respaldadas na convergência de interesses e necessidades negociados e não em pressupostos sentimentais voltados unicamente às promessas de eternidade e fidelidade, como evidenciou Giddens (1993). Estas rupturas, ligadas ao ideal de amor romântico, foram percebidas em Jade (24), que se denominou prostituta e lésbica, rompendo com importantes paradigmas de gêneros, e em Cristal (29), que dizia, abertamente, cobrar por cada encontro sexual a fim de que não saísse difamada por seus ficantes.

Na prostituição, o compromisso se encerra quando a finalidade, o tempo e outros elementos negociados são atingidos ou obtidos. Destarte, não há a obrigação de continuidade ou a preservação da relação para além daquilo que foi negociado nestes relacionamentos tidos como efêmeros e fugazes. Ao contrário, observamos que cada mulher entrevistada trazia – individual ou coletivamente – as especificidades dos desejos e/ou interesses e das negociações previamente feitas com seus parceiros/clientes, chamada a página virada, expressa em o *Folhetim* (1979). São formas de resistências, contrapoderes, estabelecidos por essas mulheres desde o momento em que instituíam os horários e os dias para os programas acontecerem – não compatíveis com o tempo destinado ao cuidado dos filhos/as, a condição de maternidade, – até as ocasiões em que buscavam selecionar as práticas e os clientes que seriam ou não atendidos.

Notamos que estes tipos de relacionamentos se tornaram mais flexíveis, se comparados a épocas anteriores. Os sentimentos também se tornaram mais maleáveis, existindo mulheres, como Ágata (42), Jade (24) e Pérola Negra (25), que se permitiam sentir momentos de alegrias no ambiente da prostituição e/ou estabelecerem vínculos afetivos para além dos programas com alguns de seus clientes. Estes tipos de comportamentos divergem dos modelos tradicionais de prostituição, justamente pelo fato de o dinheiro e a sexualidade não serem mais os cerne fundamentais desta relação, mas sim eixos para outras negociações, em que o sexo poderá ceder espaços para momentos de conversas entre mulheres e clientes, tornando-as “quase psicólogas”, como bem expressou Jade (24) e Rubi (34), além de possibilitarem outras formas de relacionamentos, como a formação de redes de sociabilidade, pertencimento social e/ou acolhimento destas mulheres na prostituição, segundo bem expressaram Esmeralda (30) e Safira (49).

A tendência à universalização e aos reducionismos limita as análises que envolvem o complexo cenário das relações de gêneros e das sexualidades do qual faz parte a chamada prostituição feminina adulta. Tais aspectos abrem precedentes para problematizarmos os discursos hegemônicos e binários que se disseminam sobre a imagem universal e equivocada da mulher que se prostitui enquanto vítima de um sistema social precário e excludente e/ou de momentos/conflitos não bem resolucionados da primeira infância. De fato, é preciso destacar que muitas de nossas participantes buscaram no ambiente da prostituição, lugares que as acolhessem das afrontas físicas, morais, psicológicas e sexuais vividas no seio familiar, com seus pais e companheiros, associadas à ocorrência de violência estrutural, gerada por um

Estado que não tem possibilitado e, até mesmo dificultado, a equidade de direitos às pessoas não reprodutoras das questões dominantes de gêneros, das raças/cores e de classes sociais.

Além disso, evidenciamos outras categorias que também contribuíram para a entrada e permanência de nossas participantes no cenário local da prostituição, dentre elas, a possibilidade de experimentar novas formas de vivenciar as sexualidades e a manifestação da ação da resistência ao padrão universal de feminilidade, aspectos que assim denominamos de “desterritorializações do feminino”. Um exemplo claro disso seria Rubi (34), que, após ser traída pelo marido e por uma cultura familiar patriarcal – cultura que a ensinou que, sendo uma boa mulher, esposa e mãe, seria também recompensada com um bom casamento e com uma vida feliz, algo que, segundo ela, não aconteceu –, decidiu partir para as experiências de vida na prostituição. Um ato de coragem, abandonar a possibilidade de reconstruir a sua vida afetiva e sexual em um novo lar, domesticado e novamente normatizado, para participar de um contexto em que, como assinala os *Tribalistas* (2002), “seria de ninguém e, ao mesmo tempo, todo mundo seria seu também”.

Observamos que a prostituição apresenta traços muito peculiares em cidades do interior do país. O mais importante deles refere-se à prostituição enquanto meio pelo qual muitas mulheres são mães. Nesta pesquisa, 09 (nove) das 10 (dez) mulheres entrevistadas apresentavam um ou mais filhos, fator que nos levou a pensar na participação direta e/ou complementar delas no sustento de suas famílias. Por meio da prostituição, muitas dessas mulheres salvam vidas, a partir do momento em que alimentam seus filhos, ainda pequenos, com o dinheiro obtido dos programas até quando se utilizam de antigos contatos da prostituição para tirarem os filhos, já adultos, do tráfico e consumo de drogas, conforme nos relatou Safira (49). Estas histórias nos fazem lembrar a figura de Geni, a mulher desregrada e imoral, que salva toda uma cidade, conforme aponta um dos trechos da canção: “A cidade em romaria, foi beijar a sua mão. O prefeito de joelhos, o bispo de olhos vermelhos e o banqueiro com um milhão. Vai com ele, vai Geni! Você pode nos salvar! Você vai nos redimir!” (BUARQUE, 1979).

Percebemos, tanto nos trechos que compõem a canção quanto nos relatos trazidos por nossas participantes, aproximações das imagens de mãe/santa e a prostituta/puta; mulheres que são santas, quando salvam vidas, e putas, quando vivenciam sexualidades não permitidas, por serem desregradas e tidas como imorais. Afirmamos não ser possível dissociar estas imagens, uma vez que caminham juntas e carregam paralelamente histórias de sofrimento e de superação de muitas dessas mulheres nas heterotopias marginais e paradoxais da prostituição

– paradoxais, porque, ao mesmo tempo em que acolhem, isolam estas mulheres em contraespaços não destinados à visibilidade e à participação na ordem do discurso.

Foram quase quatro anos de convivências, de escritas, de crescimentos e de crises. Foi um tempo de grande aprendizagem e de intensos afetamentos. Mais do que o título de Doutora em Psicologia, Ágata, Ametista, Cristal, Esmeralda, Jade, Ônix, Pérola Negra, Rubi, Safira e Topázio nos possibilitaram vivenciar momentos únicos, muitos diferentes daqueles que vivíamos em nosso “mecânico mundo da academia”. Suas histórias pulsam, correm sangue, sangue de vida. Escrever sobre suas histórias de vida foi uma tarefa desafiadora para nós enquanto mulher branca, psicóloga e pesquisadora. Nós que academicamente fomos ensinados e subjetivados a enquadrar as pessoas em códigos normativos e em traços de personalidades limitados por manuais, aprendemos, com vocês, que variações do humano e da feminilidade são possíveis, até mesmo no universo da prostituição. São Anas, Genis, Marias e Teresinhas; são mulheres no plural; são posicionamentos *Queers*.

Longe de esgotarmos os debates sobre a prostituição feminina adulta e os dilemas envolvendo vidas abjetas, esperamos que as vozes de mulheres que se prostituem possam ser ouvidas em suas singularidades e longe de quaisquer determinismos e/ou generalizações. Reiteramos, mais uma vez, a importância desta pesquisa para os estudos em Psicologia, seja especificamente para o Estado de Mato Grosso do Sul, seja para o Brasil, enquanto país de múltiplas discontinuidades e variações do humano. Acreditamos que os objetivos propostos nesse estudo foram alcançados e esperamos ter, de alguma forma, contribuído para o prosseguimento de tantas outras problematizações, principalmente da Psicologia, sobre as experiências e as trajetórias trilhadas por mulheres em situação de prostituição em pequenos centros urbanos e em cidades do interior do Brasil, com todas as particularidades e riquezas paradoxais de vidas que pulsam, sangram e clamam por respeito e por condições dignas de existências.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDRADE, Fátima Aparecida Machado de. **Impactos dos barcos-hotéis na economia de Corumbá (MS), Arroyo Concepción e Puerto Quijarro, Fronteira Brasil/Bolívia em Mato Grosso do Sul**. 2013. 165f. Dissertação (Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/ CPPAN, Corumbá, 2013.

ANDRADE, Briena Padilha. **Narrativas cotidianas das profissionais do sexo: o trabalho nas casas noturnas**. 2015. 164f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário). Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, Irati, 2015.

ANZALDÚA, Gloria. Falar em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.8, n.01, p. 229-236, jan./jun. 2000.

AZERÊDO, Sandra Maria da Mata. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.2, n. 02, p. 203-216, jul./dez. 1994.

\_\_\_\_\_. O político, o público e a alteridade como desafios para a psicologia. **Revista Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v.4, n.22, p. 14-23, jul./dez. 2002.

BARBOSA, Romilda Meira de Souza. **Garota de programa: acontecimento discursivo**. 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em Letras – Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/CPTL, Três Lagoas, 2008.

BARRAL, Gilberto Luiz Lima. As mulheres no bar: personagens, performances e sociabilidade. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues; ZANELLO, Valeska (Orgs). **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014, p. 601-612.

BAUMAN, Zygmund. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BOLETIM DA PASTORAL DE APOIO À MULHER DA REGIÃO SUL. **Mulher da vida é preciso falar**. Publicado em Bolhetim de jan./abr. 1998. Disponível em: <<http://hottopos.com/seminario/sem2/cris1.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

BRAIDOTTI, Rosi. **Transposiciones**. Cambridge: Polity Pres, 2008.

\_\_\_\_\_. **Sujetos nômades**. Barcelona: Gedisa, 2009.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v.37, n.132, p. 537-572, set./dez.2007.

BUARQUE, Chico. Ana de Amsterdam. In: Chico Buarque. **Chico canta**. Philips, 1973. 1LP.

\_\_\_\_\_. Folhetim. In: Chico Buarque. **Ópera do malandro**. Philips, 1979. 1LP.

\_\_\_\_\_. Geni e o Zepelim. In: Chico Buarque. **Ópera do malandro**. Philips, 1979. 1LP.

\_\_\_\_\_. Teresinha. In: Chico Buarque. **Ópera do malandro**. Philips, 1979. 1LP.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: el poder de duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2006.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BURBULHAN, Fernanda; GUIMARÃES, Roberto Mendes; BRUNS, Maria Alves de Toledo. Dinheiro, afeto e sexualidade: a relação de prostitutas com seus clientes. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v.17, n.4, p. 669-677, out./dez.2012.

CALDAS, Alberto Lins. **Oralidade, texto e história**: para ler a história oral. São Paulo: Loyola, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: \_\_\_\_\_. **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 25-62.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. **Prostituição** – desafio à sociedade e à igreja. São Paulo: Paulinas, 1976.

\_\_\_\_\_. **O grito dos excluídos**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CÓRDOBA, David; SÁEZ, Javier; VIDARTE, Paco. **Teoria Queer**: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. Barcelona: Editorial Egales, 2005.

COUTO, Varlei Rodrigo. Foucault e a prostituição ou a vida de mulheres infames. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal/RN. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Natal: UFRN, 2013. p. 01-12.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v.1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

\_\_\_\_\_. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 3, Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARE, Hélène; SENO TIER, Deniéle (Orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, p. 173-183.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Os negros no trabalho**, São Paulo, n.1, p. 01-26. nov. 2013. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pednegrosmetEspecial.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

DIAS, Francisca Gilliane Alencar. **As prostitutas da rua da ponte – entre memórias e esquecimentos**: retratos econômicos e sociais da prostituição feminina em Coxim – MS.

2009. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/CPCX, Coxim, 2009.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografias dos estudos culturais**: uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FARIAS, Gislaine Duque de. **A Sexualidade desviante**: repressão e controle social em Três Lagoas (década de 1960). 2009. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/CPTL, Três Lagoas, 2009.

FERNANDES, Luís. A exclusão social como revelador das relações entre violência estrutural e violência cotidiana. **Quaderns-e de l'Institut Català d'Antropologia**, Barcelona, v. 19, n. 03, p. 175-186, jan./jul. 2014.

FONSECA, Claudia. A dupla carreira da mulher prostituta. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 7, n. 01, p. 07-33, jan./jul. 2006.

FONSECA, Dagoberto José. A (re)invenção do cidadão de cor e da cidadania. **Cadernos do Ceas** - Centro de Estudos e Ação Social, Salvador, n. 210, p. 01-12, mar./abr. 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: o uso dos prazeres. v. 2. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988a.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade**: a vontade de saber. v.1. Rio de Janeiro: Graal, 1988b.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. A vida dos homens infames. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Ditos & escritos IV**: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 203-222.

\_\_\_\_\_. **Ditos & escritos III**: estética: literatura, pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2013a.

\_\_\_\_\_. **O Corpo utópico – As heterotopias**. São Paulo: Edições, 2013b.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denilse Tolfo. (Orgs). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

GUATARRI, Felix. **Caosmose**. Rio de Janeiro: Editora 34; 1992.

GUIMARÃES, Katia; MÉRCHAN-HAMANN, Edgar. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n. 03, p. 525-544, set./dez. 2005.

GUIMARÃES, Raul Borges; MELAZZO, Everaldo Santos (Orgs). **Exclusão social em cidades brasileiras: um desafio para as políticas públicas**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

GUIZZA, Nega. Prostituta. In: Nega Guizza. **Na humildade**. Zâmbia/Dum Dum Records, 2002. 1CD.

HAESBERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v.29, p. 11-24, jan./jun. 2003.

HARAWAY, Donna. **Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinención de la naturaleza**. Madri: Ediciones Cátedra, S. A., 1995a.

\_\_\_\_\_. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.5, p. 07-41, 1995b.

\_\_\_\_\_. **Modest\_Witness@Second\_Millennium. FemaleMan@\_Meets\_OncoMouse™**. New York, London: Routledge, 1997, Cap. 6, p. 213-265. Tradução livre de Sandra Azerêdo (sem revisão ainda).

HARAWAY, Donna; SILVA, KUNZRU, Hari; Tomaz Tadeu da (Orgs). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2010.

HIRATA, Helena; KÉRGOAT, Daniéle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HOUTZAGER, Peter P.; GURZA LAVALLE, Adrián; ACHARYA, Arnab. Atores da sociedade civil e atores políticos na participação nas novas políticas democráticas em São Paulo. In: AVRITZER, Leonardo (Org). **O associativismo em São Paulo**. Araraquara: UNESP, 2004, p. 01-52.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Nota 1: **Estimativas da população residente no Município de Mato Grosso do Sul, com data de referência 1º de julho de 2014**. Brasília: Publicado no Diário Oficial da União em 28 agos. 2014. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=500620&idtema=130&search=mato-grosso-do-sul|nova-andradina|estimativa-da-populacao-2014>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: IPEA, 2011.

JUSTO, José Sterza. Dromopolítica contemporânea: o caso dos andarilhos. In: FRANÇA, Sonia. (Org.). **Estratégias de controle social: errância, criminalização e gestão de risco**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004, p. 101-123.

JUSTO, Joana Sanches; JUSTO, José Sterza. Tempo, finitude, velhice e fotografia. **Revista Kairós**, São Paulo, v.15, n. 04, p. 101-116, agos. 2012.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 206-242.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta – em depoimento a Marcia Zanelatto**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LORDE, Audre. **A new spelling of my name**. New York: Crossing, 1982.

LOPES, Concimar da Silva; RABELO, Ionara Vieira Moura; PIMENTA, Rosely Pereira Barbosa. A Bela adormecida: estudo com profissionais do sexo que atendem à classe média alta e alta na cidade de Goiânia. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 01, p. 69-76, jul./dez. 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2003.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

MACERATA, Iacã; SOARES, José Guilherme Neves; RAMOS, Julia Florêncio Carvalho. Apoio como cuidado de territórios existenciais: atenção básica e a rua. **Revista Interface**, Botucatu, v. 18, n. 01, p. 919-930, set./dez. 2014.

MAFFESOLI, Michel. **Notas sobre a pós-modernidade: o lugar faz o elo**. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

MAIRESSE, Denise. Cartografia: do método à arte de fazer pesquisa. In: Fonseca, Tania Gali. e Kirst, Patrícia Gomes. (Orgs.). **Cartografias e devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 259-271.

MALDONADO, Maria Tereza. **Os construtores da paz: caminhos da preservação da violência**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

MEYHI, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto. 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1994a.

\_\_\_\_\_. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.1, n.01, p. 07-18, 1994b.

MONTE, Marisa; ANTUNES, Arnaldo; BROW, Carlinhos. Já sei namorar. IN: Tribalistas. **Álbum Tribalistas**. Phonomotor Records, 2002. 1CD.

MOUTINHO, Laura. **Razão, “cor” e desejo**: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira. Sobre o uso da variável raça-cor em estudos quantitativos. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.18, n.36, p. 277-291, jun./dez. 2010.

NASCIMENTO, Milton. Maria, Maria. In: Milton Nascimento. **Clube da esquina**. EMI, 1988. 1CD.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. Corpo-afeto, corpo-violência: experiências na prostituição de estrada na Paraíba. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v.18, n.01, p. 69-86, jul./dez. 2014.

NETO, Otávio Cruz; MOREIRA, Marcelo Rasga. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.4, n. 01, p. 33-52, jul./dez. 1999.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir puta**: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

ORNAT, Marcio José. Espacialidades travestis e a instituição do território paradoxal. In: SILVA, Jozeli Maria (Org.). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009, p. 177-209.

OSBORNE, Raquel (Org). **Trabajador@s del sexo**: derechos, migraciones y tráfico em siglo XXI. Barcelona: Bellaterra, 2004.

PARANÁ, Denise. **O filho do Brasil**: de Luiz Inácio a Lula. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

PARKER, Richard. **Na contramão da AIDS**: sexualidade, intervenção e política. São Paulo: Editora 34, 2000.

PASINI, Elisiane. Limites simbólicos corporais na prostituição feminina. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.14, p. 181-200, jul./dez. 2000.

\_\_\_\_\_. Sexo para quase todos: a prostituição feminina na Vila Mimosa. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.25, p. 185-216, jul./dez. 2005.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 17-31.

PENEDO, Suzana López. **El labirinto Queer**: la identidad em tiempos de neoliberalismo. Madrid: Editorial Egales, 2008.

PENHA, Jardeliny Côrrea da; *et al.* Caracterização da violência física sofrida por prostitutas do interior piauiense. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 65, n. 06, p. 984-990, nov./dez. 2012.

PERES, Wiliam Siqueira. Violência estrutural e AIDS na comunidade travesti brasileira. **Revista de Psicologia da UNESP**, Assis, v. 3, n. 01, p. 21-31, jan./jun. 2004.

\_\_\_\_\_. **Subjetividade das travestis brasileiras:** da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania. 2005. 201 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social – Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. Psicologia e políticas *queer*. In: TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; PERES, Wiliam Siqueira; RONDINI, Carina Alexandra; SOUZA, Leonardo Lemos (Orgs). **Queering:** problematizações e insurgências na psicologia contemporânea. Cuiabá: EdUFMT, 2013, p. 55- 63.

PERROT, Michelle. **Os excluídos:** operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia (Org). Características étnico-raciais da população. In: \_\_\_\_\_. **Estudos e análises** – informações demográficas e socioeconômicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2013, p. 187-190.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. **Textos Didáticos**, n.48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 07-42.

\_\_\_\_\_. **Trânsitos:** brasileiras nos mercados transnacionais do sexo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

PORCHAT, Patrícia. Tópicos e desafios para uma psicanálise *Queer*. In: TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; PERES, Wiliam Siqueira; RONDINI, Carina Alexandra; SOUZA, Leonardo Lemos (Orgs). **Queering:** problematizações e insurgências na psicologia contemporânea. Cuiabá: EdUFMT, 2013, p. 73-82.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana, **GEOgraphia**, Niterói, v.8, n.16, p. 37-51, jan./jun. 2006.

PRECIADO, Beatriz. **TESTO Yonqui**. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

\_\_\_\_\_. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.19, n. 01, p. 21-31, jan./abr. 2011.

QUEIROZ, Danielle Teixeira; VALL, Janaína; SOUZA, Angela Maria Alves e; VIEIRA, Neiva Francenely Cunha. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista de Enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 02, p. 276-283, abr./jun. 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAGO, Margareth. **Os Prazeres da noite:** prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. Inventar outros espaços. Palestra proferida no **X Seminário Internacional Tempo Livre na Cidade**. Publicada entre os dias 23 e 27 mar. 2015. SESC/SP. Disponível em: <<http://escoladacidade.org/bau/margareth-rago-inventar-outros-espacos>>. Acesso em: 20 de jun. 2015.

RIBEIRO, Matilde. Relações sociais nas pesquisas e processos sociais: em busca de visibilidade para as mulheres negras. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Sueli de (Org.). **A Mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 87-105.

RIBEIRO, Manuela. As prostitutas também são mães: contornos e conteúdos de uma condição (quase sempre) extrema. In: V CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 5, 2010, Portugal. Anais do V Congresso Português de Sociologia. Portugal: Universidade do Minho, 2010, p. 27-38.

RODRIGUES, Marilena Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? **Revista Kátal**, Florianópolis, v. 12, n. 01, p. 68-76, jan./jun.2009.

RODRIGUES, Renato Mori. **Prostituição e construção de carreira:** um estudo sobre o trabalho de prostitutas no centro de Salvador. 2010. 107f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2010.

ROLNIK, Sueli. **Cartografia sentimental:** transformações contemporâneas. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Revista Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 21, n. 02, p. 166-173, jul./dez. 2009.

RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In: VANCE, Carole (Org.). **Placer y peligro:** explorando la sexualidad femenina. Madrid: Revolución Madrid, 1989, p. 113-190.

RUSSO, Glaucia Helena Araújo. **Rodando a bolsinha:** dinheiro e relações na prostituição. 2006. 278f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Natal, 2006.

SANCHES, Silvana Colombelli Parra. **Envelhecimento e saúde das profissionais do sexo em Mato Grosso do Sul**. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campo Grande, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 01, p. 07-13, 2002. Disponível em: <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uff.br%2Fgeographia%2Ffojs%2Findex.php%2Fgeographia%2Farticle%2FviewFile%2F2%2F2&ei=ujP\\_VKrEMrPHsQToioKABg&usg=AFQjCNF\\_3VueA-g31aWcQcqJ6zz05cQsSw&bvm=bv.87611401,d.cWc](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uff.br%2Fgeographia%2Ffojs%2Findex.php%2Fgeographia%2Farticle%2FviewFile%2F2%2F2&ei=ujP_VKrEMrPHsQToioKABg&usg=AFQjCNF_3VueA-g31aWcQcqJ6zz05cQsSw&bvm=bv.87611401,d.cWc)>. Acesso em: 10 de mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico- informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST edições, 2003.

\_\_\_\_\_. Proposições para estudos territoriais. **GEO grafia**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 71-85, jan./jun. 2006.

\_\_\_\_\_. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

SANTOS, Maria Altenfelder; FANGANIELLO, Ana Luiza Silva; PAPARELI, Renata; OLIVEIRA, Fabio de. Intervenção em saúde do trabalhador com profissionais do sexo. **Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho**, São Paulo, v.11, n. 01, p. 101-110, jul./dez. 2008.

SCIENCE, Chico; ZUMBI, Nação. A Cidade. In: Chico Science e Nação Zumbi. **Da lama ao caos**. Chaos, 1994. 1CD.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, v. 16, p. 291-325, fev. 1998.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemología del armário**. Barcelona: Ediciones de la Tempestad, 1988.

SILVA, Rosane Neves da. **A invenção da psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SILVA, Jozeli Maria *et al.* A produção do espaço interdito na experiência cotidiana do sujeito transgênero. In: VII ENCONTRO NACIONAL da ANPEGE. Espacialidades contemporâneas: o Brasil, a América Latina e o Mundo, 1, 2007, Niterói. Anais do VII Encontro Nacional da ANPEGE – Espacialidades contemporâneas: o Brasil, a América Latina e o Mundo. Niterói: 2007. p. 01-16.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVA, Luciana Codognoto da. **Histórias de mulheres catadoras: ambiguidades, gênero e representações**. 2011. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados, 2011.

SILVA, Luciana Codognoto da; JUSTO, José Sterza; PERES, Wiliam Siqueira. Territórios marginais dos desejos: dissidências, resistências e prostituição feminina. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 6, n.1, p. 184-199, jan./jul. 2015a.

\_\_\_\_\_. Territórios marginais, vidas dissidentes: mapeando desejos e resistências no cenário da prostituição feminina adulta. In: BALLER, Leandro; SILVA, Luciana Codognoto da. **Leituras foucaultianas: contribuições para práticas e pesquisas interdisciplinares**. Curitiba: CRV, 2015b, p. 53-75.

SILVA, Lorena Brito da. Modos de vida e pertencimento: reflexões sobre as relações e significações no território prostitucional. In: ANAIS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10: DESAFIOS ATUAIS DOS FEMINISMOS, 10, 2013, Florianópolis. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 – desafios atuais dos feminismos. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 01-12.

\_\_\_\_\_. **Implicações psicossociais da violência nos modos de vida de prostitutas pobres**. 2014. 169 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará – UFCE, Fortaleza, 2014.

SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. (Org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SINUÉS, Olga Arisó; JIMÉNEZ, Rafael Mérida. **Los géneros de la violencia: uma reflexión queer sobre la violencia de género**. Barcelona/Madri: Egales Editorial, 2010.

SOARES, Elza. Flores horizontais. In: Elza Soares. **Do cóccix até o pescoço**. EMI-Odeon, 2002. 1CD.

\_\_\_\_\_. A Carne. In: Elza Soares. **Do cóccix até o pescoço**. EMI-Odeon, 2002. 1CD.

SOLLER, Marta Maria Lopes. **A atividade turística e o perfil do profissional no município de Bonito – MS com alternativas para o desenvolvimento local**. 2009. 113 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, 2009.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Capina Grande (1945- 1965)**. 2002. 190 f. (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

THOMPSON, Paul. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOLEDO, Livia Gonsalves. **“Será que eu tô gostando de mulher?”: tecnologias de normatização e exclusão da dissidência erótica feminina no interior paulista**. 2013. 434 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis – UNESP, Assis, 2013.

VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Orgs). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

VELOSO, Caetano. Oração ao tempo. In: Caetano Veloso. **Cinema Transcendental**. Verve, 1979. 1LP.

VIRILIO, Paul. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

ZAMBENEDETTI, Gustavo; SILVA, Rosane Azevedo Neves da. Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. **Revista Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 23, n. 03, p. 454-463, jan./jun. 2011.

## **APÊNDICES A e B**

## **APÊNDICE A**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA – EIXOS DISPARADORES**

#### **Dados Iniciais das Participantes**

- Idade.
- Grau de escolaridade.
- Raça/cor.
- Município/Estado de origem.
- Tempo que reside no município.
- Estado civil e vínculos afetivos estáveis e/ou não estáveis.
- Pessoas em sua residência: relações de afeto e parentesco.
- Estimativa da renda familiar e pessoas que contribuem para ela.
- Trabalhos remunerados anteriores.
- Atividades remuneradas paralelas à prostituição.
- Como você se define na prostituição?

#### **Trajetória e Cotidiano: vida pessoal**

- Relatos da infância e adolescência.
- Informações sobre sexo e sexualidade.
- Noções de feminilidade: família, jogos, escola.
- Percepção de si mesma e do próprio corpo.
- Cuidados com o corpo e a saúde.
- Informações e prevenções de DSTs.
- Relações familiares: história e curso de vida.
- Entendimentos de como as pessoas pensam/percebem sobre a forma de você conduzir a sua vida afetiva e sexual.
- Pensamento sobre o amor e o sexo.
- Planos afetivos e profissionais para o futuro.

## Trajatória e Cotidiano na Prostituição

- Motivos que te levaram à prostituição: relatos de experiência.
- Motivos que te levam a permanecer na prostituição: relatos de experiência.
- Trajetória na prostituição: informações, expectativas e realidade.
- Jornada de programas: locais, horários, remuneração, vínculos com possíveis intermediários e/ou agenciadores.
- Perfil de clientes atendidos.
- Relações estabelecidas com os clientes (afetos, prazeres e violências).
- Concepção de bons e maus clientes.
- Prazeres (pessoais, profissionais e sexuais) na prostituição.
- Possíveis concepções sobre as mulheres na prostituição.
- Percepção da prática da prostituição em um contexto geral e no município em você reside e/ou trabalha.
- Preconceitos e violências vividos na prostituição.
- Ansiedades e depressões: pistas verbais e corporais
- O que você seria/faria se não estivesse na prostituição?
- O que se ganha e o que se perde na prostituição?

## APÊDICE B

### MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) (Capítulo IV, itens 1 a 8 da Resolução 466/2012 – Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “*Nem Dóceis, Nem Abjetos: cartografias, corporalidades e processos de subjetivação feminina nos (des)caminhos da prostituição*”, sob a responsabilidade da pesquisadora *Luciana Codognoto da Silva*, RG nº1387717SSP/MS.

Este termo deverá ser elaborado em duas vias. Depois de lido, rubricado e assinado, uma via ficará em poder da PARTICIPANTE ou de seu representante legal e a outra via em poder da pesquisadora responsável.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Campus de Assis. Qualquer dúvida quanto aos aspectos éticos poderão ser esclarecidas no telefone (18) 3302-5607 ou pelo e-mail [cep@assis.unesp.br](mailto:cep@assis.unesp.br) ou diretamente com a pesquisadora.

**I. A pesquisa:** Esta pesquisa terá o objetivo de dar visibilidade social às mulheres que atuam no contexto da prática sexual remunerada/prostituição em um município de mais ou menos 50 mil habitantes, localizado no interior do Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Visará dar espaço para que as mulheres que se prostituem sejam escutadas tanto nas discussões realizadas pela Psicologia e por demais pesquisas científicas, como também no município onde elas residem. Terá ainda como objetivo reduzir possíveis preconceitos e possibilitar a elas maior acesso à cidadania e aos direitos humanos e sociais no âmbito das políticas públicas municipais.

**II. Procedimentos:** A pesquisadora entrará em contato com você para agendar uma entrevista, em que você responderá as perguntas formuladas por ela a respeito de sua trajetória de vida pessoal e profissional. Essas perguntas serão, em sua grande maioria, abertas, em que você será solicitada a falar sobre os temas que lhe serão perguntados, sem um limite estabelecido de tempo e sem apresentar respostas certas ou erradas, mas aquelas que você considera importantes e que fazem referência a sua história de trabalho e vida. Essa entrevista será gravada em gravador de voz, caso você permita. Será realizada em locais (sua residência, seu trabalho, no Centro de Atendimento à Mulher do Município ou em outros lugares que você achar conveniente) e em horários agendados, segundo a sua disponibilidade. Embora a entrevista apresente questões específicas, ela deixará você à vontade para se manifestar além das perguntas feitas, assim como a entrevistadora poderá fazer outras questões que se mostrem importantes ao tema que vocês estarão conversando. No caso da duração da entrevista se estender por mais de uma hora, a entrevistadora poderá solicitar seu encerramento e outra/s entrevista/s complementar/es será/serão então agendada/s com você. As entrevistas serão transcritas para o papel e os seus resultados serão organizados e depois repassados a você, para que reveja o conteúdo de suas falas e possa autorizar, por escrito, a sua utilização nesta pesquisa, sem, em nenhum momento, utilizar dados que venham a comprometer o sigilo de sua identidade e do município onde esta pesquisa ocorrerá. Também, sempre que possível, a pesquisadora irá pedir-lhe permissão para acompanhar algumas tarefas

que você realiza no seu cotidiano, escolhidas em comum acordo entre vocês, e que não venham trazer-lhe qualquer desconforto em sua rotina de vida pessoal e de trabalho.

**III. Riscos/Desconfortos e Benefícios:** Considera-se que os riscos aos sujeitos desta pesquisa sejam mínimos, tanto por se tratar de entrevistas por eles autorizadas, por não utilizar dados que possam revelar as identidades das entrevistadas e do município onde elas residem/trabalham, quanto por não se tratar de uma conduta/entrevista de caráter psicológico-clínica. No entanto, em caso de ocorrência de qualquer desconforto, risco ou prejuízo, a pesquisadora se compromete a ficar disponível para o caso de solicitação de atenção psicológica, para esclarecimentos que venham a necessitar e para indenização de prejuízos. A atenção psicológica, caso necessário, poderá ser realizada em dois dos serviços de atendimento psicológico do município – CEM e CRENA (locais onde a pesquisadora mantém contatos profissionais) – e também no Centro de Atendimento a Mulher “Nova Vida”, lugar onde também ocorrerá esta pesquisa, local que conta com uma equipe de profissionais, composta por psicóloga, assistente social e educadora para atendimentos sociais e clínicos destinados às mulheres em geral. Espera-se, com essa pesquisa, trazer visibilidade social e em pesquisas científicas à prostituição de mulheres adultas em pequenos centros urbanos e em regiões do interior do país, buscando romper preconceitos e oferecer espaços para que estas mulheres sejam escutadas enquanto sujeitos de direitos e de acesso à cidadania.

**IV. Liberdades/Garantias:** Você possui total liberdade para recusar-se a participar desta pesquisa ou de retirar o seu consentimento, a qualquer momento, sem penalização ou prejuízo para seu trabalho ou relações futuras estabelecidas com a pesquisadora. Além disso, você poderá recusar-se a responder qualquer pergunta realizada pela pesquisadora, caso sinta-se constrangida, e/ou negar que ela participe de qualquer fato cotidiano de sua vida no qual não se sentirá à vontade/confortável para demonstrar/falar à pesquisadora.

**V. Sigilo/Anonimato:** Garantimos o sigilo das informações que surgirão durante a realização das entrevistas e o seu anonimato. Respeitaremos a sua privacidade, mantendo em segredo as suas informações pessoais no decorrer da pesquisa e após a sua conclusão, bem como dos dados que possam identificar você e/ou seu local de trabalho. Para tanto, não iremos destacar o nome do município onde você reside e/ou trabalha e onde ocorrerá esta pesquisa, mas apenas dados que o caracteriza: localização geográfica, número de habitantes, principais atividades culturais e econômicas. Não citaremos, em nenhum momento desta pesquisa, seus dados pessoais e seus nomes e/ou suas iniciais. Você, entrevistada, apontará qual nome desejará ser chamada pela pesquisadora durante este estudo.

**VI. Despesas/indenização:** Esta pesquisa não resultará em despesas ou ganhos financeiros para você. No caso de eventuais despesas ou danos, a pesquisadora assumirá a responsabilidade e/ou indenização de possíveis custos.

**VII. Publicação:** Informamos que o resultado desta pesquisa poderá ser publicado/divulgado em revistas especializadas na área temática deste estudo, mas sempre preservando o anonimato/sigilo tanto dos dados da entrevistada quanto do município onde esta pesquisa será realizada.

## CONSENTIMENTO

Eu, \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar, como PARTICIPANTE, da pesquisa “*Nem Dóceis, Nem Abjetos: cartografias, corporalidades e processos de subjetivação feminina nos (des)caminhos da prostituição*”. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora *Luciana Codognoto da Silva* sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido, ainda, que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Declaro, ainda, que ( ) concordo / ( ) não concordo com a publicação dos resultados desta pesquisa, ciente da garantia quanto ao sigilo das minhas informações pessoais e ao meu anonimato.

Local e data \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

Eu, *Luciana Codognoto da Silva*, pesquisadora responsável pelo estudo, obtive de forma voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do PARTICIPANTE para a participação na pesquisa.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Pesquisadora

## ANEXO A

### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



FACULDADE DE CIÊNCIAS E  
LETRAS - UNESP/ CAMPUS DE  
ASSIS



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Nem Dóceis, Nem Abjetos: cartografias, corporalidades e processos de subjetivação feminina nos(des)caminhos da prostituição.

**Pesquisador:** Luciana Codognoto da Silva

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 27597114.3.0000.5401

**Instituição Proponente:** Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/ Campus de Assis

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DA NOTIFICAÇÃO

**Tipo de Notificação:** Envio de Relatório Final

**Detalhe:**

**Justificativa:** Envio do Relatório Final da Pesquisa.

**Data do Envio:** 18/08/2015

**Situação da Notificação:** Parecer Consubstanciado Emitido

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.212.496

##### Apresentação da Notificação:

A pesquisadora apresentou notificação para envio do relatório final.

##### Objetivo da Notificação:

Apresentação do relatório final.

##### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com a pesquisadora, foram entrevistadas 10 pessoas, com 10 TCLEs assinados. Foram realizadas várias entrevistas em diferentes espaços e não foram constatadas situações de riscos e/ou desconfortos.

##### Comentários e Considerações sobre a Notificação:

A pesquisadora apresenta relatório detalhado, descrevendo todos os procedimentos adotados e a

**Endereço:** Av. Dom Antônio, 2100

**Bairro:** Vila Tênis Clube

**CEP:** 19.806-900

**UF:** SP

**Município:** ASSIS

**Telefone:** (18)3302-5607

**Fax:** (18)3302-5804

**E-mail:** cep@assis.unesp.br



FACULDADE DE CIÊNCIAS E  
LETRAS - UNESP/ CAMPUS DE  
ASSIS



Continuação do Parecer: 1.212.496

forma de devolutiva para as pessoas entrevistadas.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos estão devidamente apresentados. Destacamos o cuidado ético da pesquisadora em manter o sigilo e anonimato, além de transcrever as entrevistas e entregar as cópias para as entrevistadas.

**Recomendações:**

nihil

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O relatório está perfeitamente adequado e recomendamos sua aprovação.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

ASSIM SENDO, CONSIDERA-SE ENCERRADO ESTE PROTOCOLO NO CEP.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Envio de Relatório Final	Relatorio_Final.pdf	18/08/2015 17:25:51	Luciana Codognoto da Silva	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

ASSIS, 02 de Setembro de 2015

---

Assinado por:  
**CLAUDIO EDWARD DOS REIS**  
(Coordenador)

**Endereço:** Av. Dom Antônio, 2100  
**Bairro:** Vila Tênis Clube **CEP:** 19.806-900  
**UF:** SP **Município:** ASSIS  
**Telefone:** (18)3302-5607 **Fax:** (18)3302-5804 **E-mail:** cep@assis.unesp.br